

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias. *Dionísio Dias Carneiro (depoimento, 2000)*.
Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.

DIONISIO DIAS CARNEIRO
(depoimento, 2000)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Carlos Eduardo Barbosa Sarmento; Verena Alberti

levantamento de dados: Carlos Eduardo Sarmento; Verena Alberti

pesquisa e elaboração do roteiro: Carlos Eduardo Sarmento; Verena Alberti

sumário: Virgínia Sena Barradas

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 05/09/2000

duração: 1h 50min

fitas cassete: 02

páginas: 97

Entrevista realizada no contexto do projeto "As faces do mago da economia: atuação e legado de Mario Henrique Simonsen", desenvolvido em convênio com a Cia. Bozano, Simonsen e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), entre 2000 e 2001, que teve como resultado a publicação do livro *Mário Henrique Simonsen: um homem e seu tempo, depoimentos ao CPDOC*. Organizadores Verena Alberti, Carlos Eduardo Sarmento, Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

A escolha do entrevistado deveu-se a seu vasto convívio com Mario Henrique Simonsen tendo sido, inclusive, seu aluno.

temas: Celso Furtado, Colégio Militar do Rio de Janeiro, Crescimento Econômico, Economia, Economistas, Ernesto Geisel, Eugênio Gudin, Golbery do Couto e Silva, Golpe de 1964, Governo Ernesto Geisel (1974-1979), Inflação, Ministério da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), Planos Econômicos, Pontifícia Universidade Católica, Pós-Graduação, Regime Militar, Repressão Política, Tortura.

Sumário

1ª Entrevista: 05.09.2000

Origem familiar; escolha da carreira de economista; influência e relação com Inácio Rangel; na Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro onde ingressou em 1964; professores da escola de economia da UFRJ e participação destes na formulação do Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG; avaliação do Plano Trienal e as divergências entre Celso Furtado e Inácio Rangel; política estudantil em 1964; insatisfação dos alunos com o conteúdo do curso de economia e formação de grupos de estudo; comentário sobre o ambiente político de esquerda no Colégio Militar no início da década de 1960; comparação entre o PAEG e o Plano Trienal; posição de Eugênio Gudin em relação à inflação; características da firma Consultec onde Mário Henrique Simonsen trabalhou (1960 e 1974) e a importância dos estudos de viabilidade para o planejamento econômico; opinião sobre Eugênio Gudin; Mário Henrique Simonsen como um *problem solver*; transformação do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) para Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), na Fundação Getúlio Vargas; a opção pelo mestrado na EPGE; Maria da Conceição Tavares como professora na EPGE; professores e cursos da EPGE no período em que o entrevistado fez o mestrado (1968-1971); atuação de Mário Henrique Simonsen como professor; os três grandes professores do entrevistado: Mário Henrique Simonsen, Oscar Edvaldo Porto-carrero e Nicholas Georgescu-Roegen; Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda (1974-1979): método de trabalho, relações com os assessores Augusto Jefferson de Oliveira Lemos e Marcos Amorim Neto; avaliação de documentos enviados por Geisel a Mário Henrique Simonsen antes do início da gestão do último no ministério da Fazenda; a necessidade de ir além da função de *problem solver* nos despachos com a presidente; perfil do presidente Ernesto Geisel e seu estilo de governar; Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda: relação afetiva com Geisel, relações com Golbery do Couto e Silva, a pouca ambição pelo poder, a mudança da fórmula da política salarial (novembro de 1974); os benefícios dos modelos matemáticos para a economia e as críticas que Mário Henrique Simonsen sofreu da esquerda; influência de Mário Henrique Simonsen sobre seus alunos; a relação do entrevistado com Mário Henrique Simonsen; comentário sobre as atitudes diante da realidade quando se está gravemente doente; projeto político do presidente Ernesto Geisel e a gestão de Mário Henrique Simonsen no Ministério da Fazenda; as medidas macroeconômicas adotadas por Mário Henrique Simonsen em 1974 e as discordâncias entre Simonsen e o ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso.

2ª Entrevista: 14. 11.2000

Avaliação do problema da inflação durante o governo Geisel e das medidas tomadas em seu combate: o programa de estabilização de Mário Henrique Simonsen; conflitos que marcaram o governo Geisel: esforço de crescimento econômico e legitimidade política; implicações da política fiscal adotada pelo governo; choque do petróleo como evidência da necessidade de repensar a matriz energética mundial e a lógica do governo militar a respeito deste problema; repercussões políticas da recessão econômica no governo Geisel; relação do preço do petróleo (1973) com a situação política no Oriente Médio: a guerra do Yom Kippur; breve avaliação do tema da realimentação inflacionária na literatura econômica da década de 1970; implicações e controvérsias acerca da fórmula de correção monetária proposta pelo então ministro Mário Henrique e adotada pelo governo Geisel; explicação da conjuntura econômica e das necessidades que levaram à criação pelo ministro Simonsen do refinanciamento compensatório para o sistema bancário e o Pacote de Abril (1977); concentração de renda: análise do problema na década de 1970 e de sua vinculação com o crescimento econômico e política salarial; breve comentário sobre as implicações políticas da concentração de renda durante o governo Geisel; opinião de Mário Henrique Simonsen sobre a repressão e tortura política no regime militar;

Dionísio Dias Carneiro

avaliação do caso Vladimir Herzog e da prática de tortura durante o governo Geisel; criação do curso de doutorado em economia na EPGE (1974); reestruturação da EPGE a partir da saída de Simonsen em 1974; comentários sobre a abordagem de Mario Henrique sobre macroeconomia; comparação da estrutura administrativa da EPGE com a PUC; impacto da saída de Simonsen para a qualidade da EPGE, a formação de pesquisadores independentes durante a década de 1970; comentários sobre as discordâncias do entrevistado quanto aos rumos da EPGE no período em que Carlos Geraldo Langoni ocupou a diretoria da escola (1974-1979); reação de Mario Henrique Simonsen aos conflitos internos da EPGE no período em que esteve ausente; criação da pós-graduação de economia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ); comparação entre os ambientes acadêmicos da PUC-RJ e da EPGE; saída de um grupo de professores da EPGE para a PUC, incluindo o entrevistado (1977); estruturação e consolidação do departamento de economia da PUC; despessoalização dos departamentos e escolas de economia no decorrer da década de 1970; comentários sobre a passagem de Mario Henrique Simonsen na Secretaria de Planejamento (Seplan) do governo Figueiredo; a importância de Maurício Peixoto na formação matemática de Mario Henrique; contato de Roberto Campos e Lucas Lopes com Mario Henrique Simonsen; avaliação das aulas de Mario Henrique Simonsen; conjuntura recessiva nos anos 1979-80 e prioridades orçamentárias do governo brasileiro; situação do CNPq e razões da saída do entrevistado em outubro de 1980; inserção de Mario Henrique Simonsen e do entrevistado nos debates de política econômica na década de 1980; opiniões e propostas correntes de economistas sobre o Plano Cruzado; implicações políticas e posicionamento da oposição nas eleições de outubro de 1986; associação do debate sobre correção monetária e desindexação na década de 1980 às questões pensadas por Simonsen na década de 1970; fracasso da política de controle de preços no combate à inflação; caracterização de Mario Henrique Simonsen enquanto professor, matemático e homem público.

1ª Entrevista: 05.09.2000

V.A. – Professor Dionísio, nós recebemos o seu currículo, com base nesse currículo, pudemos pensar algumas questões. Mas não está ali, não sei se não podemos perguntar, a data de nascimento e a filiação.

D.C. – 23 de setembro de 45. Vamos escrever o nome dos meus pais. Ladislau Godofredo

V.A. – Não é à toa que o senhor quis escrever. [o entrevistado escreve o nome dos pais] Ladislau Godofredo Dias Carneiro Neto e Maria do Carmo Souza Dias Carneiro. O senhor nasceu onde?

D.C. – Rio.

V.A. – No Rio mesmo. Em 45, no Rio. E, enfim, sobre o pai, a gente gostaria de saber um pouquinho o que é que fazia.

D.C. – Meu pai é advogado. Ambos vivos, felizmente. Meu pai é advogado aposentado do governo, hoje o que seria um advogado da União, e minha mãe é funcionária pública, está hoje aposentada.

V.A. – A gente gostaria de descortinar um pouco da formação até a escolha pela carreira de economista.

D.C. – A minha?

V.A. – É. A gente tem que situar o entrevistado. Nossa idéia é se concentrar sobre Mário Henrique, mas também não só sobre ele. A pessoa que está falando também tem um ponto de vista, não é?

D.C. – O ponto de vista é... Ok.

V.A. – O senhor fez seus primeiros estudos onde? Aqui no Rio mesmo?

D.C. – Sim, sim.

V.A. – Fez secundário aqui?

D.C. – Secundário aqui no Colégio Militar, escola pública. Escola Pública, Colégio Militar e...

C.S. – Universidade pública.

D.C. – Universidade pública. Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Fundação, depois.

C.S. – O senhor ingressou na Faculdade de Economia em que ano?

D.C. – 64.

C.S. – Como nós tínhamos suspeitado à princípio.

V.A. – E por que economia? Quer dizer, como é que surgiu isso?

D.C. – Quer uma história toda? A história toda é curiosa. É claro que eu não queria ser economista, quer dizer, ninguém pensava em ser economista, assim, a seco, não é? Eu ia fazer Rio Branco, diplomacia, não tinha idade para prestar o concurso para o Rio Branco, então tive que me matricular em algum curso superior enquanto estudava o que eu achava realmente interessante. Estava em dúvida entre estudar literatura e filosofia, que eram as duas coisas que me interessavam, na realidade. E tinha influência de um tio meu, que era João Maria Brochado, que foi um desses engenheiros que passou a vida fazendo coisas em administração pública: foi do DASP¹, foi diretor do DASP, e foi da comissão do Plano Salte². Meu pai foi secretário executivo da comissão do Plano Salte, então meu pai lidou muito, como advogado, mas ainda no início da carreira, como funcionário público, exatamente com programas econômicos etc. Ele conhecia pessoas, e sempre participou muito dessas discussões no âmbito do governo. Bom, então a primeira influência foi esse meu tio, meu padrinho, a quem eu admirava muito, e ele sempre dizia que se fosse recomeçar a carreira dele, ia estudar economia. Eu nunca entendi bem o que era aquilo, mas, enfim, ouvi isso durante muitos anos. Em paralelo, meu pai tinha um grande amigo, colega de juventude, chamava-se Inácio Rangel, Inácio Mourão Rangel...

V.A. - Temos entrevista dele aqui também.

D.C. – E o Inácio foi uma pessoa que freqüentava a minha casa durante muitos anos, meu pai foi colega de faculdade dele, no Maranhão... Há umas coisas curiosas na vida do Inácio e do meu pai. É que o pai do Inácio Rangel, o Lucas, dr. Lucas, era colega de meu tio-avô; eram ambos juízes federais no Maranhão. O Inácio foi preso em 35, porque tentou invadir um estabelecimento militar, acho que foi o 13º Batalhão de Caçadores ou coisa

¹ Departamento Administrativo do Serviço Público.

² Plano do governo Dutra (1947): primeiro ensaio de planejamento econômico no Brasil, dava prioridade a

parecida – está na História isso aí. Ele, como estudante, tentou invadir, foi preso liderando uns operários na rua, uma coisa assim. E, entre as evidências... Primeiro, o Inácio foi preso como economista. Na ficha dele, em vez de aparecer comunista... Ele diz sempre que foi a polícia que deu para ele o diploma de economista. [riso] Ele, em vez de ser preso como comunista, o analfabeto escreveu economista. Como evidência que foi apresentada da sua culpa de economista, [riso] foi usado um livro de economia política, o *Principes d'économie politique*, do Charles Gide, irmão do Gide, que estava oferecido pelo meu tio-avô ao pai dele, que estavam, por isso mesmo, comprometidos com a prisão. Então, parece que teria saído no jornal aqui do Rio que dois juízes federais estavam envolvidos...

C.S. – Numa conspiração economista.

D.C. – Numa conspiração economista. [risos] De modo que a minha origem vem um pouco daí. E Inácio, evidentemente era uma pessoa sempre muito participante dos debates brasileiros. E o Plano Trienal do Celso³, quando foi feito, em 62, o Inácio estava na comissão; estava doente nessa época, e ficava lá em casa, fazia refeições lá em casa e, durante a mesa, o debate era o Plano Trienal. Então eu, passando férias em Brasília, na casa do meu pai, e participando desses debates, e sempre muito metido, muito... um menino de 15 anos, 16 anos. Um dia o Inácio se queimou com a minha intromissão indevida [riso] permanente, nas discussões, e quando veio ao Rio ou foi a Belo Horizonte, comprou um livro de economia do Guitton⁴, que eu tenho até hoje, uma introdução, com uma dedicatória dele dizendo “*Para o Dionísio iniciar seus estudos de economia.*” Então, esse é o outro lado de como eu me interessei por economia; juntaram essas duas influências, dos dois lados, e terminei fazendo economia, como podia ter feito qualquer outra coisa.

V.A. – E seu pai morava em Brasília, já nessa época, como advogado geral da União.

D.C. – Já, isso. Ele era advogado da União.

V.A. – Mas o senhor ficava aqui no Rio.

D.C. – Eu ficava no Rio. Fiquei na casa desse meu tio. Foi logo no início de Brasília, em 62, por aí. Eles foram para lá em 61.

Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.

³ Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963), elaborado sob a coordenação de Celso Monteiro Furtado foi apresentado em dezembro de 1962.

⁴ Henri Guitton

V.A. – E a diplomacia?

D.C. – Esqueci. Aí, quando entrei para a economia, eu esqueci completamente.

V.A. – Mas por que a diplomacia? Tinha alguma coisa na família?

D.C. – Não sei. Tinha, mas eu acho que... Nem sei mais por que. Acho que eu queria tempo para estudar. [riso] Para te dizer a verdade, era visto no meu tempo como uma boa forma de você ficar estudando. Eu olhava aquilo como: poucas obrigações e muita paz e acesso a livro etc.

C.S. – Mas o curso formal de economia ainda era uma opção recente na universidade brasileira, não é?

D.C. – Claro. Todos os meus colegas foram para engenharia. Todos meus colegas, meus amigos, foram para engenharia.

V.A. – Os colegas do secundário foram para engenharia?

D.C. – Todos. A minha turma foi inteirinha para engenharia. Eu fui o único que foi para economia. Depois, outras pessoas viraram economista e tal, saíram no meio, mas... Só para ter uma idéia.

C.S. – A perspectiva de inserção profissional eram os quadros públicos, serviço público? Ou não?

D.C. – Você sabe que eu não pensei...

C.S. – Não se preocupava com isso, não tinha...

D.C. – Não. Eu era um cara muito pouco prático. [riso] Realmente, eu não tinha a menor noção do que ia fazer. Era o assunto que interessava mais. Quer dizer, a economia me físgou, desse ponto de vista, profissionalmente, independentemente de finalidades.

C.S. – E mais a questão de política econômica.

D.C. – Política econômica, certamente. Mais a idéia de política econômica. E a idéia de que... O Rangel tinha muito disso. Quer dizer, por causa do materialismo dialético do Rangel e daquela forma de ver o mundo, ele tinha sempre aquela noção de que o que estava... Era a mola, a mola da História e da Economia. Ele, na realidade, traduzia tudo, todas as interpretações, em termos de economia e, portanto, de ação do Estado e de ação... Quer

dizer, a visão do Rangel era uma visão muito... – que eu sempre acompanhei, durante muito tempo, sem ter sido propriamente um discípulo, porque eu o conheci de outra forma. Acho que a diferença da minha relação com o Rangel teve sempre a ver com isso: com o fato de eu ser mais impertinente com ele do que eram os seus discípulos. Eu sempre fui muito impertinente, mas sempre o visitava e sempre discutíamos muito. E era exatamente em torno dessa visão de... O Rangel tinha um pouco aquela visão da inevitabilidade, de um processo inevitável, que a economia empurrava as coisas. A visão crítica que ele tinha da esquerda brasileira tinha a ver com isso. Quer dizer, a esquerda brasileira trabalha como se você pudesse determinar a História, quando, na realidade, o que está determinando a História é o processo econômico. O que você pode, no máximo, é entender, e estar ali naquele momento. Talvez por ter sido preso em 35 achando que estava fazendo a História. [riso]

C.S. – Puxaram ele para a economia: é economia, não é história! [riso]

D.C. – Exatamente, foi posto como economista. [riso] Na realidade, fizeram-no economista, quando ele estava querendo fazer...

V.A. – É, essa história é genial.

D.C. – É engraçada.

C.S. – Nós tínhamos essa suposição, um pouco pelas datas que nós tínhamos, da sua entrada em 64, que é um período que coincide com reformas traumáticas no campo político, mas também é um período onde há uma prevalência desse debate sobre planejamento econômico: o PAEG⁵ etc. Como é que foi? Primeiro, nós gostaríamos de mapear um pouco a sua entrada na academia, quer dizer: como era o quadro de professores, se a universidade oferecia o que o senhor pretendia da economia... E, depois, se havia espaço para esse debate sobre o PAEG, essa formulação de política econômica do governo Castelo.

D.C. – A UFRJ, naquela época... Lembra o seguinte: o professor Bulhões, que era uma das mais importantes influências em várias gerações, inclusive na minha, era, talvez, o professor mais importante da escola.

C.S. – Fundador, inclusive.

⁵ Programa de Ação Econômica do Governo, elaborado para o período 1964-1966 (governo Castelo Branco).

D.C. – É. Gudin, aposentado, e as duas cadeiras... Conceição era assistente do Bulhões, e, na realidade, outras pessoas que trabalhavam em volta da cadeira do Bulhões tiveram influência muito grande. Então, de um lado, você tinha pessoas que estavam participando, tinham sido chamadas de alguma forma, pela turma do Bulhões e pelo Roberto Campos, para trabalhar na política econômica do PAEG. Hélio Schlittler⁶ dava aula de moeda e tinha sido, na realidade, o encarregado pelas projeções de balanço de pagamentos do PAEG. Abreu Coutinho, que era assistente, na época, de um professor de cujo nome eu não me lembro, só me lembro do apelido. O Abreu Coutinho foi o primeiro diretor de câmbio do Banco Central – Antônio de Abreu Coutinho –, e era professor de economia internacional. Portanto, essas coisas, na escola, estavam muito próximas. Bom, Chacel era professor de introdução à economia. Então, a escola estava encharcada do debate, entende? Os rumos do PAEG... Na realidade o Plano Trienal foi uma decepção muito grande para a esquerda brasileira porque, como dizia o próprio Rangel, que renunciou à comissão do plano e disse para o Jango... Vocês devem ter isso registrado em algum lugar. Eu me lembro que ele entrou na minha casa e disse: “O Celso é doido; o plano dele está completamente fora da realidade, e ele vai derrubar o Jango. E eu vou dizer isso ao presidente. A sorte dele é que esse plano jamais vai ser implementado.” Quer dizer, o Rangel disse isso de uma forma muito dramática, como era o seu jeito. Ele disse assim: “O que salva o Celso é que isso jamais será implementado.” Na realidade, o Rangel brigou com o Celso, nessa época, por uma razão completamente diferente da que a esquerda imagina; ele achava que o plano era um plano monetarista, o que efetivamente era – na visão da época. E provavelmente parte disso era até, eu diria hoje, um lado meio sensato do plano. Mas era completamente fora de contexto, para os ideais que a esquerda imaginava que poderia ter, para salvar o governo do Jango. Afinal, o Jango era um nome em busca de um projeto. Na realidade, colocou-se nas mãos do Celso, o grande intelectual da esquerda econômica brasileira na época, uma responsabilidade muito grande: “Muito bem, se nós temos a chance de ter o poder, qual é o nosso projeto?” Aí aparece uma coisa daquela, como o Plano Trienal.

E um parêntese – já que vocês estão interessados na minha vida: uma coisa curiosa é que a minha mãe foi colega do Celso na Paraíba, de modo que eu conhecia o Celso, o Cleanto etc., exatamente por remissão familiar etc. Minha mãe tinha uma visão muito nítida do

⁶ Hélio Schlittler Silva

Celso, ela foi uma pessoa muito ativa, aparentemente, como estudante, então ela tinha uma... Minha mãe é uma pessoa, hoje, de 80 anos, de modo que isso não quer dizer muito para... Mas minha mãe já tinha a imagem do Celso como um marxista. Mas, na realidade, marxista mesmo era o Cleanto, Cleanto de Paiva Leite, que vocês possivelmente...

V.A. - Temos aqui também uma entrevista dele.

D.C. – Então, é curioso: eu tinha uma espécie de *pedigree* desse pessoal de uma maneira muito familiar, entendeu, pela via familiar.

C.S. – Uma classificação.

D.C. – Uma classificação. Então tinha as pessoas mais ou menos assim. [riso] E muito desmistificadas também. Isso me ajudou muito, particularmente, a lidar com as pessoas. Se você tem uma referência da pessoa como estudante...

C.S. – Trabalha como um ícone, não é?

D.C. – É, exatamente, acho que isso tem... Mas a história do debate era muito isso: a universidade estava encharcada disso. Era inevitável, pela presença das pessoas nos diversos escalões. Bulhões não dava aula, mas o secretário-geral da Fazenda, que na época chamava-se diretor-geral da Fazenda, era o Eduardo Lopes Rodrigues, que era professor de finanças públicas, e o vice-ministro da época. Então, se você olhar a composição da equipe do PAEG, a ocupação dos diversos cargos etc., a fonte intelectual que estava envolvida era a UFRJ e Fundação. Como a Fundação não tinha cursos, propriamente, então, na realidade, era a Escola.

V.A. – A Fundação, por causa do Bulhões... Não é isso?

D.C. – Isso, é.

C.S. – Os quadros eram...

D.C. – Os quadros eram... Era aqui, ou na Marquês de Olinda, antes, ou... se mudou para a Praia Vermelha, mas ficou tudo muito próximo. Quer dizer, era essa região aqui.

C.S. – E como era um aluno de primeiro ano estar convivendo com essas pessoas que estavam formulando esses planos, e tendo a experiência familiar da crítica do Plano Trienal?

D.C. – O primeiro ano foi um ano de muita atividade política. Porque, afinal de contas, foi 1964, então não podia deixar de ser. Até o nosso diretório ser fechado... porque o nosso diretório, o diretório da UFRJ de 64, foi o diretório que queimou a UNE – o eleito pela turma anterior. Então, a nossa turma, a que entrou, a primeira coisa foi queimar esse... essa diretoria, digamos. [risos] Queimou, literalmente: incendiaram a UNE. O incêndio da UNE foi liderado pela... Então foi uma frente única contra a política anterior, que pegava todo mundo. Elegemos o Celso Alves da Cruz, que era um dos melhores alunos da turma dele, foi colega de turma do Langoni; o Langoni estava participando exatamente nessa mesma frente. Estávamos todos contra a mesma coisa, que era o pessoal que tinha queimado... Nem me lembro mais dos personagens do outro lado, realmente, não me lembro dos nomes; eles desapareceram mais ou menos na mesma época. Então, uma atividade política muito intensa, porque ali foi que começou efetivamente a repressão ao movimento estudantil. E o debate era um debate... Primeiro, uma visão de que a escola era inadequada – uma das nossas grandes bandeiras era um curso de economia brasileira: não havia curso de economia brasileira. Então um intenso debate fora de sala de aula, grupos de estudos, nós estudávamos de noite, de tarde etc.; a gente passava o dia inteiro na universidade organizando grupos paralelos de estudo, onde líamos o livro do Celso Furtado, por exemplo, de história econômica, onde líamos Marx, onde de fato estudávamos tudo que não era dado na universidade. Então a universidade, apesar do debate estar lá dentro, principalmente as fases iniciais do curso deixavam muito a desejar. Tínhamos bons cursos de matemática, tivemos uma boa sorte naquela época. Rio Nogueira e Fernando Souza Ramos e Silva eram grandes professores de matemática, que conseguiram interessar vários alunos, até que saíram da Escola e foram para o IMPA⁷, foram fazer outras coisas. Apesar até de uma qualidade reconhecida – então, quando eu olho para trás, retrospectivamente: puxa, a gente não poderia querer gente melhor para o que havia... [riso] Mas a nossa insatisfação, talvez um pouco misturada com o trauma do próprio golpe militar, era de que estavam nos escondendo coisas, entende, que você tinha que fazer por si mesmo. Eu não tinha nem a visão de que o marxismo era necessariamente uma solução filosófica, uma resposta, um caminho filosófico para as coisas que estavam na nossa cabeça, mas certamente eu sabia que a repressão ao estudo do marxismo era uma coisa pouco saudável e pouco atraente. Talvez, já que vocês perguntaram sobre isso: eu vinha

⁷ Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada.

do Colégio Militar, que, até 1963, era um foco importante de conspiração. Os inspetores são sargentos, no Colégio Militar, e os sargentos estavam no auge da contaminação comunista do Exército. [riso] O movimento comunista no Brasil não foi tão forte, em lugar nenhum, em nenhuma outra corporação, como no Exército.

C.S. – Haja vista os expurgos...

D.C. – Claro, onde é que foram feitos: no Exército, na Marinha depois, mas no Exército principalmente. Então, no Colégio Militar, na época, eu tinha professores abertamente comunistas, entendeu? Todos os meus amigos que eram comunistas aos 16 anos eram do Colégio Militar. E eu fazia parte de uma turma que, como não ia ser militar e provavelmente também não ia para a engenharia, era um pessoal que discutia coisas que... mais humanidades e coisas desse tipo. Então, naturalmente, sofria muito mais influência de idéias..., que não eram nem clandestinas porque, na realidade, não havia essa repressão. Então nem tinha... o saborzinho do clandestino, isso foi depois de 64. [riso] Antes disso, não. Eu tinha professores rebeldes, no Colégio, coronéis do Exército, majores etc., e literatos, que eram abertamente comunistas. De modo que, então, essa era a visão. Na faculdade, o que a gente percebeu é que estava... No início não havia repressão, nenhuma repressão em sala de aula, e o debate era razoavelmente livre. A violência com a repressão, veio das manifestações de rua, manifestações estudantis, protestos de rua, fechar tráfego, essas coisas todas. Aí então a borracha comia, você corria da polícia. Aí é que o estudo da pauta extracurricular ganhou...

C.S. – Ação política.

D.C. – Uma visão de ação política, um ar de conspiração, não é? Estava longe ainda da repressão aos livros. A repressão aos livros foi em 67, 68. Meu irmão pegou isso, meu irmão foi preso em 69. Ele teve que jogar livro fora – meu irmão mais novo, que é matemático. Aí é uma outra experiência. A minha, não; a minha ainda era, digamos assim, uma repressão política cada vez maior, mas muito pouco repressão no campo das idéias. Não havia...

C.S. – Cerceamento.

D.C. – Não havia cerceamento, é. Exatamente. Quer dizer, então, desse ponto de vista, o debate de política econômica, eu diria que em 64, nós éramos ainda muito crus na

Escola. O debate do PAEG foi um debate posterior, na realidade, foi em 65, 66, quando veio a recessão. Ele foi consequência da política econômica, mais...

C.S. – Que na época da formulação.

D.C. – ...do que da formulação. O PAEG não foi visto... Inclusive porque, você olhando em termos de intenção, de objetivos imediatos, era muito parecido com o Plano Trienal. A prioridade era a inflação. No Plano Trienal também a prioridade era a inflação. E os estruturalistas não tinham exatamente um programa alternativo, como o Furtado demonstrou no Plano Trienal. Quer dizer, então não havia assim: escola A e escola B; – escola A faz isso, escola B faz aquilo. Não. Na realidade, quando a escola B teve oportunidade de dizer suas intenções, falou a mesma coisa. [riso]

C.S. – Os problemas eleitos eram os mesmos, não é?

D.C. – Exatamente. O efeito desorganizador da inflação, já naquela época, apesar de... A pessoa mais, digamos assim, insistentemente radical contra a inflação era o Gudin, mas por razões que a gente até... Parecia uma coisa esquisita, entendeu? Era uma esquisitice do Gudin.

V.A. – E quais eram as razões?

D.C. – Eram razões muito semelhantes às que se tem hoje, só que na época... Eu acho que o resto do debate com o velho Roberto Simonsen – FIESP *versus* Fundação, se você quiser – estavam presentes nesse sabor. Quer dizer, é como se o Gudin... Quando você lia as coisas do Gudin, você dizia: “Puxa, esse velho... Onde é que ele está vendo esse fantasma?” Era a desorganização, era a bagunça... Parecia mais uma ranzinze. E uma certa suspeita, que a FIESP de alguma forma fazia a gente acreditar, de que naquilo havia uma conspiração contra o Brasil que produz, não é? Quer dizer, reclamar da desorganização inflacionária era equivalente a condenar o Brasil a ser agrário, a não se industrializar, a não planejar, a ser todas as coisas que vinham... Essas coisas meio difusas, mas era por aí. Ninguém estava satisfeito com a taxa de inflação, digamos, do primeiro trimestre de 64. E o Mário Henrique aparece aí exatamente como uma pessoa... A primeira vez em que eu ouvi falar do Mário Henrique foi pelo Rangel. E o Rangel, naquele seu jeito, virou para mim e disse assim: – “Rapaz! Conheci um sobrinho do Gudin que parece avô do Gudin.” [risos] “Tem idéias mais antigas do que as do Gudin. Prefiro o Gudin.” Essa foi a primeira vez em que eu

ouvi falar do Mário Henrique. Tempos depois é que eu me dei conta que aquele era o Mário Henrique. [riso] É uma coisa curiosa, o Mário Henrique não tinha nenhuma influência, ele estava estudando, nessa época, e sendo um assessor valioso do Bulhões e do Roberto, do Lucas, que eram a Consultec – que era um núcleo que a gente chamaria hoje de um núcleo tecnocrático, mas que na realidade era um núcleo muito voltado para projetos e voltado para engenharia econômica, para as contas, para a idéia de estudos de viabilidade, a idéia do possível, a idéia das contas que fazem sentido, dos orçamentos... Essas coisas que em geral...

C.S. – Que eram muito estranhas para o seu...

D.C. – Para o mundo, o mundo nosso. Eu vim me dar conta disso anos depois. Dá um salto no tempo, assim: em 1987... 86, 87, eu estava em Angola, conversando com o ministro do Planejamento de Angola – Angola um Estado socialista – e eu como consultor do governo da Suécia, tentando ajudá-los a ter visões alternativas sobre a África... Mas aí é outra conversa. O ministro estava querendo que a gente treinasse pessoas aqui, economistas. Eu disse: “Poxa, você quer que a gente treine economistas lá? Vocês têm um mundo diferente. Nós treinamos...” Ele disse: “Não, mas eu não agüento mais o meu pessoal que é treinado na Patrice Lumumba, em Moscou. Porque eles chegam aqui, ninguém sabe fazer um orçamento, ninguém sabe como fazer uma viabilidade.” [riso] Não tinha, exatamente, quem fizesse as contas! “Eles querem falar sobre marxismo, sobre a revolução. A revolução, nós já fizemos! Nós já fizemos a revolução.” [risos] “Agora precisamos governar esse troço e a gente não tem quem governe.” Então, um pouco essas... Onde é que os países vão buscar, na hora em que precisam governar, qualquer que seja a ideologia, digamos, dominante na época...? Eles tinham que ir buscar pessoas que sabiam fazer essas contas, quer dizer, dar viabilidade aos projetos, dar corpo financeiro às idéias mirabolantes, não é? Quer dizer, você tinha passado de uma fase puramente heróica. A idéia da fase heróica do próprio Plano Salte, que na realidade começou com abundância de recursos, que eram os saldos que... O Sousa Costa dizia para o meu pai: “Tudo o que eu, com essas mãos grandes amalhei, esse marechal com as mãozinhas pequenas (o Dutra) está deixando ir embora.” [riso] É um pouco daquela visão da abundância no início do governo Dutra. E outra visão heróica, do Juscelino, do pessoal do Pais de Almeida, do pessoal mais... Não do Lucas, mas o Juscelino só criação, o Juscelino ousadia – ou, por seus opositores, irresponsabilidade, irresponsabilidade orçamentária –, era a visão de que você não tinha..., o dinheiro não “pintaria”. Ou seja, não

adiantava só você ter uma grande idéia e rasgar estradas e criar energia etc.; as contas precisavam ser feitas.

D.C. – E quem faz essas contas? Então a Consultec foi uma organização, desse ponto de vista, muito importante, porque a cabeça de engenheiro do...

[FINAL DA FITA 1-A]

D.C. – Do Lucas Lopes, a cabeça organizacional do Roberto Campos, e o Mário Henrique jovem, o jovem estagiário, o jovem iniciante ali –, que fez uma diferença danada em práticas e procedimentos na instituição –, dada a ligação entre os projetos públicos e os privados, então na época – quer dizer, o cálculo privado de projeto de interesse público era muito importante – era muito natural que esses caras fossem chamados e... Isso foi um pouco essa outra visão. Lá, isso não tinha nada a ver, quase, com o debate.

V.A. – Na Universidade.

D.C. – E o Mário Henrique tampouco era visto como uma pessoa de idéias. O Gudin era um sujeito afirmativo; sempre foi, e, depois da passagem na Fazenda, mais ainda: ele afirmava idéias. Tinha ligações internacionais com Gottfried Haberler, professor em Harvard, com Fritz Machlup, em Princeton, com pessoas que eram sumidades da época. Gudin leu Keynes na década de 30, no Brasil! Deve ter sido o único. Deve ter duas ou três pessoas que leram Keynes e entenderam. O livro do Gudin é um livro moderno. Outro dia eu estava dizendo isso: o livro *Princípios de economia monetária*, do Gudin é um livro moderno. Nós andamos para trás. Do Gudin em diante, nós andamos para trás, durante muito tempo. [riso] Porque o Gudin, de fato, no final da década de 40, e na década de 50, era uma pessoa cujos pares intelectuais eram efetivamente os economistas mais renomados do mundo. Isso fazia grande diferença.

C.S. – Um desses acasos em que o nó tangencia a fronteira.

D.C. – Claro, claro. Então o Mário Henrique era um operacional. O Mário Henrique tinha uma cabeça de *problem solver*: me dê um problema que eu resolvo. A lucidez da cabeça dele era exatamente para enxergar a simplicidade por trás da complexidade. Isso que

é a marca registrada do verdadeiro pensamento matemático, entendeu? Em que você olha uma coisa muito complexa... Como nós só apreendemos o que é simples... Isso é uma tautologia: na hora em que você entendeu, é simples –, então, entender é tornar uma coisa complexa, que você não entende, em simples. O Mário Henrique tinha esse dom. Ele dizia assim: o porquê não era muito importante, o porquê contextual não era muito importante. O importante era que ele tinha a nitidez, a nitidez da lógica. A nitidez de dizer assim: “Puxa, esse é o ponto. Na realidade, em geral, as pessoas estão discutindo sobre o irrelevante, essas coisas são todas iguais. Vamos fazer da melhor forma possível, da forma mais simples possível.” Tinha um pouco disso. O surpreendente é que o Mário Henrique, entre 1964, digamos, e 1967, que foi quando ele veio para cá... Acho que foi 67⁸ que ele veio para cá...

V.A. – Não, ele já veio para cá em 61, para o IBRE.

D.C. – Não, não. Para a Escola.

V.A. – A Escola? Em 65 a Escola é fundada.⁹

D.C. – É, mas ele devia dar aula de matemática. Se ele deu aula de alguma coisa, era uma aula completamente sem...

V.A. – De 66 a 74 ele já foi diretor do...

D.C. – Em 66... 66 foi quando... Bom. Eu estava me lembrando. Eu subi agora como um professor da EPGE, porque eu fui professor da EPGE... Eu estava subindo agora e, olhando para o lado de lá da Fundação, me lembrando da primeira vez em que eu vim aqui para ser aluno. Fui lá visitar o Ney Coe de Oliveira, e eu dizia: “Ah, eu vou para São Paulo... para onde é que eu vou?” Eu estava vendo onde é que eu ia fazer mestrado, eu estava no terceiro ano. E o Ney então disse: “Vem cá, vem cá!” – daquele jeito dele. Me levou para dentro de uma daquelas salas horrorosas que tinham ali embaixo, era o CAE, o Centro de Aperfeiçoamento de Economia, e disse assim: “Ano que vem, o Mário Henrique vai estar aqui. Olha a mesinha dele. Vai ficar aqui, nessa cadeira.” [risos] Aliás, era uma cadeira desse tipo. Essas cadeiras devem ser daquela época.

V.A. – Talvez seja essa. [riso]

⁸ Em 1961 Mário Henrique Simonsen torna-se professor do Centro de Aperfeiçoamento de Economia (CAE) da Fundação Getulio Vargas (FGV).

⁹ Em 1966 foi criada a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) que substituiu o CAE e Mário Henrique Simonsen tornou-se seu diretor.

D.C. – Uma cadeira desse tipo. Disse: “Vai sentar aqui.” Então, a idéia, exatamente, era que ele viria em tempo integral. Quer dizer, a Escola ia ter um corpo como escola. Porque como CAE, na realidade, as pessoas tinham suas diversas atividades e as pessoas davam aulas, mas você não tinha um corpo de escola. Foi quando o edifício ficou pronto, que foi exatamente em 66 que esse edifício aqui ficou pronto, que a Escola então veio para cá. A Escola foi formada ali, e veio para cá logo em 67. Eu entrei em 68. Acho que teve duas turmas formais na Escola, mas acho que em 66 é que foi transformado o CAE em EPGE. O curso virou de um ano para dois anos, deve ter sido ou em 66 ou em 67, não me lembro qual foi... Acho que a primeira turma, a de 66, já teve a chance de fazer o segundo ano, e ter o mestrado. Não é isso?

C.S. – Eu acho que é essa a...

D.C. – Então, a entrada do Mário Henrique... Entre esse período, eu estava dizendo: entre 64 e 67, que é quando começa a Escola... Em 67, houve um seminário aqui em que veio o Sir Roy Harrod. O Harrod é um professor inglês, um dos autores da teoria do crescimento, como se entende. Acho que ele era da London School, na época. Veio para cá fazer um seminário, aqui, acho que nesse 14^o mesmo, me lembro disso assim. E eu, menino, vim para cá, e nos pegaram, pegaram os alunos, estudantes que estavam ali, para conversar com o Harrod. Eu me lembro que foi a minha primeira decepção com um grande economista. O Harrod perguntou qual era a taxa de inflação. Aí eu disse qual era a taxa de inflação na época. Ele disse: “Não, isso é impossível. Qual é a taxa de inflação que você tem aí?” Eu não me lembro... Eu disse: “3% ao mês” – uma coisa desse tipo. Ele disse: “Não, não, você está errado. Eu quero saber qual é a taxa de inflação do país. Não pode. Se fosse 3% ao mês vocês teriam uma economia completamente bagunçada. Se a economia está funcionando, não pode ter essa inflação tão alta”. Eu disse: “Puxa, esse cara não entende nada de economia”. [risos] E foi exatamente essa chamada, assim, de pessoas que estavam ali no gargarejo, bebendo os ensinamentos do Harrod. Chamaram, meio informalmente, um grupo de estudantes para conversar com ele. E o Mário Henrique foi que fez isso. Ele estava presente na coisa. Ele chegou, inclusive, e aí explicou: “Não, porque aí tem indexação etc.” Então, Mário Henrique era isso, ele não era efetivamente uma pessoa de idéias influentes, ainda. Então, por que eu vim para cá? Por que nós viemos para cá? A minha turma foi a turma do Chico Lopes, do Aluísio Barbosa de Araújo, enfim, de vários... Por que nós viemos para cá?

Vimos para cá porque a alternativa era a Fipe.¹⁰ A USP tinha uma visão... Primeiro, a universidade era mais atraente para nós. O problema é que São Paulo era uma coisa muito longe, a nossa visão de São Paulo era de uma coisa muito longe e efetivamente fora do debate, uma coisa curiosa. Então, a EPGE, que era vista como uma coisa tecnocrática, parecia mais próxima do debate do que... Olha que eu estava vindo quando o Delfim já era ministro, mas a visão era de que o debate interessante de economia estava mais aqui do que em São Paulo, apesar de nós, os estudantes, não termos nenhuma simpatia, digamos...

C.S. – Afinidade.

D.C. – Nenhuma afinidade ideológica com os professores, desse ponto de vista. Mas aí o Mário Henrique me surpreendeu imediatamente. O nosso diretório tinha sido fechado lá na... O José Alfredo da Luz foi eleito o segundo presidente do diretório, no discurso de posse ele foi preso e foi fechado o diretório. [riso] Essa foi a nossa... Aí encerrou-se a nossa carreira política, entendeu? Eu sempre digo ao Luz que eu só estudei economia mesmo porque ele nos deixou.

C.S. – Aí tiveram que estudar.

D.C. – Uma diretoria com muita pretensão... Realmente, foi alijado na mesma hora, fecharam o diretório, acabou esse negócio. Então, o que a gente foi fazer? Fomos estudar. O Mário Henrique, a grande surpresa... Nós chegamos aqui, também, a primeira coisa... E o Chico Lopes era o sujeito mais irrequieto desse ponto de vista. Ele disse: “Ah, Mário Henrique está querendo enfiar as coisas dele todas na cabeça da gente, não sei quê e tal.” E eu estava mais interessado, na realidade, em estudar matemática com o Jefferson, Augusto Jefferson Lemos, com o pessoal que ficava de noite estudando matemática. E o Mário Henrique disse: “Bom, o que vocês querem?” Porque o Mário Henrique começou...

C.S. – Era o quê?

D.C. – Ele dava matemática, ele com o Jefferson davam matemática; ele dava micro e dava macro. O início era assim. [riso]

C.S. – O programa era esse.

¹⁰ Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, entidade privada de ensino e pesquisa, criada em 27/11/1973 por um grupo de professores do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP).

D.C. – E aí então, eu disse: “Mas isso não é possível! Não é possível que economia seja só esse cara!” Aí, o Mário perguntou: “O que é que vocês querem?” Dissemos assim: “Ah, mostra que você é aberto mesmo: queremos a Conceição.” Aí o Mário Henrique: “Vocês querem a Conceição? Então convida. Ela vem dar o curso de macro comigo”. Aí... Não. Primeiro chamaram a Conceição, a Conceição veio, aceitou, e ele deu para ela o curso de finanças públicas. A Conceição deu um berro: “Ah! Querem me esculhambar e me desmoralizar! Isto não é meu campo, que não sei o quê e tal. O meu campo é macroeconomia.” Aí ele disse: “Está bom. Então, vamos fazer o seguinte: você dá macro comigo. Vocês querem visões alternativas? Então, está bom: eu dou aula de manhã e a Conceição dá aula de tarde.” E a Conceição veio. Só que a Conceição assistia à aula do Mário. Então isso era uma maravilha, porque a Conceição ficava enchendo o saco na aula do Mário todo o tempo em que ela ficava... [risos]

C.S. – E na aula dela, só ficava contestando.

D.C. – Mas aí, o que aconteceu? Disse a ela: “Vamos ver o que é que nós vamos fazer.” Bom, ele tinha um programa: E agora: o que é que vai ser o programa alternativo paralelo? Que era o nosso sonho, não é, você imagina, eram... Os cientistas, os cientistas iam fazer isso. [riso] E aí a Conceição fez um negócio muito decepcionante para nós. Porque a proposta dela era ler o livro, fazer um grupo de estudos em cima de um livro que na realidade nós tínhamos estudado na graduação, quando ela era nossa professora. Aí disse: “Ô Conceição, espera aí! Isso aí nós já estudamos, isso aí nós já sabemos. [riso] Agora, começar tudo de novo, não! Espera aí. Queremos...” E aí ficou.... Não chegou a haver o conflito, porque houve a decepção, mas logo depois a Conceição foi para o Chile. O negócio começou a apertar, não é, 67, ela também se separou, teve um negócio desse, eu sei que ela foi para o Chile. Então, esse fabuloso experimento intelectual [riso] deve ter durado uns dois ou três meses, entendeu? Mas aquilo teve o efeito também... Primeiro, a decepção com a Conceição, do ponto de vista intelectual, foi muito importante. O Chico Lopes sempre brinca até hoje... “Que bom, a Conceição nos salvou, não é? Imagina a quantidade de porcaria que a gente teria posto na cabeça se ela não tivesse decepcionado tanto a gente na época.” Ela depois ficava dizendo que nós éramos os neoclássicos favoritos dela; [riso] mas neoclássicos favoritos, uma ova! Ela não nos deixou outra opção [riso] na época em que nós fizemos tudo, não é? Na realidade, naquela época, minha turma fez o inimaginável. O inimaginável!

C.S. – Mário Henrique dividir uma turma.

D.C. – Imagina: o Mário Henrique dividir uma turma com a Conceição, na escola dele, onde ele mandava e desmandava. Acho que essa foi... Então, isso é marcante, mostra tudo do Mário Henrique, quer dizer, um lado assim absolutamente... Ele disse assim: “Vocês fazem o que quiserem com ela, não tem problema, não.” E ele gostava dela, genuinamente. Logo depois foi ele que interferiu com o Delfim, quando a Conceição foi presa ou estava sendo perseguida, não me lembro exatamente dos detalhes, mas ele foi um cara importante, exatamente para... Ela tinha essa gratidão com ele, porque tinha sido decente nessa nova coisa. Mas era isso. E acho que isso ilustra um pouco o verbete Mário Henrique na relação com estudantes, essa coisa toda. Como ele não queria perder tempo, ele aceitava qualquer coisa razoável. Você ia lá, propunha uma coisa razoável, ele dizia: está feito. Agora, só que o razoável, na Escola, terminava sendo ele dar mais aula. A gente ficava insatisfeito com o Werner Baer, ficava insatisfeito com os professores que davam aula...

V.A. – Pois é, eu ia perguntar: quem mais? Era Augusto Jefferson, ele...

D.C. – O Augusto dava matemática; o Serginho, Sérgio Ramos da Silva, dava um curso de revisão de micro, era o primeiro; Jessé Montello dava os cursos de estatística e econometria. Quem mais?... Bom, tinha um pessoal da Consultec que dava os cursos de economia de empresa: Luís Fernando, José Antônio Rodrigues, Mário Pinto, que davam o curso de economia de empresa, que era uma seqüência, paralelo, de projetos etc. Quem mais? Puxa vida! Nesse primeiro ano, devia ter alguém do segundo ano dando aula. Era muito pouco professor. Na realidade, a sorte nossa é que nós tínhamos muito poucos professores. Porque o Brasil tinha muito pouco professor que valia a pena. Então, quando você enchia – isso é um pouco, ainda, verdade para hoje, em escala muito maior, evidentemente... – Quando você tenta fazer uma coisa muito rápido e com muito professor, pode deixar que você vai contratar gente incompetente. Porque você tem pouca gente formada, essa é a verdade. Então, o resultado é que as pessoas davam muitos cursos. Vantagens e desvantagens. Primeiro, o cara, para fazer isso, tinha que ser um sujeito excepcional, como ele era. Se ele não sabia a coisa, ele dizia: “Finanças públicas...” Mário Henrique vai ter que dar finanças públicas? Ele sentava, estudava; o método dele era estudar; escrevia uma apostila que depois virava um livro; recriava... Na realidade, o que ele fazia era reler uma literatura com uma capacidade, uma velocidade de apreensão que era uma característica dele, e o uso

muito eficiente dessa velocidade. Ele pegava todos... “Tá bom, então... semana que vem a gente faz isso.” Aí ele pegava aquele monte de coisa, sentava e estudava feito um maluco, durante aquela semana. Na semana seguinte, ele ia para lá com aquela cara de quem sabe aquilo desde que nasceu. Entendeu? Então, todas as soluções... No fundo, a nossa irritação de estudante, irritação que nós trouxemos da escola para dentro da EPGE, ela era resolvida com o Mário Henrique dando mais alguma coisa.

C.S. – É evidente que ele era totalmente diferente do perfil de professores...

D.C. – Claro, claro. Eu digo: tive três professores na vida. Escrevi o necrológico dele para o *Jornal do Brasil*, na época; aliás escrevi no dia da morte dele. O Coriolano me ligou, ele era o editor do *Jornal do Brasil* na época, me pediu – acho que foi ele – e eu mandei na mesma hora. E eu falei: eu tive três professores na vida. Um foi o Mário Henrique. O outro foi o Oscar Edvaldo Portocarrero, que era professor da UFRJ, que me ensinou estatística e probabilidades – e eu fiz esse curso nos fins-de-semana: quando eu estava fazendo a EPGE aqui, eu estudava sábado e domingo com ele lá. Esse cara era um sujeito doente, que dava aula oito horas seguidas, com um enfisema, respirando com metade de um pulmão. Era um sujeito fantástico. E que dava coragem para a gente enfrentar os problemas. Mário Henrique fazia tudo ficar simples; então, na realidade, ele fazia você se sentir um pouco burro, porque você olhava para aquela complexidade e não conseguia ver a simplicidade que ele via, o óbvio. “Não, isso é óbvio.” E o óbvio, você ficava estatelado ali [riso] com você mesmo, em cima da... A antítese do Mário Henrique era o Oscar Portocarrero, porque o Oscar Portocarrero olhava para a coisa, dizia assim: “Não, o problema pode ser atacado.” Como ele tinha uma incapacidade física de ficar escrevendo no quadro, ele escrevia o problema no quadro e se sentava, e mandava você para o quadro para descrever e resolver. E ele respeitava o seu caminho e tinha um tempo infinito ali, porque o que ele queria era não levantar dali porque ele não conseguia era respirar, entendeu? [riso] Só não conseguia respirar; pensar, ele pensava muito bem. Então ele dizia: “Eu estou aqui enquanto vocês agüentarem; eu sentado agüento o dia inteiro.” Com isso, ele dava coragem de você enfrentar o problema, te dava tempo para enfrentar o problema. E o terceiro professor foi um sujeito com quem eu estudei nos Estados Unidos, por recomendação do Mário Henrique, que foi o Nicholas Georgescu-Roegen. E o Nicholas foi um sujeito assim que... Como era um cientista muito completo – era um economista com uma formação matemática que nada devia aos dois

que eu mencionei, mas com uma formação científica muito mais geral... Era um sujeito que fazia conferência sobre física, sobre química, sobre biologia, tem artigos sobre código genético – enfim, uma pessoa com uma... O Georgescu foi um sujeito que dava um sentido de pequenez a qualquer coisa que você sabia. [riso] Ele olhava para o sujeito e dizia: “Não, isso é uma...” A sensação de inserção numa vasta onda difícil de apreensão de conhecimento. Porque o Mário Henrique fazia o troço parecer muito rápido. O Mário Henrique poderia ser mediocrizante, e eu acho que ele até teve um efeito mediocrizante sobre muita gente. Na realidade, o Georgescu também, cada um do seu jeito. Um porque dava a impressão de que se você não via tão fácil quanto ele, você era um merda, então é melhor... [riso]

C.S. – Saltar fora.

D.C. – Se recolher. Saltar fora. E o outro porque era um trabalho tão grande para você chegar realmente a conhecer alguma coisa de novo que, se você não quisesse muito aquilo, você desanimava. Está entendendo? A seqüência intelectual, para mim, foi muito nítida, quando eu passei de um para outro. Então o Mário Henrique, desse ponto de vista... Primeiro, ele relativizou... Um efeito muito importante que ele teve sobre os alunos, e os alunos que foram para o exterior depois, por exemplo, era que, como autodidata em economia, ele aprendia recriando. Ele nunca foi um sujeito muito criativo. Aliás, as demonstrações de criatividade dele estão até aparecendo agora. As pessoas estão olhando para trás e... “Olha, o Mário Henrique disse isso muito antes, viu isso muito mais cedo.” Mas não eram coisas muito óbvias, não eram vendidas muito facilmente. Então a criatividade dele ficava assim... Ele não se vendia como uma pessoa criativa – essa é a verdade. Quer dizer, ele não dizia: “Olha a idéia brilhante que eu tive hoje.” Nunca vi. Nunca fez isso. E é raro você conviver com alguém com tal organização mental, que não venha todo dia para você com um “quão brilhante eu sou.” Não era esse o tipo de vaidade dele.

C.S. – O senhor acha que isso se deve a essa experiência dele da Consultec, dessa formação?

D.C. – Eu não sei porque a Consultec foi buscá-lo ali, foi identificá-lo, mas, na realidade, é o ponto de resolver problema, é um pouco do lado engenheiro, entendeu? Dizem que a diferença entre um engenheiro e um economista é que o engenheiro não pode ver uma teoria sem saber se ela funciona na prática, e um economista não pode ver uma prática sem

saber se ela funciona na teoria. [risos] Teoriza sobre o que está acontecendo, não é? Enquanto o engenheiro... Então ele veio com essas coisas da engenharia. Ele usava aquilo de uma forma muito... Vamos dizer assim, incorporava um resultado novo na sua malha de raciocínio, na sua seqüência lógica; ele efetivamente incorporava o conhecimento. E esse é o lado de tecnologia de economia. Economia tem um lado tecnológico que envolve isso. Tem um lado filosófico, que é aquele que, na realidade, o ministro de Angola estava reclamando, que se a gente ficar só naquilo, fica só naquilo. E tem esse lado, que é tecnológico. O Mário Henrique como era muito, exatamente, para o lado tecnológico... Isso que eu estou chamando de lado tecnológico, essa absorção do conhecimento em termos do “finalmente, então a gente pode fazer isso.” “Se isso, então... Isso, então, a gente faz assim.”

C.S. – Isso é o raciocínio matemático? O senhor acha que é o adestramento do raciocínio matemático?

D.C. – O raciocínio matemático facilita isso, mas não garante isso. Na realidade, grande parte dos matemáticos são absolutamente inúteis, do ponto de vista, assim, para coisa imediata. Uma vez eu ouvi um economista matemático dizer: “Olha, vou falar aqui sobre coisas práticas, mas coisas que provavelmente só vão ser práticas, quem sabe, daqui uns cem anos, 150 anos. [riso] Não sei quando, eventualmente isso vai ser prático.” Você não tem esse compromisso com a coisa. O Mário Henrique não era assim por volição, por vontade, me parecia simplesmente por natureza. Ele era naturalmente assim. E isso vem, eu acho, um pouco da formação de engenheiro, um pouco de... ver o fim da linha. “Então, como é que a gente faz?” Depois, ele como prático da política econômica, se revelou... Uma coisa é enquanto ele estava assessorando o Roberto Campos, que fazia as perguntas, ou o Bulhões, que fazia as perguntas. Então ele dava as respostas: “Ah, isso se resolve assim, isso se faz assim, a melhor forma de fazer isso é assim. Ah, já sei, tem um jeito. Ah, precisa financiar habitação? Tá bom. Então vamos fazer isso.” Ou o Júlio Bozano quando disse: “Vou montar uma financeira. Como é que faz?” Ele montou todo o programa de capitalização da financeira. Quer dizer, as tabelas que os sujeitos usam para dizer quanto é que você vai pagar de prestação, ele montou aqui, na sala da EPGE, num computadorzinho em que eu... – ou um pré-computador, vamos chamar aquilo de um pré-computador –, em que eu e o Chico programávamos...

C.S. – Furando cartão?

D.C. – Não era nem furando cartão, eram cartões magnéticos. Era uma Olivetti, um computador Olivetti que era uma desgraça para programar, e que eu e o Chico é que ficávamos fazendo coisas ali. E ele montou todo o programa de capitalização do Banco Bozano, Simonsen – do que viria a ser o Banco Bozano, Simonsen em cima daquilo. Fez ali. Quer dizer: o Bozano tinha um problema, ele resolveu, como o Roberto Campos tinha um problema e ele resolveu. Era assim. Ele resolvia. Quando ele foi formular a questão, na realidade ele virou o seu próprio assessor. Ele era o seu melhor assessor, o seu melhor datilógrafo, provavelmente seu melhor engraxate, seu melhor... Tudo, ele fazia tudo. Ele detestava... Uma coisa que nós todos – a gente estava comentando outro dia, com o Chico Lopes – nós todos acho que herdamos isso dele: nós ficamos pessoas muito independentes. Detesto depender do assessor, da secretária, de não sei quê. É um horror! É exatamente isso. Então, ficamos pessoas muito auto-suficientes. Bom, hoje, com o computador, que maravilha! – a gente faz mesmo tudo, aí mesmo que eu faço tudo, não é? Mas, na época, ele já fazia isso com a máquina de escrever. Os despachos dele com o Geisel eram todos datilografados por ele mesmo, na maquininha dele, no cantinho dele ali. Só passava para secretária, para assessor, para não sei quem coisas que ele sabia que, no momento em que saíssem dali, estavam no mundo; ou seja, já tinha xerox, então as coisas iam ser copiadas e eventualmente chegavam a alguém. Mas o que ele queria que só o Geisel visse, ele simplesmente datilografava. E às vezes, passados uns dias, até ele não agüentava e terminava xerocando e dando para um, dando para outro. E alguns desses papéis são as coisas, talvez, mais valiosas que vocês podem encontrar. Seqüência total, completa, deles, é muito difícil, eu acredito, mas, enfim... Não sei se, em casa, ele mantinha isso em arquivo. Não tenho a menor noção. Vale a pena dar uma olhada. Eu conheço pessoas que têm cópia de várias dessas coisas e que são fundamentais, são documentos acho que muito básicos. É onde as razões pessoais por trás de determinadas posições, justificativas... você tem, talvez, um espírito muito mais nítido das suas opiniões acerca dessas questões de política econômica no Brasil. Esses documentos são documentos valiosos. Eu li vários deles. Mesmo porque ele mesmo me passava. Eu sou um sujeito desorganizado, mas tem... Vou cometer uma inconfidência: Luís Roberto Cunha é um sujeito muito organizado, trabalhou com ele muito tempo e certamente deve ter vários desses documentos. Certamente alguns são extremamente valiosos. O Jefferson é outro; Augusto Jefferson é outra fonte importante, certamente. Até brigar com o Veloso e sair era a pessoa mais importante na área econômica depois do Mário Henrique, no

governo do Geisel; ou seja, era provavelmente a pessoa em que Mário Henrique mais confiava e que mais entendia a cabeça do Mário Henrique. Ele deve ter escrito muita coisa para o Mário Henrique também, então é o sujeito mais... com a mente mais semelhante à do Mário Henrique, desse ponto de vista.

C.S. – Sintonia maior, não é?

D.C. – Com uma sintonia maior. Não vejo ninguém mais. Durante um período podia ter sido o Salomão, que foi subchefe... Você sabe quem é o Salomão? É o secretário de Transportes, aqui, do Garotinho – Luís Alfredo. Luís Alfredo passou durante pouco tempo... Mas o Mário Henrique não gostava dele. Achava ele inteligente, mas achava ele muito pretensioso. E o Salomão jovem era de fato insuportável. [riso] Mas certamente eram pessoas assim... O Baumgarten, o Alfredo Luís Baumgarten, que já morreu, também foi chefe da Assessoria aqui no Rio, e outro, também, que morreu, foi o Marquinhos, o Marcos Amorim Neto, que substituiu o Jefferson na chefia da assessoria e que, depois, o Mário Henrique levou como secretário-geral do Ministério do Planejamento, quando ele se moveu da Fazenda para o Planejamento. Ele era uma espécie de líder da equipe, no sentido... O Marcos era um sujeito muito equilibrado, conhecia bem a burocracia, respeitava os rituais brasileiros, não criava problemas para o Mário Henrique... – Mário Henrique precisava de tranquilidade para pensar. E o Augusto Jefferson criava muito problema, porque o Augusto Jefferson era um sujeito mais... tinha mais arestas do que o Mário Henrique. Ele adorava uma briguinha. [riso] Então, com isso, incomodava. Essas coisas chegavam a atrapalhar um pouco, mas do ponto de vista intelectual, certamente, o Augusto era um sujeito muito mais próximo. O Marcos era um sujeito muito inteligente, mas mais modesto e mais pé na terra. Ele era funcionário do Banco do Brasil, com a disciplina de um funcionário do Banco do Brasil. Subiu no Banco do Brasil, na hierarquia, foi diretor do Banco do Brasil, era um cara da hierarquia. Então foi muito útil para o Mário Henrique.

Mas as idéias, essas idéias deviam estar lá, na primeira fase dele na Fazenda, quando ele ainda tinha idéia de que poderia ter a coisa mais próxima de uma carta branca do Geisel. Há uma frase, que eu não me lembro quem me disse – pode ter sido ele mesmo –, que quando o Geisel finalmente o chamou para o ministério, o Golbery veio dizer que ele era o escolhido para ser ministro da Fazenda, se ele aceitava... Ele: “Sei não, sei não. Vou lá conversar.” Foi conversar com o Geisel, o Geisel perguntou do que ele precisava, ele teria

dito: “Eu preciso de carta branca na área econômica.” E o Geisel falou: “Professor, carta branca, no meu governo, quem tem sou eu.” [riso] De modo que o mais próximo de uma carta branca ele levou, mas não tinha carta branca. E o exemplo disso foi a continuidade do Veloso no Planejamento. Quer dizer, o Geisel era o juiz, Geisel não abria mão da decisão final em nada, da responsabilidade final, em nada. Isso obrigava o Mário Henrique a explicitar razões para qualquer coisa que ele quisesse.

V.A. – A fazer esses despachos datilografados.

D.C. – Isso. Na realidade, a primeira vez em que nós vimos isso foi no carnaval de 74 – portanto, antes de ele tomar posse. Ele nos chamou a Teresópolis. Eu não me lembro quem estava mais lá, mas, éramos eu, o Jefferson, o Chico Lopes... Tinha mais alguém, que eu não me lembro... Podia ser o Sebastião Vital. Nós estávamos lá no escritório dele, ele com uma pilha... Quando ele saiu ministro, na véspera do carnaval, o Golbery mandou entregar uma kombi ou duas kombis de documentos... Na realidade, essas duas kombis de documentos, eram sugestões... Porque o Geisel foi uma das pessoas que se preparou para ser presidente da República. Não é? Como dizia...

[FINAL DA FITA 1-B]

D.C. – Porque o Geisel foi uma das pessoas que se preparou para ser presidente da República. Não é? O Médici quando foi chamado, disse: “Por que não o Geisel, que se preparou...? Os Geisel? Os Geisel se prepararam a vida inteira para ser presidente da República.” E o Ernesto Geisel se preparou realmente. E ele tinha uma coleção de documentos, como oficial de Estado-Maior, essa coisa toda, documento sobre tudo que você possa imaginar, de malária à dívida externa. Qualquer coisa que você imagina, tinha lá. Sugestões, estudos da ONU, estudos... Qualquer pessoa que tenha escrito para ele alguma coisa, com um projeto de qualquer coisa, ele tinha todos anotados, por ele e pelo Golbery. Todos. Tinha opinião na margem e tudo. Ele passou aquilo para o Mário Henrique, tudo que ele achava que remotamente tivesse a ver com a área econômica; passou tudo para o Mário Henrique. Eram centenas de documentos, alguns dos quais eram um bestialógico puro.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

D.C. – Vagamente classificados. Um escritório grande assim, tudo vagamente classificado, e nós praticamente trabalhando em linha de montagem. Ele sentado na famosa maquininha dele, numa cadeirinha assim, com a maquininha, e a gente separando coisas, ou dizendo: “Não, isso aqui é porcaria” ou redigindo umas duas ou três linhas quando a coisa ou era simplesmente descartada, ou merecia mais estudo, ou devia ser encaminhada para alguém. E quando era uma coisa que exigia mais reflexão, a gente separava, ou para ler, ou para mandar ele ler etc. E aquela linha de produção, ele ali, sentado, fazendo os seus pareceres e assinando um por um, para depois levar tudo para o Geisel – antes do início do governo. Ali foi a primeira vez em que ele teve que dar opiniões sobre tudo. E dali em diante não teve nenhuma forma de relacionamento com o Geisel, a não ser essa. Quer dizer, o Geisel exigia isso. O oposto do Figueiredo, de certa forma, que não tinha nenhuma paciência para nenhuma questão que não fosse provavelmente cavalo ou as coisas lá que ele... [riso] Mas o Geisel, não. O Geisel queria saber quanto custava a assinatura do *The Economist* que o CIP¹¹ assinava.

C.S. – Como fazia o formulário do imposto de renda e tal...

D.C. – Formulário do imposto de renda, que ele fazia. O imposto de renda só acabava quando ele fazia o dele; o formulário estava aprovado quando ele ia lá e fazia a sua declaração de imposto de renda. Ele dizia assim: “Por que tão caro?” [risos] Qualquer porcaria que passava na mão dele, ele olhava, anotava e fazia uma pergunta. Aquela visão, efetivamente, do síndico do prédio, entendeu? Desse vasto prédio. [riso] Mas era isso: tudo era responsabilidade dele. Isso foi uma boa oportunidade para... quer dizer, fez o Mário Henrique se manifestar. Mas não era resolver o problema, era: “Por que essa solução?” e “Por que a outra solução é ruim?” Então essa é uma fonte importante, valiosa.

C.S. – Acho que a Verena tinha uma questão: a escolha, como o Geisel...

V.A. – Pois é: que a gente não encontrou nenhuma fonte, ainda sobre isso. Sobre como o nome do Mário Henrique chegou ao Geisel. Porque na própria entrevista do Geisel

¹¹ Conselho Interministerial de Preços.

também não fica claro. O senhor falou agora: “ E então, quando ele finalmente foi escolhido”, eu achei que tinha um processo aí.

D.C. – O finalmente... O Mário Henrique esperava ser chamado, mas... Uma coisa curiosa... Eu estava em Brasília, na Universidade de Brasília, e vim para cá; me aborreci lá na universidade por causa de negócio de *students power* em época em que eu já não agüentava mais isso, [riso] e resolvi vir para o Rio. E ele tinha me chamado. Eu estava indo para São Paulo, passei aqui, ele disse: “Vem para cá e tal...” – Ele me convidou inclusive para a gente fazer um livro, um livro de micro, para rescrever o livro de micro. Eu disse: “Tá bom, vamos fazer isso.” Aí perguntei: “Mas você não vai para governo, não é?” “Não, de jeito nenhum!” Isso era outubro de 73. Em janeiro, inícios de janeiro, ele dava a sensação de que não iria, ou seja, de que não estava na cabeça. Nós estávamos trabalhando para um ano didático, um ano acadêmico.

C.S. – Na EPGE.

D.C. – EPGE. Reformando o programa do doutorado, escrevendo todas as coisas do programa do doutorado e tal. Essas coisas todas estavam... era uma trabalhadeira desgraçada e, efetivamente, toda a visão de.... No final de janeiro, início de fevereiro – não me lembro quando é que caiu o carnaval –, foi pouco antes do carnaval, eu tive essa sensação, que pode ter sido passada pelo Augusto Jefferson, de que o Mário Henrique ia ser chamado, sabia que ia ser chamado, e não era chamado nunca. E que estava querendo ir. O Augusto tinha uma expressão muito boa, nessa época. Das outras vezes em que ele foi chamado para ir para o governo, o Jefferson dizia assim: “O que a gente tem que fazer é o seguinte: tomar um porre com ele, dizer que ele só deve aceitar ser imperador do Brasil; qualquer coisa abaixo de imperador do Brasil não serve. “Porque assim é a única forma de protegê-lo do governo, que é uma droga.” [riso] Era um pouco...

C.S. – Ele e o Darcy Ribeiro, não é?

D.C. – É exatamente. Só imperador do Brasil. “Se não for imperador do Brasil, é porcaria, então. Você não vai para Ministério da Fazenda, para essas porcarias.” Mas aí nós percebemos, na época... “Olha, agora vai ser muito difícil...” Parece que... Ele quis ser ministro. Ele estava com...

C.S. – Ele acreditava no Geisel?

D.C. – Eu não sei qual era a relação prévia dele com o Geisel, eu não sei. Mas, certamente, a impressão... a relação pessoal ficou rapidamente muito afetiva. Tanto quanto os dois eram capazes disso. Entendeu? [riso] Dizia um amigo meu que devia ser um erro fatal essa hipótese. “Deve ser um erro fatal.” [riso] Mas eles tinham muito dessa... Quer dizer, houve um encaixe, um encaixe afetivo. Ele via no Geisel uma figura muito paterna, porque o Geisel era um sujeito paternal desse ponto de vista, uma figura muito paterna, e o Geisel tinha perdido um filho, então tinha também essa... Havia um certo encaixe nisso. Ele gostava do Geisel, tinha uma admiração muito grande pelo Geisel. Acho que ele agüentava do Geisel coisas que ele não agüentaria de ninguém, então, só explicado por um encaixe emocional diferente. Um sujeito muito impaciente com pessoas de um modo geral, e, com o Geisel, ele demonstrava uma paciência imensa. O Geisel dava uma impressão assim de uma honestidade de propósito, de uma correção, mesmo quando aquela correção ia a uma teimosia absurda. – que em geral ia, também –, que conquistava, conquistou isso. E um pouco da inteligência do Golbery. Mário Henrique gostava do Golbery, gostava da universalidade do Golbery. Golbery era um sujeito interessante, parecia um sujeito assim... ele tinha...

C.S. – Tacanho, não é? Parecia ser um sujeito tacanho e...

D.C. – Não. O Golbery, não.

C.S. – A imagem dele era uma imagem... mas era uma pessoa inteligentíssima.

D.C. – É. Ele dizia que a conversa com o Golbery valia estar no governo, entendeu? Que a coisa prazerosa era o papo com o Golbery, em horas diferentes etc, porque o Golbery tinha sempre um ângulo... E o Golbery era um sujeito interessado nas coisas, genuinamente interessado em detalhes. O curioso é que toda aquela história em volta do Golbery, fazendo aquela aura de gênio do mal, não é, quer dizer, o Rasputin, um bruxo etc... Ele tinha o poder muito grande de conquistar pessoas de boa capacidade intelectual; quer dizer, com conversa, com pergunta, com interesse genuíno sobre um assunto. Então, eu acho que fazia parte um pouco desse encaixe. Mas com o Geisel, o Geisel era assim muito pão, pão, queijo, queijo. E o Geisel não permitia intimidades a ninguém – possivelmente para sua senhora e mais ninguém – e daquele seu jeito. Por exemplo, despachos sérios do Geisel com o Mário Henrique, o Golbery não estava presente; o Geisel esperava o Golbery sair para começar o despacho. Quer dizer, uma visão muito do apropriado, do adequado: “Não, isso é um assunto que... é

tão delicado que não deve ter testemunha. Quero ouvir a sua opinião.” E ele dizia: “O Geisel ouviu opinião, ele não necessariamente segue, porque toda decisão é dele. Ninguém tem poder com ele. O poder é dele.” Ele transmitia a todo mundo essa sensação. E como o Mário Henrique não era um sujeito em busca de poder, no nosso sentido tradicional... Ele buscava o poder de influenciar, o poder de... mas não o poder de fazer, o poder de prender, o poder de soltar, como dizia o José Bonifácio.

C.S. – Os quatro verbos.

D.C. – Não é? Prender, soltar, demitir...

C.S. – E de nomear. Os quatro verbos.

D.C. – É, realmente, são os quatro... [riso] José Bonifácio, não é, o Zezinho, o pai do deputado. Mas ele não achava nenhuma graça nem com a pompa, detestava os...

C.S. – Puxa-sacos.

D.C. – Os ante-salas, que aquelas ante-salas são detestáveis mesmo... Mas o poder de influenciar, isso passou muito. E a idéia de que você precisava fazer alguma coisa. Quer dizer, que o Brasil precisava que você fizesse alguma coisa. É um pouco de... é um senso de dever – eu não quero ser calhorda [riso], mas envolve isso. Entende? Envolve, assim, você dizer: “Poxa, mas tem que fazer. Ah, não, mas isso aí, tem que brigar para fazer. Isso é um absurdo, isso não pode continuar assim.” Sabe? Aquelas coisas muito... E ao mesmo tempo uma visão anticonspiratória, vamos dizer assim... O caso típico, por exemplo: a mudança da política salarial – só para ilustrar com um exemplo. A política salarial do PAEG, que foi de autoria dele...

V.A. – Pois é. Isso daí a gente queria, depois, entrar em mais detalhes, porque também...

D.C. – É. Ela foi um dos pontos favoritos da oposição para dizer: “Olha, eles conseguiram baixar a inflação, mas, na realidade, arrebatando com a vida do...”

C.S. – Do assalariado.

D.C. – “Com a distribuição de renda, com a vida do assalariado.” E o núcleo disso era a fórmula da política salarial. Eu me lembro que o Mário Henrique, quando leu... Uma vez um ex-aluno nosso até tinha escrito um artigo sobre o assunto, e ele leu, e disse assim: “Uma

coisa que esse cara não pode dizer é o seguinte: que essa fórmula foi feita com essa finalidade. Eu sei que não foi, porque quem fez a fórmula fui eu, e não era isso que eu queria fazer. Pode até ter tido essa consequência.” [riso] Então, uma das primeiras coisas que ele fez quando entrou, em 74, foi exatamente mudar a fórmula da política salarial, para instituir a história do resíduo inflacionário, que era uma maneira de evitar que as perdas salariais pela previsão errada se tornassem permanentes. Aquilo é um caso típico dele. Isso não tem nada de ideológico. A fórmula estava incorreta, ela estava imperfeita – a gente melhora a fórmula. Inclusive porque não tem nenhum requisito de você fazer os salários reais caírem permanentemente para acabar com a inflação. Você não precisa disso. Hoje a gente sabe disso, mas na época... Se funcionou o combate à inflação e a economia até voltou a crescer depois, tem que ter alguma coisa errada. Claro. O que houve de errado? O que houve de errado, efetivamente, é que a distribuição de renda piorou, o que é verdade também. E que a fórmula da política salarial deve ter tido um papel nisso.

C.S. – Contribuiu para isso.

D.C. – Foi uma contribuição. Foi uma grande controvérsia, mas, na realidade, acho que fez parte do processo. É o que eu digo: “Mas você não precisava disso.” Ele disse: “Não, não, a inflação, você pode... A fórmula tem um erro.” Ele próprio corrigiu o erro dele. Quer dizer, ele viu o troço, disse: “Não, não, claro, isso eu não precisava fazer assim.” Então ele, quando viu o problema, corrigiu. É um pouco do mito de que basta a inteligência e a ... Que é um mito da tecnologia, é um pouco de mito do Prometeu, não é? Você domina o problema do sofrimento humano de alguma forma, da pobreza, da infelicidade, não sei quê... basta você usar sua inteligência. Esse é o grande pressuposto da mente tecnológica – eu estava dizendo que o Mário Henrique tinha um pouco essa mente tecnológica. Ele dizia assim: “Não, eu não preciso de ideologia; eu preciso de tecnologia, eu preciso de inteligência.” E isso foi visto muito na época como um cinismo. Era visto como uma espécie de cinismo. Um cinismo porque era como se envolvesse... Você passava por cima de uma grande controvérsia ideológica, de um grande combate, que opunha a idéia de eficiência à idéia de equidade. Quer dizer, a eficiência é uma coisa para aqueles desumanos que não olham para a equidade, não olham para os ideais de igualdade, de equidade etc. E você é capturado para o lado da eficiência por um processo de “fecha os olhos à miséria humana”. Estou exagerando, mas é um pouco isso: “Fecha os olhos à miséria humana, porque, na realidade, o que você...

acredita no mito de que, pela eficiência, você chega lá.” Entendeu? Quer dizer, que você tem um grande desperdício na sociedade, e que é tarefa dos economistas... O desperdício envolve soluções erradas: falta de uso de preços, falta de transparência nos mecanismos de alocação, privilégios aos eternos sugadores do Estado... Então, havia um pouco... A ideologia – se isso é uma ideologia –, o conjunto de idéias que fazia com que pessoas que, na realidade, foram rebeldes, e que, insatisfeitas com a ordem econômica e com a ordem política e com a ordem social, fossem capturadas, digamos, por essa visão de economia, na realidade, foi uma... O Mário Henrique não tinha nenhum papel... Ele não era um vendedor de idéias, ele não vendia idéias liberais. Ele não tinha nenhum compromisso. Ele nunca me transmitiu, como professor, como chefe, como companheiro, a idéia de que, digamos assim, existe um liberalismo que é certo, ou que é generoso. O que ele dizia era: “A gente pode fazer melhor. Quer ver? Esse cara vai sofrer menos, esse cara vai pagar imposto, esse cara vai...” Entendeu? E um pouco da base da economia neoclássica americana: a idéia de que você separava a esfera da equidade da esfera da eficiência. Isso vem bem de trás, isso vem da teoria econômica do socialismo do Lange e do Taylor, década de 30, que era a idéia de que... Quando eles tiveram que operar o socialismo prático da Rússia, o cara dizia: “Como é que eu opero? Eu tenho que operar como se fosse um sistema capitalista eficiente. Qual vai ser a diferença? A diferença vai ser na distribuição dos benefícios. Eu tenho que ser tão eficiente... Ou seja, eu tenho que ir para a fronteira, eu tenho que fazer o máximo possível com os recursos dados. O que eu vou fazer vai depender da distribuição de poder. A quem eu vou distribuir vai depender do meu senso de justiça.” Bom, a Constituição soviética tinha isso lá no início. Então, essa idéia de que você separava valores em volta de equidade, justiça distributiva etc. da eficiência é que eu chamo... permitiu um certo cinismo na posição: “Eu não concordo com essa distribuição, você também não. Agora, qualquer resultado que seja o fruto de distribuição, nós dois não concordamos com o desperdício, com o sistema de impostos ruins, com a inflação, com o orçamento desequilibrado. Não há necessidade nenhuma de ter esses... Esses valores não fazem o bem, eles só vão agravar o mal.” A convicção transmitida era uma convicção mais desse tipo. Isso junto com a idéia de que... E aí, um pouco gratuito para alguns de nós – eu certamente me incluiria entre esses... Quer dizer, havia uma espécie de *suspension of this belief*, não é? Quer dizer: “Não desconfie, por enquanto, por favor, do instrumento. Tente entendê-lo. Vamos tentar entender, efetivamente, como a economia

funciona. Não abra mão dos seus julgamentos de valor; eles têm o seu lugar. Mas, por favor, vamos tentar entender como funciona, qual é essa lógica.”

C.S. – Não deixe que interfira.

D.C. – Exatamente. Porque naquela época havia uma suspeita de que você seria contaminado pela matemática. Havia vários... Diziam: “Não, esse pessoal do modelo matemático...” Que era uma forma de alienação, uma forma de você se distanciar do verdadeiro objeto, que era o ser humano. Mas que besteirada, não é? O que é que tem a matemática com distância? Ela não tem nada a ver com distância, tem a ver só com ligação, com ligação lógica, com tornar o complexo simples. Só isso. Claro que o modelo matemático, ao simplificar, vai cometer violências à realidade. Mas isso é um problema da sua técnica de modelagem. Quer dizer, hoje, na realidade, como você processa muito mais, você processa dados, informações etc. muito mais, os seus modelos podem ser muito mais complexos. Então hoje você entende como um vilarejo medieval evoluía botando mais terra para dentro, fazendo mais especialização etc., com modelos matemáticos extremamente complexos. O fato de você descrever melhor o comportamento do camponês, do artesão etc., com um modelo desse, é fruto não da sua maior distância, mas do fato de você poder processar mais idéias mais complexas do que você podia há 20 anos. Então, hoje, sei lá, o Townsend, que é um sujeito de Chicago que estuda os vilarejos da Tailândia através de satélite, de imagem de satélite, ele está trabalhando num problema muito complexo. Você pode dizer que ele está distante do problema do camponês tailandês? De jeito nenhum. Entende? O que vai te tornar próximo é o teu propósito, o propósito do teu problema. Não é a solução errada. Diz: “Ah, não, então, isso aqui, deixo aqui...” – aquele negócio do... O Banco Mundial usou durante muito tempo essa visão do... Como é que eles chamavam isso...? Ação direta. “O que funciona é a ação direta. Pega o cara pobre, bota o dinheiro na mão do pobre; pega a terra, dá para o cara. Isso é que é ação direta: eu melhorei o bem-estar daquele cara.” Você diz: “Pô, e a família do filho dele vai ser mais pobre do que ele, e o neto dele vai ter o mesmo problema. Tem alguma coisa errada com esse processo.” Tem um processo de reprodução da pobreza, da miséria, que você só foi entender, na realidade, quando você entendeu modelos econômicos mais complexos. Essa coragem de avançar em modelos econômicos mais complexos, naquela época, exigia um certo cinismo. Está certo a idéia? Entendeu?

C.S. – Mas se compreendia, naquele momento essa opção?

D.C. – Olha, como é que se faz essa compreensão, não é? Ela tem uma grande dose de fé, sempre, e uma grande dose de encanto intelectual, não é? Quer dizer, você é fascinado pelo problema, de alguma forma. Eu não acho que ele... Dando um salto no tempo, eu não acho que os meus alunos sejam mais reacionários do que os meus colegas, 30 anos depois. Eles são muito mais conscientes, eles têm muito mais noção do possível, do que é possível, do que tem que fazer, de uma maneira mais concreta. Meus colegas eram mais divertidos, no sentido do sonho, da poesia, entendeu?

C.S. – Era um momento extremamente ideologizado, não é, polarizado.

D.C. – Então as discussões podiam ser mais... Eu acho que a palavra poderia ser “emocionantes”. Acho que a palavra correta deve ser emocionante. Mas as angústias dos meninos de hoje são muito parecidas. O que eles têm é, talvez, uma fé excessiva – às vezes você detecta – na capacidade de a tecnologia resolver. Mas, em compensação, os meus colegas não tinham nenhuma. [riso] Então, em algum ponto disso... Quer dizer, eu acho que há um problema de valores, aqui... Lá, devia haver, um excesso de valores, e muita confusão. Aliás, se vocês tiverem interesse nisso, eu mando o meu discurso de... Fiz um discurso de paraninfo, esse ano, para a turma, sobre esse assunto, sobre ética e cinismo profissional. Quer dizer, ética de economista.

V.A. – Ah, eu tenho interesse sim.

D.C. – Porque é exatamente sobre isso. E eu cito o Mário Henrique. Porque Mário Henrique era uma espécie de ícone do meu tempo dessa suspensão da descrença ou da suspensão de valor. Ele dizia: – “Olha, pára um pouco de respirar e vê isso num determinado ambiente.” Ele nunca fez esse apelo porque, na realidade, ele era um sujeito assim: “Se você não quiser, azar o seu. Você tem toda liberdade para pensar a besteira que você quiser; eu não vou interferir nunca nisso.” [riso]

C.S. – Ele não ia despendar energia para...

D.C. – É, exatamente. Isso ele não ia fazer jamais. Então, a atração que ele exerceu sobre pessoas como eu, como o Chico, como pessoas que eram... alguns dos melhores alunos das nossas turmas, tinha muito pouco a ver com magnetismo pessoal, com aquela idéia de mestre, entende? Com a idéia de... é, com a idéia de mestre – é melhor ser lacaniano nisso, mesmo.

C.S. – O xamanismo do mestre.

D.C. – Isso, exatamente. Era realmente... O Augusto Jefferson tinha uma expressão horrível sobre isso, mas... Ele dizia assim: “É uma máquina de uma eficiência de pensar brutal! Fascinante! E você sente que você está se beneficiando com essa convivência e usando ele. Ele permitia que você o usasse, efetivamente, como você usa um terminal inteligente, como você usa uma extensão, uma rede de computadores, você faz uso de um programa, uma coisa assim. É isso. Ele dialogava, ele se entregava ao diálogo dessa forma. E isso era o que ele tinha a nos dar. E como ele era um sujeito com uma mente extremamente vigorosa, uma capacidade de ocupar a mente muito grande, ele transmitia essa idéia de que, mesmo se ele trabalhasse com dez por cento da atenção, já era suficiente para... Enquanto isso, ele estava decorando uma ópera inteira, ele estava fazendo alguma coisa completamente diferente... [riso] ou toda a partitura de uma sinfonia, que ele era capaz. Ele tinha uma memória prodigiosa, ele tinha a memória de um grande maestro: ele tinha partituras, de fato, todas decoradas na cabeça, nota por nota. E usava, realmente, aquilo. Então ele usava uma parte do tempo, uma parte da sua capacidade cerebral, para fazer essas coisas corriqueiras que, para nós, eram coisas extraordinárias. Mas interagia. O mistério do Mário Henrique é a interação. Que não tem nada a ver... Outras pessoas têm experiências diferentes. Eu nunca fui amigo do Mário Henrique no sentido..., eu nunca fui de tomar chopp, de não sei quê – a convivência que outras pessoas podem testemunhar. Minha convivência foi uma convivência sempre muito profissional com ele – como aluno, como colega, como subordinado. Muito profissional. Mas eu achava uma convivência próxima. Eu nunca... Naquela época, eu era pior ainda de relações pessoais; ele também não era um sujeito assim com... Então nós podíamos conversar horas sobre assuntos, digamos assim, que estávamos todo o tempo trabalhando. Eu me lembro que a última vez – ele já estava bem doente – que nós tivemos um período mais longo de conversa foi quando ele foi para São Paulo dar uma... Não, não foi a última, porque a última foi aqui. Mas uma das últimas vezes, assim, só nós dois. Nós estávamos em São Paulo. Eles distribuíram um prêmio, um prêmio de economista... melhor tese, não sei quê, que até foi um aluno meu que ganhou, um prêmio Losango – Multiplic, sei lá o quê. Ele já estava doente, o presidente do banco mandou um avião levá-lo e depois eu voltei com ele, fui levá-lo em casa. Então tivemos umas horas de conversa. E eu me lembro que conversamos muito... Sobre doença, um pouco, porque eu tive uma experiência, eu tive câncer em 1978, tinha 33

anos de idade, e ele sabia, não é, estava lutando contra um câncer complicado, e nós estávamos conversando um pouco exatamente sobre essa vida, a vida do sujeito ambicioso intelectualmente, com o fantasma da doença. Falando para ele: “Não, a gente se habitua. Num determinado ponto, eu fiquei muito preocupado; a partir de um determinado ponto, eu digo: “Isso aí é parte da vida, não tem nada...” E nós estávamos comentando sobre isso. Mas, mesmo assim, a conversa não foi uma conversa muito pessoal. Na realidade, houve um jeito de a gente conversar sobre os efeitos do câncer sobre a objetividade do pensamento. [riso] Talvez, nós vamos ficando mais objetivos em relação a determinadas coisas, porque você relativiza. Não é? Essa coisa dessas doenças que todo mundo acha que termina em morte, – como a vida, não é, que termina em morte também – tem um pouco esse efeito de você relativizar as coisas. Você relativiza sempre. E com isso, de fato, talvez você faça escolhas mais cínicas, desse ponto de vista.

C.S. – Desprendida.

D.C. – É, exatamente: “Deixa eu olhar... Não, está bom. Está ok. Pode ser muito mais complicado do que isso... Deixa eu ver se eu consigo entender isso aqui.” Envolve um certo desprendimento, não é? Acho até a palavra um pouco mais forte do que eu imaginava, mas é isso: envolve um distanciamento. Você não tem tanto medo de ser diferente. Esse negócio do *mainstream*... Acho que é a coisa pior que existe numa corrente intelectual é isso: é ela ser uma corrente intelectual e se ver como uma corrente intelectual. É claro que há benefícios em se ver como corrente intelectual na medida em que você se relativiza, mas o melhor é você não se comportar como uma corrente intelectual, senão você perde a perspectiva. Eu nunca vi o Mário Henrique perder a perspectiva, por exemplo. Diante de um problema de economia marxista que nós colocamos para ele, na época, ele escreveu um belíssimo ensaio sobre o modelo econômico em Marx. Cheio de coisas... Um assunto sobre o qual eu tinha escrito com Edmar, com outras pessoas etc., um negócio de problema de transformação de valor em preço, uma coisa, na época, muito popular – de economia, para economistas matemáticos com interesse em Marx. E ele abordou o problema, foi, escreveu vários artigos na *RBE* sobre isso. Por quê? Porque aquilo era um problema interessante. Ele jamais diria assim: “Isso não é um problema, isso não me diz respeito.” Não. Era um problema. Então essa visão de que nenhum problema interessante me é indiferente – se eu

puder, parodiar o Terêncio. É um pouco isso, quer dizer: nada que é interessante me é indiferente. É uma espécie de um humanismo meio interesseiro, se você quiser. [riso]

C.S. – Agora, essa forma objetiva de abordar a questão e esse interesse, essa compreensão de como operar, eu acho que também tinha um limitador muito grande, que é o período de 74 – é o projeto político do Geisel que de certa maneira atravancava a forma do Mário Henrique abordar a questão.

D.C. – O projeto político do Geisel era o... Ele achava que o Geisel via como seu problema principal, como na realidade terminou sendo do ponto de vista político, impedir o que ele chamava da linha dura, ou quem quer que....

[FINAL DA FITA 2-A]

D.C. – Os sinceros, porém radicais – esqueci a primeira palavra, qual era o substantivo, mas eram exatamente os sinceros, porém radicais –, aliados dele...

C.S. – De provocar sístole.

D.C. – Exatamente, de provocar outra sístole. Então o Geisel era o fiador e o único fiador visível para a abertura. Como teimoso e auto-suficiente que ele era, então, o ritmo era dele: “Bota o relógio para andar no meu ritmo.” Usou todo o seu autoritarismo para conduzir ao ponto em que ele queria fazer, quem ele quis, como presidente. Na realidade, a visão dessa objetividade tinha um pouco a ver com isso. Você podia até dizer que o Mário Henrique delegou isso, naquela época, ao Geisel. Delegou esse julgamento sobre o que é possível fazer, o que é conveniente politicamente fazer, onde é que vai essa trajetória, numa espécie de confiança básica. O Geisel foi líder com ele. Entende? Assim: “Olha, eu vou fazer a liberdade de imprensa, vou fazer isso, vou fazer aquilo, agora esse troço tem que ser dessa forma. Eu tenho que botar gente, eu tenho...”

C.S. – Nós vamos continuar crescendo... [riso]

D.C. – Exatamente. “Eu vou ter conflitos, eu vou ter que demitir general de quatro estrelas, vou ter que botar responsabilidade em pessoas, e isso não vai ser fácil.” O Geisel tinha uma profunda convicção de que ele podia fazer. Ele tinha efetivamente o poder. O poder

era concentrado, naquele momento, no alto comando; então, ele tinha que ter o poder sobre o alto comando: “Quem manda é o alto comando, então eu tenho que exercer minha autoridade sobre o alto comando. E eu vou ter que usar as pessoas do alto comando, umas contra as outras, nas horas cruciais.” Não tinha outra alternativa. Essa era a visão. A outra alternativa não tinha funcionado. Não é isso? Tinha dado em mais repressão. Você tem razão no sentido de que o momento político e o projeto político do Geisel davam a limitação e a esperança, de alguma forma. Quer dizer, a legitimidade entre aspas. Dizer assim: “Olha, lá para frente... “ Você tem um processo. E cada vez que você via uma coisa acontecer, isso era bom. Quando foi preso o cara, quando o general foi demitido, quando foi suspensa a censura, quando as coisas começaram a andar... E a história dele pegar um cara... o melhor cara de linha dura para seu sucessor, não é? Do grupo Costa e Silva, se você quiser – ou quem quer que seja, não me lembro mais...

C.S. – SNI.

D.C. – Exatamente, SNI. Fazia parte dessa... O Mário Henrique me disse... um dia nós estávamos no gabinete dele em Brasília, em 75, e ele me disse... Estava falando com uma pessoa no telefone, desligou e disse assim: “Você me desculpe, mas eu tinha que atender porque, afinal de contas, é o próximo presidente da República.” Era o Figueiredo. [riso]

V.A. – 75.

D.C. – 75. Era o próximo presidente da República. E o assunto era economia. O Figueiredo estava, naquela época, lendo os livros dele. [risos] E disse que fazendo todos os exercícios. Livro de micro! Fazendo todos os exercícios. Então ele se encontrava com ele para tirar dúvida etc.

C.S. – Era a tarefa que o Geisel tinha passado. [riso]

D.C. – Tem que estudar isso. [riso] Era isso. E o Mário Henrique era o tutor do Figueiredo, efetivamente o instrutor de economia do Figueiredo. E botou gente para dar aula, gente para discutir com ele e tal. O Marcos Amorim foi um deles. Ensinar o que é moeda, o que faz um banco central... Coisa que o Itamar, por exemplo, podia ter tido. Não teve ninguém para fazer isso com o Itamar. [risos] Mas não custa nada, custa pouco, em coisa assim de duas horas de aula você resolve aquele problema sério. [riso] Então o Mário Henrique teve um pouco esse papel, também; o Geisel o usou até para isso. Por quê? Bom, o

que é que o Geisel provavelmente não queria? Que ele fosse fazer isso com o Delfim, não é? – como terminou fazendo. [riso] O Geisel, naquela idéia de que ele podia controlar o governo seguinte também, não é? Bom, fomos longe.

V.A. – Bom. Eu tenho uma série de...

D.C. – Eu imagino que... Eu tenho um problema que é o seguinte...

V.A. – Certo. Vamos combinar. São quinze para as sete.

D.C. – Às sete e vinte, sete e meia mais ou menos, eu tenho que estar presente numa gravação lá na TVE. Então, podemos fazer o negócio até às sete, uma coisa assim, e, se for o caso, vocês acharem interessante, eu posso até, depois, fazer uma outra coisa etc.

V.A. – Eu acho que a gente precisa ter várias sessões de entrevista, porque tem muita...

C.S. – Depende da sua disponibilidade.

V.A. – É, depende da sua disponibilidade. Mas nós estamos muito interessados em que o senhor venha aqui várias vezes.

C.S. – Porque nós temos algumas questões mais pontuais, também, para perguntar.

D.C. – Sei. É, talvez eu possa ser mais objetivo, senão essa coisa fica uma conversa muito...

V.A. – Não, não é questão de objetividade.

C.S. – Não é. A gente quer retomar alguns pontos, trazer a discussão para alguns...

V.A. – E desenvolver outros, que, conforme o senhor foi falando, eu fui anotando aqui...

D.C. – São 30 anos de experiência e de pensamento sobre isso, de modo que nós não vamos conseguir esgotar isso tudo.

V.A. – E não é nossa pretensão esgotar, também não.

D.C. – Vamos ver então os nós; os nós que vocês acham importantes, a gente pode... Você quer ver alguma coisa hoje ainda?

V.A. – Bom. Não sei. O que é que você acha?

C.S. – Bom, depende do...

D.C. – Ainda tem mais um tempo. Não adianta eu chegar mais cedo lá

V.A. – O senhor tem disponibilidade para outros dias?

D.C. – Sim, tenho. Vamos fazer mais um, pelo menos. Qual é a data fatal de vocês?

V.A. – Não. Por enquanto, nós estamos preparando o livro, mas não temos data fatal, não.

D.C. – Tudo bem. Isso eu posso fazer.

V.A. – Uma coisa pontual: o senhor tinha dito que ele tinha sido chamado outras vezes antes de ser chamado pelo Geisel. Que outras vezes?

D.C. – Pois é, o Augusto... Eu me lembro da frase do Augusto, me lembro da forma jocosa como ele colocou o negócio do imperador do Brasil, mas eu não me lembro de ter feito essa pergunta. Certamente, eu era muito jovem, eu estava fora do sistema quando isso aconteceu. E eu acho que a primeira coisa que devem ter oferecido para ele foi a presidência do BNH, originalmente. Iluska há de saber disso. E o Augusto também. Porque qualquer coisa dessas, o Augusto é a pessoa... Ou o Luís Fernando pode saber também, pode ter essas informações. São pessoas que privavam mais dele. Ele não era um sujeito de ficar dizendo: “Ó, fui convidado para tal e não quis ir.” Não. Ele jamais faria uma coisa dessas.

V.A. – O senhor estava falando que, quando ele chegou a ministro da Fazenda, foi a primeira vez em que ele teve que formular as idéias, enfim, trazer idéias, e não só resolver problemas – que Roberto Campos dava um problema, ele resolvia.

D.C. – Isso, isso.

V.A. – E a gente leu umas coisas, algumas pessoas dizendo que ele antevia muito, principalmente depois, até, da saída dele do governo, que ele antevia problemas, enfim, resultados da economia.

D.C. – É verdade. Em 79 ele tinha plena convicção de que viria um desastre. E depois disso ficou claro, isso ficou muito claro. Em 79, eu não tenho dúvida.

C.S. – Aquela piada do barítono.

D.C. – É. *Voi aspetato el baritono*. E ele tinha, na época... Ele repetiu isso várias vezes, em várias ocasiões na vida: “Eu nunca imaginava... Quando o Delfim estava propondo baixar a taxa de juros naquele momento, e aumentar a indexação salarial, eu achava que o Delfim só dizia aquilo para me atrapalhar, porque ele queria a minha desgraça. Mas depois, não, depois eu descobri que ele era muito pior economista do que eu imaginava. Ele fez aquilo! Ele não precisava de fazer.” [riso]

C.S. – Ele acreditava!

D.C. – É. “Uma coisa é ele mandar eu fazer, para poder ver a minha desgraça. Mas, pô! ele fazer? Nunca imaginei isso.” Foi uma frase que ele usou muito. Quer dizer, então, antever, no sentido... Eu tenho vários episódios aí. Nessa época eu estava com ele, mais o Chico e o Marquinhos Amorim, nós tínhamos umas reuniões periódicas semanais – não me lembro qual era a frequência – lá em Brasília ou aqui no Rio, exatamente sobre inflação: “Precisamos conversar sobre inflação.” No início do ano estava um tema muito presente etc. Mas nós estamos falando é de 74. Ali, eu acho que a coisa foi mais complexa, ali ele fez uma proposta coerente, de política econômica, para lidar com o problema do choque do petróleo. Mas uma proposta coerente, de política macroeconômica, que envolvia pisar no freio. A economia crescia a 13% ao ano. A recessão provocada por ele resultou num crescimento, na segunda metade da década, de 7% ao ano. Essa foi a recessão do Geisel, foi 7%! [riso] Quer dizer, para você ver como tudo é relativo. Então, na época... Eu escrevi sobre isso, com um certo detalhe, para o livro dos 50 anos da Fundação¹². Ali eu fiz uma análise com algum detalhe, numa linguagem razoavelmente não técnica, sobre as ilusões dele em relação ao que poderia ser feito. Quer dizer, ele achava que os resultados, em termos de inflação, apareceriam mais cedo do que eles apareceram efetivamente. Ele inflacionou a economia imediatamente, liberando preços. Ele fez uma grande correção de preços, porque o Delfim tinha reprimido muito, estava muito reprimido. Ele disse: “Primeiro a gente tem que ver onde é que estão esses preços mesmo, para poder ver qual é a inflação verdadeira que está por trás disso.” Segundo, a idéia de que você teria uma política monetária mais restritiva, que envolvia, naquela época, uma restrição ao crédito do Banco do Brasil. Porque o principal instrumento de política monetária era o volume de crédito programado para o Banco do Brasil. E houve

¹² *50 Anos de Brasil 50 anos de Fundação Getulio Vargas*, em co-autoria com Marcelo de Paiva Abreu e Bolívar Lamounier. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

um erro gigantesco, na realidade, na execução. Na realidade, o Banco do Brasil terminou expandindo muito mais o crédito do que tinha sido programado. Mas o pior foi, e aí é que eu acho que foi o grande choque dele, a oposição interna, dentro do governo, à política econômica, à qual era atribuída, ou foram atribuídas, as mazelas eleitorais do governo.

C.S. – Mas aí é questão política.

D.C. – É, exatamente. Então, isso foi uma novidade para ele. Ele, no início, ironizava o Veloso. O Veloso, hoje, enfim, tenta vender uma história completamente diferente, mas isso... Tudo bem, é direito dele de preservar a sua própria biografia. Mas, na realidade, há alguns despachos do Mário Henrique nessa época que são maravilhosos e definitivos contra essa idéia. Duvido que vocês tenham dificuldade em encontrá-los. Porque ao argumento do Veloso de que o déficit não estava causando a inflação porque o déficit, em termos reais, estava caindo, o Mário Henrique fez um despacho memorável, dizendo que, na realidade, a inflação brasileira, em termos reais, devia estar caindo, que a inflação era só nominal. Ele dizia: “Se a moeda estava caindo em termos reais, os salários estavam caindo em termos reais, e o ministro do Planejamento está dizendo que as despesas estão caindo em termos reais, que o déficit está caindo em termos reais, na realidade, vai ver que a gente nem tem inflação. [riso] Fez uma ironia fantástica com os argumentos do Veloso na época. Isso já era no auge de uma irritação, porque ele não contava, ele não imaginava... A visão dele sobre o Veloso, no início, era uma visão de que o Veloso, em última análise, ajudaria. Dizia: “Não, não, o Veloso... Está lá, cuidando daquelas coisas dele, daqueles programas, no Planejamento, mas ele é um economista coerente, ele não vai atrapalhar.” Mas no fundo ele dizia assim: “Acho que eu consigo convencer mais o Geisel, do que o Veloso.” Mas o Veloso era um sujeito com muito mais visão de realidade de Brasília, e o Ministério do Planejamento tinha uma capacidade de gasto, naquela época... Como orçamento era uma peça de ficção, a expansão da despesa era toda por programas – programas de investimento, primeiro, do Primeiro PND, depois, do Segundo PND¹³, que eram programas realmente de expansão do gasto público.

C.S. – Ele só estava subordinado ao presidente da República.

D.C. – Claro. E você tinha um tal de Conselho de Desenvolvimento Econômico, CDE, do qual o Veloso era o secretário-executivo, no qual você tinha... A autorização para

¹³ O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento foi elaborado para o período de 1972-1974 e o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento para o período de 1975-1979.

dispêndio vinha de uma aprovação numa exposição de motivos que tinha força de decreto. Ou seja, você levava um arrazoado com os números para o presidente, discutia no CDE, aquilo era aprovado no CDE, tinha uma exposição de motivos, o Geisel botava o “E. Geisel” ali em cima – “Aprovo, E. Geisel” –, acabou. Aquilo era uma autorização de dispêndio. Então, se tivesse que fazer mensagem ao Congresso, faria mensagem ao Congresso, se fosse decreto-lei, era decreto-lei... Aquela assinatura no cantinho da exposição de motivos era uma vastíssima autorização para dispêndio que era impossível – você não tinha meios, em qualquer outro lugar do governo – de segurar. Na realidade, a virada dele para o Ministério do Planejamento, depois, teve muito a ver com isso. Ele dizia: “Não, se você não controlar lá... Na realidade, o ministro da Fazenda vai simplesmente referendar uma despesa que já está feita e um déficit que já existiu. Ou ele vai criar o caos na economia. E na hora de criar o caos na economia, ele vai ter que voltar atrás.” Era a experiência de 74. Ele inviabiliza o governo, ele faz o PMDB ganhar, ele faz qualquer coisa, mas é o ministro da Fazenda que vai, quando ele tenta segurar o que já foi feito.

Então esse foi o choque de realidade. Eu diria, para colocar a questão num tema: era a inter-relação entre o poder efetivo do Ministério do Planejamento como secretaria executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e a proximidade que isso dava do ministro do Planejamento ao Palácio – que sentava no Palácio e, portanto, percebia a sensibilidade política, o que é que estava incomodando – que melhorava muito os argumentos do Planejamento. E ele achava que podia fazer com o Figueiredo, depois, a mesma coisa que o Veloso fez para ele, com o sinal trocado. Erro. Não é? Um erro.

C.S. – Quando ele viu o Delfim...

D.C. – É, exatamente. Disse assim: “Não, tudo bem, tem o Delfim...” Ele, como ministro do Planejamento, o Marcos Amorim como secretário-executivo, que estava cuidando, e era um sujeito realmente organizado, um bom administrador de fundos... Então, ele disse: “Não, o Marcos não vai explodir o orçamento nunca, e vai controlar as estatais...” Naquela época o projeto era todo esse. E na realidade o Marcos é que montou isso, enquanto o Mário Henrique tratava da coerência e de convencer aos outros ministros e ao presidente e aos políticos, de alguma forma, de que efetivamente você estava numa situação internacional muito pior do que a gente estava vendo aí em 74. Quer dizer, que não dava para

repetir a brincadeirinha e que agora não era agüentar uma inflação de 30%, era ir para uma inflação de 100 ou mais. Ok?

V.A. – Eu acho que... A que horas o senhor quer sair daqui?

D.C. – Eu acho que eu tenho que sair agora mesmo, porque... Eu tenho uns vinte minutos para pegar um táxi. Está bom?

V.A. – Então está.

[FINAL DA FITA 2-B]

2ª Entrevista: 14. 11.2000

V.A. – Professor Dionisio, nós temos uma série de questões ainda a conversar com o senhor, mas gostaríamos de iniciar no próprio governo Geisel, com a atuação do ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen. Dali a gente pode se ramificar para antes ou para depois.

Nós achamos, na entrevista do Geisel que foi publicada aqui pelo CPDOC, uma referência ao Simonsen em que ele diz assim: “Simonsen de vez em quando arrancava os cabelos e vinha a mim com o problema da inflação. Pensávamos na inflação, procurávamos adotar medidas para reduzi-la, mas não era o problema número um do governo. Nosso problema número um era desenvolver o país, dar emprego, melhorar as condições de vida da população. Para tanto, tivemos que recorrer ao crédito externo que na época era muito favorável.” Então, a gente queria começar com essa frase do Geisel e discutir um pouco a política econômica do período, que o senhor desenvolveu bem naquele livro sobre os 50 anos da Fundação¹⁴ e no capítulo do *A ordem do progresso*¹⁵, e que tem a fórmula que é crescimento com endividamento externo e tolerância com a inflação, que é o que o senhor diz. E nós achamos que aqui, nessa frase do Geisel, é exatamente disso que se trata.

Quer dizer, a inflação não era o problema número um. O problema número um era desenvolvimento e para isso tiveram que recorrer ao crédito externo. Então, nós queríamos

¹⁴ *50 Anos de Brasil 50 anos de Fundação Getúlio Vargas*, em co-autoria com Marcelo de Paiva Abreu e Bolívar Lamounier, Rio de Janeiro: FGV, 1994.

¹⁵ *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1899* / Marcelo de Paiva Abreu (org.); Marcelo de Paiva Abreu... [et al]. – Rio de Janeiro: Campus, 1990.

começar discutindo essa visão geral da política econômica nesse período e depois também coisas mais específicas.

D.C. – Ainda independente do Mário Henrique, isso é uma coisa geral mesmo, a minha visão hoje... Por que a inflação não era o problema número um? Essa é uma boa forma de... E talvez o Mário Henrique fosse uma boa fonte para isso mesmo. Em 1973, outubro se não me engano, aqui na Fundação teve um seminário internacional dos 21 anos, se não me engano, do BNDE. Estavam presentes vários ilustres economistas internacionais, economistas americanos, ingleses etc., e o Mário fez uma excelente palestra. Eu estava na mesa, como comentarista, e ele fez uma excelente palestra sobre o porquê da inflação aqui não ser um problema tão grave. No fundo, [riso] talvez ele tenha pago nos seis anos seguintes, nos cinco anos seguintes, pelas suas palavras de outubro de 73.

O ponto era que a inflação não era tão importante não porque ela fosse tão baixa assim. Na época, em 1973, o governo tinha uma meta de 12%, tinha virado uma meta mais do que meta, era quase uma ordem. Era uma espécie de símbolo dos resultados do Médici. Mas não era porque era 12% ou 15%, como efetivamente devia ser, ou um pouco mais. Enfim, por volta disso. O número, para a época, não era considerado de fato exagerado – hoje é considerado um número alto. Mas principalmente por uma razão que o Mário Henrique expôs, que era o fato de a gente ter diminuído de uma forma muito dramática e visível os custos de uma inflação pelo advento da correção monetária, pela generalização da correção monetária. Quando nós aprendemos economia, antes disso, os danos da inflação eram essencialmente que a inflação era um grande mecanismo de transferência de renda – inflação não cria renda, inflação transfere – do setor privado para o setor público e de quem carrega dinheiro no bolso para quem consegue proteger o seu dinheiro. Então, essas transferências são tão maiores quanto maiores forem as taxas de inflação. E, na realidade, elas destróem os mecanismos de poupança, a inflação destrói o mecanismo de poupança exatamente porque os mecanismos de poupança são baseados em alguma taxa de juros conhecida. Quando você aplica, compra uma letra de câmbio, faz um depósito a prazo, você tem uma taxa de juros conhecida. Com a inflação, quando você *a posteriori* ia ver o que tinha acontecido com a remuneração da sua poupança, você descobria que alguém tinha tomado um pedaço daquele seu consumo futuro. Poupança só serve para isso, é um adiamento de consumo. Então, alguém roubou um pedaço daquele seu consumo futuro, sua capacidade, seu poder de

compra futuro. Se você instituía a correção monetária, a correção monetária tirava um bom pedaço – achava-se na época –, eliminava esse custo e portanto diminuía muito o custo de ter uma inflação alta. Ora, se o custo da inflação era bem diminuído, e se na realidade nós tínhamos revigorado, como nas palavras dele, você reconstruiu um sistema de poupança e empréstimo baseado na correção monetária. Então, o tópico da palestra dele na época era exatamente por que, no Brasil, uma inflação alta não era tão problema.

Bom, na realidade o que aconteceu foi que em 1974, como havia uma grande repressão de preço, ou seja, havia preços que não subiam porque estavam tabelados, no momento que você desreprimiu esses preços – e foi a primeira coisa que o Mário Henrique fez, mandou desreprimir os preços, ou seja, concedeu os aumentos que estavam represados para poder a gente enxergar efetivamente quais eram os preços de mercado, os preços reais –, a taxa de inflação foi dos 12% oficiais para 30%. Na realidade, o pico anualizado deve ter ido a bem mais do que isso em meados do ano. Não tenho os números na cabeça, mas alguma coisa como uns 40 ou coisa parecida e chegou no fim do ano em torno de uns 30%. Então, essa foi a herança nova. Se a gente tivesse pura e simplesmente feito a correção de preços... E essa correção de preços era uma coisa muito parecida com o que tinha acontecido em 64, onde você tinha também uma grande repressão reprimida na época do golpe militar e houve uma desrepressão de preços. Nessa desrepressão de preços, a taxa de inflação efetiva de 64 foi muito alta, mas não deixava uma herança tão grande, você podia fazer uma política econômica com base nos preços que você via. Então, isso permite que você saiba se o salário real está muito alto ou muito baixo, se a taxa de câmbio real está muito atrasada ou não, muito baixa ou muito alta, se a atual taxa de juros é muito alta ou muito baixa... É quando você vê efetivamente os preços em movimento.

Então, o programa de estabilização do Mário Henrique tinha duas etapas. Uma, era essa desrepressão de preços para você ver o que era, uma tarifação mesmo. Depois, um processo de austeridade fiscal. A desrepressão de preços já iria corroer o acréscimo de moeda que tinha havido no ano anterior. Em 73 teve um aumento dos meios de pagamento muito forte, aquele era um indicador de como a política monetária estava agindo sobre a economia. Ora, você estava jogando o poder de compra aos preços antigos: deixa os preços subirem, aquele poder de compra é diminuído, é subtraído pela própria elevação de preços. Então, só isso já é uma diminuição de demanda. O segundo passo era fazer uma elevação de

juros, paralelo a isso. Na época, como você tinha um sistema privado de poupança e empréstimo muito restrito, na realidade construção de crédito era essencialmente controle das aplicações do Banco do Brasil. Ou seja, controle do crédito do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, que era um crédito administrado pelo governo, que não era administrado com critério de mercado, na sua maior parte. Era simplesmente... enfim, era alocação por linhas: vou dar tanto para a agricultura, tanto para a indústria, tanto para crédito ao consumidor... Era um sistema administrativo de alocação de crédito. As agências bancárias, os bancos, só iam tomar decisão, na melhor das hipóteses, se emprestava para você ou para ele. Mas ia ser para alguém como você, já estava predestinado a isso. Então, como o Banco do Brasil, que era a principal agência de crédito da economia e acumulava as funções de Banco Central, a carteira de câmbio era do Banco do Brasil... Nessa época a carteira de câmbio não era mais não, mas tinha a conta movimento, que ainda era a forma pela qual o sistema bancário tinha direito à liquidez, exercia seu direito à liquidez, era através do Banco do Brasil. Então, com isso o Banco do Brasil era como se fosse uma grande conta em aberto. A única coisa que o limitaria... como ele não tinha reserva inflacionária, não tinha nenhuma das limitações que os bancos privados têm, não tinha caixa obrigatória, nada disso, a única forma de controlar as aplicações do Banco do Brasil, o que quer dizer a oferta de crédito do país como um todo, era controlar as próprias aplicações. Era fazer um orçamento de crédito do Banco do Brasil. Esse orçamento de crédito do Banco do Brasil, que era uma coisa consolidada com previsões de reservas internas e consolidada com as necessidades de financiamento ao próprio governo, se consolidava isso num negócio chamado orçamento monetário, que eu tenho a impressão que tinha sido uma coisa inventada pelo próprio Simonsen. Não tenho certeza disso, pode ter sido o Casimiro. Ou ele ou o Casimiro Ribeiro. Mas o fato é que aquilo era um instrumento de política monetária que juntava política monetária com política fiscal. A segunda etapa do esforço de estabilização era, exatamente, o disciplinamento fiscal e monetário a partir de uma programação do orçamento monetário.

Todo o conflito em torno da política econômica a que o Geisel está se referindo implicitamente, dizendo que aquele não era o problema principal, se materializava em duas etapas. Primeiro, na autorização para o dispêndio. A autorização para o dispêndio, num programa novo, era uma autorização feita ao nível do que se chamava na época Conselho de Desenvolvimento Econômico, CDE, do qual o ministro Veloso era o secretário-executivo. E

você arrancava essa autorização do presidente na forma de uma exposição de motivos. Você no fundo fazia um arrazoado do porquê aquele gasto devia ser feito. Havia coisas que simplesmente uma vez você levava, levava um parecer, aquela exposição de motivos, e o Geisel, o presidente na época, simplesmente autorizava. “Autorizo”, punha Geisel em baixo, e acabou. Aquele era um documento que autorizava a despesa. Bom, a autorização de despesa estava ali, podia até precisar de alguma legislação paralela, às vezes precisava de mais um decreto, um decreto-lei, precisava de uma mensagem, podia ter vários desdobramentos, às vezes criava um órgão, criava um programa... Então, tinha todo um mecanismo que envolvia os outros poderes nisso, o Poder Legislativo. Mas a primeira fase da autorização de dispêndio era essa, o déficit era construído ali.

A segunda fase era quando você ia fazer o *funding*, onde efetivamente ia se materializar o dispêndio. Como o Banco do Brasil era o banqueiro do governo, todo o dispêndio, em última análise, não todo, mas a maior parte deles, se materializava na abertura de um crédito no Banco do Brasil, ou seja, uma operação ativa no Banco do Brasil. Era uma autorização para gasto: “O órgão DNER está autorizado a fazer uma nova estrada.” Está autorizado por uma exposição de motivos. E, na realidade, como ele transformava aquilo em gasto efetivamente? Ele tinha uma conta no Banco do Brasil, por conta de um programa, e aquela conta era suprida pelo tesouro dizendo: “O DNER tem o direito a gastar aqui”. Ora, aquilo ia sair do Banco do Brasil na forma de uma grande conta de aplicação, uma grande conta de gastos. Então, essas contas de gastos é que estariam subordinadas, em tese, à programação das operações ativas do Banco do Brasil que era objeto do orçamento monetário. Então, essa era a segunda etapa dele. Ele dizia: “O Veloso autoriza e eu, simplesmente, como tenho o orçamento monetário, consigo segurar aqui.” Então, o conflito se materializava ali.

Quando aparecia a história da inflação? O Mário Henrique levava um despacho para o Veloso dizendo: “Olha, o Banco do Brasil está saindo da programação”, ou para o Conselho Monetário Nacional: “O Banco do Brasil está saindo da programação.” “Mas não, saiu por uma questão prioritária”, aí tem sempre um arrazoado: “Mas vai entrar mais dinheiro depois, o país está crescendo, a arrecadação está maior também do que a gente imaginava etc. etc., portanto isso não vai ser um problema para a frente.” E isso ia sendo empurrado com a barriga até que efetivamente precisava de um árbitro para dizer ou se cortam outras

aplicações do Banco do Brasil ou simplesmente se dá pau na máquina. O Geisel está dizendo: “O nosso problema não era inflação, nós precisávamos desenvolver...” [riso] Na hora pendia para o desenvolvimento. A idéia de que você poderia provocar uma recessão era sempre assustadora. O curioso é que, diante do crescimento anterior, do crescimento de 72-73, qualquer taxa de crescimento responsável seria uma recessão.

Então, ao Mário Henrique cabia o papel inexorável de causar uma recessão, [riso] e de administrar essa recessão. E como, do outro lado da recessão, a alternativa... Se ele não causasse uma recessão, a inflação não seria um problema tão grave, como ele próprio já tinha mostrado. Ele ficou numa posição muito enfraquecida na prática da política econômica, apesar de muito sintonizado com o Geisel em termos da lógica da política econômica. A lógica da política econômica, os princípios... O Geisel era uma pessoa, aliás, fundamentalmente austera, até pessoalmente. Então, não precisava vender a idéia de austeridade para o Geisel, ele já veio com a idéia de austeridade. No entanto, o fantasma da recessão, o fantasma de que um excesso de austeridade – entre aspas – poderia fazer o país cair na recessão, com conseqüências políticas perigosas, era um grande risco na época. Isso ficou mais claro ainda quando o governo perdeu as eleições de outubro de 74, que elegeu todo mundo que a gente conhece, [riso] o Itamar, Montoro, toda a geração de depois, do processo de redemocratização, que apareceu ali.

C.S. – Nesse governo se tinha um compromisso com a variável política.

D.C. – Exatamente, ao contrário do governo Médici. A virada foi ali porque o Geisel tinha que administrar duas coisas. Vou chover no molhado, mas ele tinha que administrar duas coisas: a economia, que tinha herdado do Médici uma situação absolutamente irreproduzível... [riso]

C.S. – E que era a grande legitimidade...

D.C. – Exatamente, a grande legitimidade. E ele não poderia reproduzir aquilo. Condições completamente diferentes, tinha havido o choque do petróleo, o mundo entrou em recessão em 75 e a sua capacidade produtiva não podia crescer 12%, 13%. No segundo PND, que foi aprovado em 75, a taxa de crescimento projetada era 10% ao ano – 10% ao ano! Na realidade, nos anos da recessão Geisel, do fim do milagre, nós crescemos 7% ao ano. [riso] Todo o esforço foi para crescer só 7%. Quando a gente dizia isso em encontros

internacionais, o pessoal se assombrava, e morria de rir. Dizíamos: “Nós estamos com um problema sério: 7%...” No fundo, é um problema sério que a Coréia tem agora. A Coréia, para crescer 7% é um problema, os bancos quebram com a Coréia crescendo só 7%. Então, é de fato é um problema. Ouvindo de um, ouvindo de outro... aqui está crescendo 3%, como nós olhamos e dizemos: “Imagina, que graça...” Mas exatamente o nosso problema, na época, era esse. Então, esse conflito o Geisel tinha que administrar: entre o que sucederia à prosperidade do Médici de um lado, ou seja, que combinação de instabilidade monetária, inflação, com desenvolvimento, Brasil grande etc., era tolerável do ponto de vista da legitimidade do governo. E de outro lado, ter que administrar seu público político que, na realidade, era o Alto Comando.

As restrições batiam direto no Alto Comando e eles não estavam acostumados com essas restrições. Na realidade, o saneamento financeiro feito em 64 e 66 abriu um espaço enorme para gastos, inclusive para gastos militares, a idéia da segurança do Estado, segurança nacional que não existia sem a segurança do Estado. E que era uma doutrina encarada de um ponto de vista muito mais global. Quer dizer, o crescimento, o combate à pobreza, dar esperança de trabalho, isso fazia parte da segurança nacional inclusive por razões políticas. Você não conseguiria combater o comunismo se gerasse mais desemprego. Era de fato essa visão mais global da Escola Superior de Guerra que no fundo dava apoio a uma política fiscal que em última análise, impunha que o país tentasse crescer além do que permitia a sua poupança. E isso, em última instância, implicava em duas coisas. Primeiro, que o governo tinha que se endividar porque o setor público não gerava poupança suficiente. E segundo, o país como um todo tinha que se endividar porque o país como um todo não gerava poupança suficiente.

O que o Geisel está resumindo aí, é que a dívida é consequência disso. Quer dizer, houve um pouco mais de tolerância com a inflação e um pouco mais de tolerância com a dívida porque as condições de endividamento eram favoráveis. Eram favoráveis na medida em que as taxas de juros eram baixas em termos internacionais. Você conseguia crescer mais do que a taxa de juros, portanto sua dívida em proporção ao produto não deveria explodir. E mais do que isso, as exportações nos dois ou três anos anteriores, tinham crescido muito depois da mudança da política cambial de 1967 pelo Delfim. Isso significou, na realidade, que você olhava um potencial de crescimento das exportações muito grande. As exportações

cresciam, sei lá, 18%, 20% ao ano, o mundo crescia 9%, 10%, e você pagava juros de 5%, 6%. Então, faz sentido se endividar. Só que você não tinha garantia que o mundo continuaria a crescer 9%, 10%; e efetivamente em 75 não cresceu, caiu. Suas exportações, portanto, não podiam crescer 18% porque o mundo não crescia tanto e efetivamente pararam de crescer as exportações. As suas importações começaram a crescer muito porque você teve um choque de preços relativos, por que o petróleo subiu e você tinha muito pouca base para substituir o petróleo a curto prazo. E você não tinha formas de gerar mais poupança simplesmente porque você estava em desrepressão salarial, então o setor privado não ia gerar mais poupança. O setor público não ia gerar mais poupança tampouco porque na realidade... Ou melhor, até que gerasse um pouco mais de poupança, mas estava gerando muito mais investimento do que poupança, portanto gerando muito mais déficit.

C.S. – Em 75 esses sinais já eram rastreados...

D.C. – Perfeitamente claros, mais do que rastreados. A dúvida que havia em toda parte, não era só do Brasil, nós fomos otimistas, o governo, mas na realidade, o mundo, de um modo geral, logo depois do choque teve a percepção de que a absorção do choque seria muito mais rápida do que se imaginara antes. A recessão de 75, na realidade, foi vista como de curta duração.

E depois veio um diagnóstico, mais de engenheiro do que de economista, na época, mas que foi muito importante, que foi o diagnóstico da base energética e da base mineral de exportação brasileira. O choque do petróleo obrigou o mundo inteiro a olhar o quadro energético mundial.

C.S. – Rever a matriz energética.

D.C. – Rever a matriz energética, de certa forma. Então, olhar o quadro energético mundial e dizer, primeiro, que você ia ter que substituir fonte não renovável por fonte renovável. Ou seja, os árabes no fundo tinham feito um favor à humanidade mostrando um preço que refletia muito mais a escassez, estava muito mais representando as gerações futuras do que o nosso padrão de consumo de petróleo na época. Diante disso, que países tinham chance? Primeiro, país que tivesse petróleo. Segundo, o país que tivesse alguma coisa que substituísse o petróleo; nós tínhamos, pelo menos em parte, imediatamente que era a hidroeletricidade. Para isso, você precisa de dinheiro para poder investir. E como você pode

transformar essa hidroeletricidade em divisas, para resolver o problema prático? Então, vamos produzir eletro-intensivo. Tinha bauxita, então podia produzir alumínio. Podia produzir todos os não-ferrosos que na realidade usam muita energia. Você pode converter uma grande parte de sua indústria, onde tinha forno que queimava petróleo, para ser operado com energia elétrica. Então, essa mudança da matriz energética dava uma base para o programa de investimentos, uma base lógica, uma base técnica. Quando você transforma uma base técnica em uma base econômica, você precisa de preços. E como preços, nesses casos, são sempre preços por vir, e nós estávamos diante de um grande choque de preços relativos, o que caracteriza um choque de preços é que ele bagunça sua capacidade de prever preços. Todos os seus dados passados ficam pobres para prever o futuro. Qual era o preço do petróleo que você deveria usar para fazer um projeto de substituição de energia que ia entrar em funcionamento oito, 10, 15 anos depois? Nós tínhamos passado de quatro para 13 dólares. O próximo seria o quê: 20, 30, 40 dólares? Quanto mais pessimismo havia com as fontes tradicionais, mais caras as fontes alternativas, porque é isso que acontece tipicamente. Na guerra você tira combustível de qualquer coisa, você transforma qualquer coisa em combustível, mas essas coisas são menos eficientes e mais caras. Você está destruindo outras coisas, florestas, o que quer que seja. Na realidade são custos crescentes.

O cálculo militar da matriz energética era sempre muito pessimista em termos de preços. A lógica da segurança militar, a segurança nacional do ponto de vista militar, era uma lógica muito pessimista em termos de preços porque é a lógica da mobilização. Ou seja, se eu tenho que pegar um tanque aqui e levar até Manaus para impedir a ocupação da Amazônia, não quero saber se essa gasolina, esse diesel está custando 30 dólares, 40 dólares. Eu quero saber se tenho o diesel, porque se não tiver o diesel a preço nenhum... Militar não pensa em preço. Na guerra, a primeira coisa que você faz é controlar todos os preços; estatizar a produção e fazer uma alocação administrativa, estratégica – não é isso? Mercado é um negócio para tempo de paz, mercado é frescura... [riso] Então, se você trabalha num cenário de guerra, seus preços... Levando isso à lógica da alocação de recursos, vale tudo. “Me dá energia, não quero saber a que preço. Esses caras não sabem nem qual vai ser o preço do petróleo daqui a 10 anos, 20 anos. Eu vou ter que administrar o país daqui a 20 anos. Nós, brasileiros. Então não importa se esse troço... Tem ou não tem...” Qualquer argumento negativo, pessimista ... E economista não gosta de ser otimista, não gosta de ser o lado

otimista porque não cabe bem na gente. É um vício profissional ao contrário, nós somos a essência do pessimismo. Mas tem alguns que são mais pessimistas do que nós, que são os militares. Efetivamente eles têm que ganhar a guerra, [riso] têm que ganhar o território. Então: “Esse negócio de custo a gente vê depois”. Nenhum general vitorioso foi julgado pelo custo da sua vitória. Foi julgado pelo custo da sua derrota; pelo custo da sua vitória, nunca. [riso] Ninguém viu quanto Napoleão gastou até ele perder. Quando ele perdeu... Aí tem os gráficos todos mostrando que ele destruiu as finanças do Império...

Esse conflito estava aí. Você passa isso para as coisas de paz, passa isso para os programas do Veloso, a lógica é visível, é exatamente a mesma lógica. “Bota um prequinho ali...” Nem por maldade. É só você ser um pouquinho pessimista que justifica o PND inteirinho, em termos de preço. Agora, se o mundo não entrou em colapso, se sobrou petróleo dois anos depois, se o preço do petróleo caiu, aí você estava numa situação muito pior porque estava com um programa de investimentos mais ambicioso do que era possível fazer durante os cinco anos. Então, na segunda metade do governo Geisel a coisa começou a mudar desse ponto de vista. Primeiro que a inflação não caiu tão rápido quanto se imaginava. Ela começou a cair até rápido no início de 75 mas o pavor da recessão fez com que se remonetizasse um monte de porcaria que tinha... A poupança de curtíssimo prazo foi toda monetizada com a mudança de correção monetária. Aquilo é um episódio financeiro, mas enfim... Mas do ponto de vista macroeconômico, o que aconteceu foi isso. Ou seja, até tinha conseguido trazer para dentro do governo um monte de poupança de curto prazo por causa da bendita correção monetária. As previsões do Simonsen de 73, desse ponto de vista até estavam funcionando. A correção monetária impediu que você tivesse uma grande perda de poupança. Numa época em que você precisava de poupança, até foi uma coisa boa, só que você não conseguiu sustentar a regra. Essa regra não conseguiu ser sustentada. Isso foi o que aconteceu em 75 e aí houve um segundo ciclo de expansão monetária. Teve o primeiro ciclo que foi o do Delfim, e aí o Mário Henrique contraiu a moeda praticamente até o início de 75. Em janeiro de 75 ele estava pressionado. Os analistas do Planalto diziam assim: o Geisel estava mandando reativar a economia...

C.S. – “Perdemos a batalha das urnas.”

D.C. – “Perdemos as urnas.” Você olha os dados de moeda e a moeda estava encolhendo. Era como se o Geisel dissesse: “Estou mandando expandir, acabar com essa

história de recessão e você continua contraindo a economia”. E isso em janeiro, em fevereiro... Então, na realidade, a pressão para reflacionar era muito grande. Os preços até caíram! Realmente, a taxa de inflação veio para um mínimo, em junho ela já estava em menos de 20 ou em torno de 20, por aí. Até o programa tinha sido de muito sucesso. Mas o pavor político causado pela combinação da recessão com a derrota nas urnas era realmente uma... O PMDB tinha virado um partido efetivamente, cheio de moral, que se encaixava na distensão. Tinha um serviço a prestar ao governo, legitimava. Então: “O Congresso vai ficar aberto, quero ver se vocês fazem isso mesmo”. Todas as crises políticas durante o governo Geisel...

[FINAL DA FITA 3-A]

D.C. – Todas as crises políticas durante o governo Geisel no fundo testavam o limite até onde o alemão podia ir. Aquela crise onde foi cassado o Alencar Furtado... Eu me lembro que fez um discurso muito violento, nem era uma pessoa radical nem nada, mas a virulência dos discursos...

C.S. – O Lisânias também.

D.C. – O Lisânias... Era o conteúdo do discurso. Se ele tivesse o conteúdo do desafio, de dizer: ‘Estou testando a autoridade’, para usar a expressão do senador pelo Maranhão, o Vitorino Freire que tinha uma frase famosa: “Pode tudo, só não pode balançar o coreto das autoridades.” [riso] Ele que inventou essa coisa de balançar o coreto. Mas era exatamente isso. Então, isso tinha um impacto sobre a política econômica muito grande. Quanto mais o Geisel tivesse que mostrar... Era como se ele tivesse um capital político com o Alto Comando, e ele tinha que administrar esse capital político. Então, na realidade, a subordinação da lógica econômica à lógica política era inequívoca.

V.A. – E nesse seminário de outubro de 73, já era assunto o choque do petróleo? Foi no final de 73...

D.C. – O seminário foi muito sobre o Brasil...

V.A. – Já se falava sobre?

D.C. – Não me lembro... Esse negócio, tem até um livro...

V.A. – Nem nos corredores? Porque era a época.

D.C. – Eu não me recordo de isso ter sido um assunto dominante. Dominante, certamente não. O efeito do aumento do preço do petróleo, não se tinha idéia... Primeiro que o aumento de preço veio em várias etapas, foi uma sucessão de etapas. Se confundiu muito com a questão política da Guerra do Yom Kippur, que foi 73 também. Deve ter sido em setembro de 73¹⁶. O seminário aqui foi em outubro, se eu não estou maluco. O que a minha memória diz é que se confundia muito a questão do preço com a questão da guerra. A Guerra do Yom Kippur já era um agravamento de tensões no Golfo suficiente para detonar a questão da Opep, a Opep virar uma entidade política. Então, todo mundo estava olhando para o lado político da Opep, mas o efeito preço veio sobre a economia mundial em 74 e 75. Eu me lembro que eu tinha um professor que era um pessimista energético, o Nicholas Georgescu-Roegen, ele sempre dizia que os árabes estavam certos e que estavam prestando um serviço para a humanidade, essa coisa toda, mas a visão era de que esses preços não iam resolver. Mesmo ele, dizia: “Vai ter queda de preço porque ainda tem muito petróleo para ser achado. Eles vão encontrar e o preço vai baixar.” O grande efeito era político. Então, na medida em que se distendeu a situação política no Oriente Médio, a preocupação com o preço era... “Já, já, cai”. Deixou de ser uma coisa estrutural.

V.A. – Ainda sobre o seminário, eu queria perguntar sobre a participação do Simonsen dizendo que a inflação no Brasil não era tão problema justamente por causa da correção monetária. Mas, nessa época, ele já tinha escrito um texto sobre inflação, gradualismo, tratamento de choque¹⁷, alguma coisa assim...

D.C. – Mas foi bem antes. Isso foi em sessenta e tantos, 69, 70.

V.A. – Pois é, em 70.

D.C. – Ele defendeu o gradualismo.

V.A. – Trazia a realimentação da inflação como um problema que, segundo ele, ninguém naquela época, início dos anos 70, via como um problema. Mas nessa palestra, parece que ele também não via como um problema.

¹⁶ O primeiro ataque da Guerra de Yom Kippur foi no dia 6 de outubro de 1973.

¹⁷ *Inflação: gradualismo X tratamento de choque*. Rio de Janeiro, APEC, 1970.

D.C. – Na realidade, ele percebeu a inércia. Ele inventou... O pessoal diz que quem inventou o negócio de inércia foi o Tobin¹⁸, porque o Tobin falou nisso uma vez, mas na realidade a inércia está toda lá nele. O Mário Henrique colocou essa visão da correção monetária aumentando a inércia inflacionária; vinha, na realidade, da própria fórmula da política salarial. A fórmula da política de salários de 64 já era um combate à inércia, só que, naquela época, você não tinha uma indexação tão generalizada de preços nem tão curta. Porque a indexação tem várias dimensões. A indexação anual é uma coisa, você pode perfeitamente indexar projetos anualmente, poupança, essa coisa toda, a inércia fica muito pequena. O problema é quando você começa a diminuir os prazos de indexação. E nós chegamos ao paroxismo do diário, que são as LFT¹⁹ que tem ainda, indexadas pela taxa de câmbio diária. Indexação diária realmente aumenta violentamente a inércia. O que nós estudamos no final dos 70 foi exatamente esse processo de aceleração da própria indexação. Tinha uma corrida entre a aceleração da inflação, que na realidade diminuía o efeito protetor da correção monetária porque, se você estava numa inflação de 10 e fazia uma correção anual, tinha uma determinada perda média de salário durante o ano. Se a inflação passasse para 20, a sua perda de salário médio era muito maior, ou do que quer que fosse sua remuneração média. Então, dada uma correção monetária, um padrão de indexação, uma das formas que você tem de reequilibrar a distribuição de renda – reequilibrar não quer dizer para melhor, pode ser para pior, fazer a poupança ganhar do investimento, só isso – é acelerar a inflação. Quando a inflação acelera, mantém a mesma regra de correção monetária, você deu a mesma perda salarial para o outro. Digamos que você só tivesse dois casos: lucro e salário, você está equilibrando entre lucro e salário, ou governo e setor privado, dá no mesmo. Então, a aceleração da inflação era sempre uma forma de corrigir, vinha naturalmente. Ela corrigia a economia, aumentava a taxa de inflação dada uma nova indexação e dadas as despesas, dada a demanda. Era a política macroeconômica. Então, o que aconteceu foi que nós vimos, no final dos anos 70, a aceleração da correção monetária. A de salário deixou de ser anual para ser semestral, três anos depois passou a ser trimestral, em 1983, e terminou sendo mensal com o 2045, o último decreto-lei, quando ela passou a ser mensal com aquela inflação de 200%. Dessa corrida que a gente não tinha a percepção.

V.A. – E ele não chegou a falar nessa questão da realimentação da inflação.

¹⁸ James Tobin

D.C. – Não, da realimentação sim.

V.A. – Não, eu digo nesse discurso dele no seminário em 73...

D.C. – Sim, sim, claro. Porque inclusive a equação, eu me lembro até que fiz o comentário, era uma equação que a gente chamava naquela época de *feedback*. Realimentação era *feedback*, era o fato de a inflação de hoje depender da inflação de ontem. Então, é claro que o mecanismo de realimentação estava ali. Mas a realimentação é uma faca de dois gumes. Ela não é necessariamente ruim. Ele próprio explicou depois num artigo que, afinal de contas, se você tiver só a realimentação, você tem uma desinflação também programável, desde que esse índice não seja maior do que 1, desde que a inflação de hoje não seja um múltiplo da inflação de ontem. Se a realimentação for parcial, ou seja, não for igual a 1, na realidade você pode influenciar. Então, pára de crescer a moeda e o que vai acontecer é que a própria realimentação vai fazer a inflação cair. Ou seja, você poderia programar a desinflação, uma desinflação poderia ser programada.

A realimentação é um problema de você considerar ou não na política. Ela não era necessariamente destrutiva do sistema. O que foi destrutivo do sistema, sim, foi o fato de que, ao você aumentar a frequência dos ajustes, ou seja, diminuir o prazo de reajuste, você aumentar o coeficiente de inércia. A inflação subia e o que você fazia era aumentar a inércia. Aí não, aí não tem desinflação possível! Aí você entra realmente na inflação crescente. É uma realimentação crescente, não é só realimentação. A realimentação já tinha em 73, provavelmente tinha até no artigo do livrinho de 70²⁰, acredito que tivesse. O que ele não tinha era essa idéia, não me lembro se alguém tinha, que essa realimentação podia ser crescente. Porque só se falou em diminuição de prazo de reajuste em 79, foi só em 79. Ninguém pensava em correção monetária abaixo de um ano. Se começou a dar trimestral para caderneta, essa coisa toda já começou, mas era um ativo de curto prazo.

V.A. – E essa mudança na forma da correção, em 74, que ele faz...

D.C. – Correção salarial.

V.A. – Tanto da correção monetária como da correção salarial.

D.C. – Ah, sim, porque são duas coisas. A da correção monetária eu acho que foi em

¹⁹ Letras Financeiras do Tesouro

²⁰ Ver nota n° 4.

75, não foi?

V.A. – Em 74, os títulos...

D.C. – Em 74 eu me lembro. Na correção salarial, a crítica que se fazia era que a política salarial segurava... a base da estabilização era a compressão salarial, o arrocho. E ele dizia que aquilo não era necessário, que a fórmula em si tinha um erro porque não corrigia o resíduo. Então, ele corrigiu o resíduo. Essa foi a primeira mudança. Aí ele disse: “Essa fórmula pode se estender a toda a correção monetária.”

V.A. – Que ele botou a partir do IPA da Fundação Getulio Vargas.

D.C. – Sim. Até então, você não tinha formalizado o índice. Aliás, o Delfim administrou isso muito bem porque... Como não tinha uma promessa no índice, era uma portaria do ministro. E como era trimestral... E você olhando para trás... Eu lembro que fiz um artigo, em 78, 76, sei lá, mostrando que no fundo eles conseguiam manter mais ou menos uma média do índice que não era nem o IPA, era o ICV da Fundação, o antigo Índice de Custo de Vida da Fundação. E nós até dizíamos que o Índice de Preços do Atacado seria até melhor do que o ICV porque tinha umas vantagens de previsibilidade, ele era mais previsível. E se queria que a correção monetária fosse mais previsível, tivesse menos surpresa. O Índice de Custo de Vida era mais sujeito, na época... o próprio processo de coleta era menos previsível. Mas quando ele fez a fórmula, formalizou o IPA, já foi uma tentativa de recuperar a confiança nos próprios mecanismos de correção. Por quê? Porque quando acelera a inflação, as pessoas descobrem que como a correção é defasada, ela é sempre baseada na inflação que já passou, você está perdendo hoje. E isso tende a desmoralizar o mecanismo de correção. Correção monetária não foi feita para períodos de inflação crescente porque o contrato fica capenga. Você diz: “Opa, isso não defendeu”. Então, qual é a reação dos agentes? É botar prêmio em cima dos contratos, é dizer: “Eu quero correção mais tanto”. Esse mais tanto é a forma de se livrar de eventuais perdas. É a forma dos agentes demonstrarem na prática que estão esperando a inflação crescer. E quando eles esperam a inflação crescer, a política do governo fica muito pior em fazer a inflação cair. Então, pela lógica macroeconômica, era importante recuperar a confiança e uma forma de recuperar a confiança era dizer qual era o índice: “Vou publicar uma fórmula porque, publicando a fórmula, eu reduzo a incerteza e, reduzindo a incerteza, fica mais fácil para nós controlarmos a

inflação porque as pessoas têm mais confiança no que a gente está fazendo”.

E ele tinha sempre essa visão, de que não era necessário dar golpe, não era necessário fingir uma coisa e fazer outra. Tem essas duas visões de política econômica. Uma é você tentar *outsmart*, tentar ser mais esperto do que a população, os mercados etc. Você mantém um pouco de segredo, se antecipa a eles... Grande parte da política macroeconômica, no mundo inteiro, até meados da década de 70 era baseada um pouco nisso: “o que eu posso fazer que você não sabe que eu vou fazer?” A partir de então, toda a lógica da política macroeconômica – não foi Brasil não – nós só estamos vendo as consequências agora, no final dos anos 90, que generalizou isso, essa idéia de transparência de intenções do governo. O governo anuncia o que vai fazer, conta a história do que se passou na reunião do Copom, que era o maior segredo do mundo. Imagina! Claro, segredo não existe. Alguns vão saber, outros não vão saber. Então, hoje a percepção é que de fato... Mas essa percepção não havia na época, essa percepção de dizer: “Explicitite a fórmula, explicitite seu processo decisório”. Isso era considerado, na época, entregar o ouro ao bandido. Eu me lembro que as críticas que foram feitas na época eram: “Puxa, o Mário é maluco! Imagina! Botar uma fórmula de correção monetária! Está perdido. A grande vantagem é poder mudar toda a correção monetária...” Com inflação baixinha, a correção monetária de 1,0 ou 1,1 não fazia muita diferença, ninguém estava percebendo aquilo como perda, estava corrigido. Agora, com inflação de 30% e correção monetária mensal, e quando você começa a ter correção de títulos mensais e as pessoas comparando a poupança com CDB, comparando a poupança com outros títulos, comparando os títulos que têm correção monetária com os que não têm, isso vira uma grande questão. E foi a questão em 75.

C.S. – Mas era outra ambiência, não? Por que você trabalhando com expectativas racionais nesse esquema, num processo de maior abertura em que os agentes políticos já estavam podendo marcar presença nesse questionamento, a política econômica ganha um outro rumo.

D.C. – Você sabe que esse questionamento em volta da correção monetária existia independentemente do regime militar. Talvez, no auge, em 68, 69, o cara tinha que falar muito baixinho. Mas é dos contratos, não é só o problema salarial. No caso dos trabalhadores sim, porque você não tinha força sindical, [riso] não tinha força dos sindicatos para ser específico, a força não podia se manifestar. Mas o que acontece é que essas questões são questões de

contrato. Por exemplo, vou dar um exemplo de onde isso se manifestava: BNH, contrato do BNH com seus mutuários. O BNH você ainda pode dizer que tem movimento de donas de casa, inquilinos – lembram? Mutuário...

C.S. – Famerj, Faperj...

D.C. – Exatamente. Aí já é a chamada sociedade civil, no momento reclamando de tudo e presente em tudo. Mas estou falando da parte da sociedade civil que se manifestava muito bem sim no regime militar, que era o cara que tomava empréstimo no BNDE e queria sua correção monetária limitada. Esse cara nunca foi restrito pelo fato de ser governo militar não. O contrato estava ali, ele estava questionando o contrato. “Puxa, eu perdi, imagina! O governo é que toma conta da inflação, vai quebrar minha empresa porque me botou um contrato com correção monetária e a inflação foi muito maior. Olha aqui que coisa, como eu estou! Não vou ter preço!” Essas brigas estavam lá, na formação dos preços da petroquímica, na formação dos preços da indústria automobilística, da Fiat em 75, etc. Essas discussões estavam carregadas desses contratos. Então havia, do ponto de vista do Mário Henrique, essa visão assim: “Quanto mais você tirar da minha mesa, melhor. Não traz esse cara para mim para discutir o preço dele ou a correção monetária dele. Publica uma fórmula, ele calcula quanto vai ser e não vai ter nada que falar comigo.” Isso sim, é o oposto, isso é um estilo, um estilo completamente diferente do do Delfim. O Delfim diz assim: “Quanto menos você souber, mais você vem aqui para me dar informação.” Porque esse é o problema crucial do cara que está fazendo política econômica, a informação. Na época então, muito pior. O Delfim tinha aquela coisa assim: fazer o cara ir a ele era muito importante. Para o Mário Henrique isso era uma chatice.

C.S. – São perspectivas diferentes de atuação.

D.C. – Isso, exatamente.

C.S. – A questão da volúpia do poder.

D.C. – É... A própria visão... Volúpia de poder é uma coisa. De fato, desse ponto de vista é muito fácil, o contraste é visível. Mas havia também o problema de estilo. O Mário Henrique achava que estava perdendo tempo fazendo política, o Delfim estava ganhando tempo. [riso] “Pô, tirem esse cara daqui” – doido para alguém negociar, não ele, ele queria resolver o problema. Era o *problem solver*. Então: “Quanto mais eu conseguir resolver e

botar ali no piloto automático, melhor.” Ele estava se divertindo e o país estava melhor. [riso] Era mais ou menos isso.

V.A. – No seu artigo em *A ordem do progresso*, o senhor fala que em 74 os títulos acabam sendo substitutos próximos da moeda. É uma monetização dos títulos por causa dessa diferença da fórmula da correção monetária?

D.C. – É. Mas houve outra coisa também. Você teve a monetização dos próprios títulos em poder dos bancos e dos títulos que o setor privado, que o público tinha em sua carteira. A monetização dos títulos em poder dos bancos veio com a facilidade criada pelo próprio refinanciamento chamado refinanciamento compensatório que foi um crédito, fruto dessa idéia de pressão para remonetizar o sistema, pressão para reflacionar o sistema em janeiro, fevereiro. Estatísticas de moeda caindo, produção caindo e o governo: “não queremos mais recessão não”, e o Ministério da Fazenda não produzia esse aumento da oferta de crédito. O que estava acontecendo? O instrumento era essencialmente o redesconto, mas a oferta de crédito estava diminuindo, estava se encolhendo a curto prazo porque os bancos estavam mais incertos e na realidade não expandiam. Se os bancos não expandiam crédito, não podiam ir ao redesconto. Então, o Simonsen inventou uma coisa chamada o refinanciamento compensatório que era um redesconto sem você ter o que descontar. Seria assim: “Eu vou lhe colocar na conta para você expandir o ativo”. Então, era uma forma de quase você forçar o aumento de liquidez bancária de tal modo que os bancos passassem adiante a sua liquidez e assim estimulassem a economia. O que acontecia era que, como a correção monetária estava subindo, tinha defasagem e ela estava subindo, estava subindo porque a inflação passada tinha subido e ela tinha ficado mais previsível, como os bancos tinham um custo fixo, naquela época eu acho que era de 6% sem correção monetária dessa operação, e eles ganhavam 3% mais correção monetária no título do governo, eles pegaram todas as suas reservas e foram botando e monetizando esses títulos. Esses títulos eram tão líquidos quanto a moeda, para eles, e na realidade rendiam juros. Então, eles pegavam o dinheiro do governo de um lado e, em vez de botar no setor privado, botavam no próprio governo. Resultado: você olhava na estatística, o crédito não se expandia. O que estava acontecendo? Os bancos estavam revendo os riscos, revendo a expansão da economia, refazendo as contas porque afinal de contas se estava numa recessão, todo mundo com mais cuidado. Quando o sistema bancário tem mais cuidado, a economia encolhe.

O que estava acontecendo em paralelo a isso? Os bancos, na realidade todo o sistema financeiro começou a perceber o seguinte: como aumentou a demanda por seguro contra a inflação, por defesa contra a inflação, e não tinha títulos suficientes para isso porque você tinha que gerar mais déficit público para gerar mais, ou você tinha que gerar mais empréstimo imobiliário para gerar mais necessidade de caderneta de poupança ou você precisava gerar mais compra de automóvel para poder gerar CDB pós-fixado. Nenhuma dessas coisas estava acontecendo. Então, eles começaram a produzir um serviço que era o depósito à vista remunerado, não só bancos como corretoras etc. Mas só que o que era o depósito à vista remunerado? Você deposita comigo, tem a mesma liquidez de um depósito bancário porque, se eu sou banco, tudo bem, lhe dou a liquidez imediata, e se não sou banco, eu administro uma conta sua num banco. Simplesmente, digamos, você deposita comigo, eu sou uma corretora, você abre uma conta num banco e simplesmente me autoriza a aplicar aquilo como eu quiser, dá uma ordem de autorização – como você dá hoje para o seu banco aplicar num fundo, a mesma coisa. Só que naquela época não era um fundo, era uma corretora, uma distribuidora, uma empresa qualquer que tinha o direito de fazer isso para você. E esse produto, a única coisa que ele tinha que ter para não ser fraudado... Afinal de contas você estava prometendo correção monetária de um lado, ou uma parte dela, para os seus depositantes, então tinha que ganhar correção monetária de outro lado. Quem ia pagar correção monetária? Só o governo, porque não tinha mais crédito para o setor privado. E os caras procurando títulos e, quando chegou em agosto, setembro, eles estavam monetizando títulos de prazo muito longo. As obrigações da Eletrobrás que você tinha direito quando pagava a conta de luz. Você pagava uma conta de luz e tantos por cento ali você estava comprando em obrigações da Eletrobrás reajustáveis, em 20 anos, com correção monetária. Vinte anos! A liquidez de uma conta de luz era essa. Só que o cara botava isso no seu ativo e emitia para você um depósito que você podia liquidar no mesmo dia. Ou seja, amanhã. Eu só fazia isso porque achava que ele chegava amanhã e pegava minha conta de luz, e na realidade você simplesmente estava trocando liquidez com ele. Enquanto eu estou prevendo a correção monetária direitinho, não tem problema. Eu estou me antecipando. A fórmula do Simonsen permitia correção monetária e me dava um jogo certo. A correção monetária, eu faço a conta e sei que vai ser 3%; lhe ofereço 2,9, fico com 0,1, você está feliz porque defendeu seu dinheiro com liquidez imediata, não precisa nem esperar prazo de poupança nem coisa nenhuma e eu estou ganhando certo essa diferença. Aí, o que ele fez? (riso) Ele disse: “Não,

isso é uma distorção”. De fato era uma distorção, porque quando as corretoras e distribuidoras começaram a monetizar coisas como conta de luz, fazer depósito à vista com base em conta de luz, (riso) isso é um negócio completamente maluco. O que significa? Se você causa uma instabilidadezinha, esse processo é freiado. Ele causou essa instabilidadezinha fazendo uma coisa que o Bulhões já tinha sugerido há muito tempo que era dizer assim: “Escuta, correção monetária... Já que você botou índice, não devia ser inteiro o índice. Você tem que tirar as acidentalidades.” Isso, o Bulhões já tinha proposto há muito tempo. É o que a gente chama hoje o *core* da inflação, o núcleo inflacionário que a Fundação computa, o Ipea computa hoje em dia, os Estados Unidos computam. O Bulhões já pensava nesses termos, o *core* da inflação – não tinha esse nome –, o núcleo. Tira as acidentalidades todas. A única coisa que o Simonsen anunciou foi: “Olha, a partir de setembro, onde se lê, naquela fórmula, IPA, leia-se IPA expurgado das acidentalidades.” Isso fazia uma diferença de... sei lá, não me lembro, mas era assim de 1,8 para 1,7 ou 1,6. Mas era suficiente para mudar a correção monetária projetada, o cara já tinha prometido lhe pagar aquilo e ele, naquele dia, estava quebrado porque ia receber menos do que ia lhe pagar. Então, o que ele quis foi se livrar daquele papel. E quando ele quis se livrar daquele papel imediatamente, houve uma corrida! E o Mário Henrique olhando, disse: “Mas tem que quebrar mesmo, imagina! Uma corretora não é para fazer isso. Nem uma distribuidora. Não é para ter depósito. Se o cara estava depositando ali porque tinha mais do que no banco, estava sendo especulador. Deixa a corretora quebrar.” Quebrou a primeira, quebrou a segunda, quebrou a terceira... [riso] Aí, de repente se descobre o dominó. Como em todos esses casos de corrida financeira, o governo tem que decidir onde que pára porque só pára quando o governo entra e dá liquidez àquele papel que não tinha liquidez nenhuma. Como é que o governo dá liquidez? Ele aceita as contas de luz para pagamento imediato, é como você pagar imediatamente aquilo que ia pagar em 20 anos. Deu liquidez àquilo, o sistema parou de quebrar e você então, na realidade, teve uma remonetização enorme. Ou seja, a expansão monetária que veio depois dessa crise financeira foi muito pior do que a expansão monetária que ele tentou fazer no início do ano. Então, a combinação dessas duas coisas, muita liquidez bancária, um; pessimismo do lado dos bancos e das empresas, dois; e correção monetária previsível, três; e um comportamento altamente especulativo de corretoras, distribuidoras etc. fingindo que era banco, foi suficiente para... Eu podia adicionar um quinto elemento que foi, no fundo, a certeza, por parte de alguns, que o governo em última análise iria salvar os bancos. Por que?

Porque ele não salvou o Banco Halles em 1974, agiu dentro do que ele achava correto, e na realidade tinha gerado uma incerteza enorme e teve que socorrer muito mais banco porque deixou quebrar. Naquela época, lembrem-se que em 1974 você teve também a quebra do Franklyn National Bank nos Estados Unidos que foi um escândalo, um banco com, sei lá, 2 ou 3 bilhões de ativos, causou uma perda no sistema americano enorme, tanto que o Banco Central americano terminou salvando.

Então, já havia a percepção naquela época, foi quando começou a haver percepção, que os bancos centrais não iam cruzar os braços como cruzaram nos anos 30, principalmente quando se tinha recessão, e deixar o sistema bancário cair. Isso cria o que a agente chama hoje de *moral hazard*, o risco moral, quando você sabe que vai ser salvo e se joga pela janela porque alguém vai lhe salvar. (riso) Basicamente é isso. Então, os bancos estavam se jogando pela janela, em última análise estavam achando que o que aconteceu com o Halles não ia se repetir, principalmente depois do Franklyn e outras questões mundiais, porque o mundo estava em recessão, o Brasil tinha entrado numa recessão mesmo, tinha as limitações políticas que seriam insuportáveis. Imaginem o Brasil ter não só uma recessão como uma crise bancária em 75, para valer. Nem o MDB queria isso, ninguém queria isso. Na realidade, a crise foi em 76, não? A crise política do Geisel quando foi? Quando foi que ele fechou o Congresso...

V.A. – Em 77. O Pacote de Abril foi em abril de 77.

D.C. – Em 77. Na realidade, aquilo foi quase o adiamento. No fundo você percebeu a fragilidade do governo quando ele teve que socorrer a economia do jeito que pôde, ou seja, abandonando qualquer prioridade para a inflação e para a austeridade. Foi forçado politicamente lá na frente [riso] e mostrou onde estava o limite. Porque ali só foi forçado porque teve de fato o negócio da candidatura do Frota. Aí já era a sucessão e teve de fato uma... só prendendo mesmo.

[FINAL DA FITA 3-B]

D.C. – ...então, como o cara captava, o jogo dele era certo. [Inaudível] O cara especulava certo na correção monetária. Porque antes você especulava, com correção

monetária todo mundo especula. Você capta e diz: “Ah, está bom, não sei se vou ter mais ou menos que a correção monetária”. Nem todo mundo tem correção monetária. Quando você pega um empréstimo com correção monetária, você está especulando; você não sabe se sua renda vai crescer tanto quanto a correção monetária... Não é isso? Então, todo mundo que faz um contrato com correção monetária, de um lado ou de outro está especulando. Você está dizendo: “Opa, vou me dar melhor do que essa inflação”. Mas ela era desastrosa porque virou uma aposta certa e qualquer aposta certa, em termos financeiros, é potencialmente desastrosa porque você carrega o mundo em volta de uma aposta certa. [riso]

V.A. – Nesse caso, a transparência que ele queria dar acabou...

D.C. – ...sendo contra, claro. O que ele não contava? Ele disse: “Banco não vai fazer isso.” Mas fizeram as corretoras, as distribuidoras, a franja do sistema todo. Então, captavam... Na realidade, isso foi uma inovação financeira... Hoje a gente entende uma coisa: a Merrill Lynch – que era proibida de ter depósitos nos Estados Unidos porque a lei bancária, de 1934, não permitia que corretoras tivessem depósito à vista, da mesma forma que não permitia que bancos tivessem ações no seu ativo: “Você não mexe com depósito e eu não mexo com ação” – inventou uma operação que levou os Estados Unidos inteiros, e depois o mundo todo, a fazer a mesma coisa, que violou essa lei sem violar. Era a *Money Market Account*. A conta de *Money Market* da Merrill Lynch era exatamente isso que eu descrevi que a corretora brasileira fazia. Lá os bancos passaram a fazer. A Merrill Lynch não era banco, mas ela captava o seu depósito. Pegava o seu depósito, depositava no Citybank. Você dava uma autorização para a Merrill Lynch comprar ações ou comprar o que ela quisesse e ela lhe remunerava. “Quando você precisar de um dinheiro, telefona para mim que eu deposito lá. Estou lhe dando liquidez imediata usando como lastro títulos do tesouro, o que quer que seja.” As corretoras brasileiras estavam fazendo a mesma coisa. Foi uma inovação financeira que deve ter surgido, nos Estados Unidos, em 72... não sei, nos anos 70. E aí o FED terminou autorizando os bancos a fazerem isso e criaram as *Money Market Account*. Isso é fruto da inflação e da necessidade das pessoas se protegerem. Nos Estados Unidos, como você se protegia tipicamente da inflação? Sua poupança? Era uma poupança mas daquelas *Savings and Loan Association*, que era como se fosse a caderneta de poupança nossa. E a *Savings and Loan Association* pagava 3%, 4% ao ano de juros e a inflação começou a subir a mais de 10%. Então, todo mundo começou a perder. Resultado: todo

mundo começou a recolher o dinheiro das *Savings and Loan*, criou uma grande crise financeira nas *Savings and Loan* e levaram o dinheiro para essas *Money Market Account*; igualzinho ao que estava acontecendo no Brasil, com a diferença que lá não tinha correção monetária e muito menos correção monetária anunciada. Então, o desastre é muito mais em termos disso, entende? A inovação financeira que já estava acontecendo no mundo, que a gente não tinha a percepção... Você percebe uma coisa pequenininha, não tem noção da velocidade. Tanto é que ele disse: “Bom, isso deve ser pequeno. Eu mudo aqui, dou um susto nesse pessoal, quebro uns dois ou três...” Era isso. “Quebro uns dois ou três e o sistema volta para o lugar.” Só que você descobre que o negócio é... Como em todas essas coisas financeiras, você tem um dominó.

V.A. – Outra questão mais de análise do período que eu queria colocar – além dessa idéia de desenvolvimento, tolerância com a inflação – é sobre as críticas, que aí se estendem para antes, para o período do Delfim também, à desigualdade de renda. Em 78 houve, publicado no *Opinião*, um volume especial, “Economistas contestam Simonsen”²¹, que era justamente sobre a desigualdade de renda, que pelo PNAD²² de 1976, a renda do grupo dos 10% mais ricos cresceu duas vezes mais que a renda do grupo dos 10% mais pobres. É uma crítica recorrente a esse período, o período do governo militar, a essa desigualdade de renda. Enfim, fazer crescer o bolo para depois dividir e nunca dividir. Então, eu queria, enfim, uma análise do período desse ponto de vista.

D.C. – Que você tinha concentração de renda, era mais ou menos inequívoco. Isso não estava em discussão. Duas coisas você não esperava: primeiro, nem os críticos mais acerbos do governo na época ligavam a perda da distribuição de renda à aceleração inflacionária, porque havia essa ilusão de que a aceleração inflacionária protegia. Por outro lado, tinha uma visão... não vou elaborar causas da concentração de renda, eu tendo a atribuir uma causa menor da concentração de renda à política salarial porque eu acredito mais em mercado de trabalho do que em política salarial, mesmo naquela época. Hoje não tem a menor dúvida. O que é a política salarial? Totalmente irrelevante. Ninguém fala de política salarial. Por quê? Porque na realidade o que se quer é que tenha demanda para o cara de São

²¹ *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro, Inúbia, 1978, V.8. Debate “Economistas contestam Simonsen”, reunindo Eduardo Suplicy, Mario Henrique Simonsen, João Luiz Murity Sabóia, Ranoval Augusto Costa, Francisco José Graziano da Silva, Jorge Miglioli, Sérgio Silva e José Serra.

²² Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Paulo ser empregado. Na realidade, você sabe que metade da força de trabalho está informal, de que adianta você cuidar da outra metade? Pelo contrário, vai aumentar a informalidade. Eu tinha um pouco essa visão de que rebater a distribuição funcional da renda – que é onde você discute política salarial, que é salário *versus* lucro ou salário, lucro, juro, aluguel, imposto – é a forma como as diversas categorias de renda se apropriam, e você regula algumas, não regula outras. E o que se tentava fazer naquela época era tentar regular cada vez mais. O que a gente sabe? A gente sabe que de um lado o governo estava se apropriando de uma fração cada vez maior da renda, porque o governo era um grande investidor e na realidade tinha melhorado sua capacidade de recolher impostos. Então, você estava fazendo um *squeeze* relativo no resto da população. Eu chamo de relativo porque o absoluto só existe quando você não está crescendo. É um jogo do soma positiva, então na realidade... Alguém pode estar ganhando mais do que outro, isso é outra coisa.

Então, discutir, com a economia crescendo a 10%, quem cresceu mais, os 10% mais ricos ou os 10% mais pobres... Que maravilha de problema! Esse é um problema legal, porque o conflito social é um conflito pela parte crescente do bolo. Você não estava dizendo que a miséria tinha crescido, que foi o que se teve na década de 80. [riso] A festa ainda estava aí, a desgraça viria na frente. Então, essa discussão tinha uma cor política importante porque afinal de contas era o calcanhar de Aquiles do regime militar. E o calcanhar de Aquiles da grande prosperidade do Médici, do milagre. Na realidade, olhando a posteriori, o calcanhar de Aquiles não foi esse não; o calcanhar de Aquiles foi a inconsistência orçamentária que você gerou para a frente, os programas mirabolantes. Muito pior do que a concentração de renda desse período... Se você pudesse ter a mesma concentração de renda mas com uma política consistente de crescimento, se tivesse crescido os mesmos 10% cinco anos depois, isso aí era moleza de resolver. Por políticas públicas, mais saúde, mais educação, você chegava lá. O problema é que você fez isso e não pôde crescer mais depois. E instabilizou o país. E desmoralizou a política econômica. E levou, sei lá, 20 anos para recuperar a política econômica. Esse foi um custo muito maior.

Porque todas as maluquices em política econômica que se fez depois foram concentradoras de renda porque todas elas terminaram gerando muito mais inflação. Então, é claro que a gente não pode subestimar a importância política do debate daquele tempo, nem eu estou subestimando. Estou dizendo só que as pessoas, de fato, olhando a posteriori,

estavam discutindo um detalhe que seria bobo, [riso] olhando 20 anos depois. Fez-me muito pior depois do que naquela época, do ponto de vista de concentração de renda. E muito pior, porque em recessão você está dizendo como o cara está perdendo lá embaixo. O outro continua ganhando e ele está perdendo. Porque com inflação e especulação financeira, o que você tem é isso: alta proteção do rico, pela propriedade, pelo dólar, pelo investimento externo, pela exportação de poupança, e tem do outro lado, de fato, a ausência total de proteção na base da pirâmide.

Na época eu tinha a visão do seguinte... E tenho a impressão que o Simonsen percebia isso – não posso garantir, é só intuição – e dizia: “Esse é um problema que pode ser resolvido.” Ou seja, na história da correção monetária, dizendo assim: “Eu mudo a fórmula e resolvo isso. É por isso? Está legal, tem um erro aqui. Então, eu mudo a fórmula. Nos próximos anos, por causa disso não vai ser, porque afinal de contas eu corrijo o resíduo.” Então, eu acho que teve uma carga muito grande porque na verdade, quando você tem um conflito mas não tem um veículo para o conflito e ele não pode se manifestar, no dia que abrir uma brechazinha, todos os conflitos vão cair naquele. Na distribuição de renda eu acho que aconteceu isso. Ela herdou. Era a única brecha.

C.S. – O embate político todo se deu...

D.C. – ...Foi para ali. O que o economista podia dizer contra o governo? Contra um governo que pegou o país com a renda decrescente, a inflação de 100 e não sei o quê e está mostrando todos os milagres do mundo? É que a distribuição, então... Aí houve um exagero, e também teve um pouco daquela história da Conceição, da estagnação. Antes, o pessoal achava que o modelo se extinguia por causa da distribuição de renda. Lembra? Não podia crescer mais porque como você estava crescendo com base nos duráveis e não sei o quê, bá bá – lembra? –, a tese da Cepal, no fim da década de 60 você tinha esgotado as possibilidades de crescimento porque a distribuição de renda não comportava mais absorção. Ia ter saturação de automóvel, de coisas... Só os ricos compravam essas coisas mesmo e enquanto você não incorporasse, você não tinha... Na realidade, você cresceu 20% ou 30% a mais depois que eles acharam que tinha esgotado. Então, não era a criação da renda da base. Virou uma discussão sobre criação de renda relativa, sobre desigualdade, porque no fundo as assimetrias no regime militar ficam mais importantes, é verdade. Então, esse era o ponto [inaudível].

Eu não atribuo, não sou especialista nesse troço, mas olhando para trás eu acho que a fórmula de política salarial foi o de menos nessa brincadeira. Quem recebia efetivamente fórmula de política salarial? No país, as pessoas não ganhavam salário mínimo! As fórmulas de política salarial eram aplicadas a quantos? Hoje a gente sabe que a 50% da força de trabalho. Naquela época era quanto? Com a quantidade de trabalhador rural que tinha na época, vocês acham que algum dali estava sofrendo por causa da fórmula da política salarial? Boa noite! Claro que não. Quer dizer, você está falando efetivamente dos visíveis, daqueles caras que já estavam de alguma forma incorporados, tinham carteira de trabalho, estavam lá com contrato, o cara obedecia a política salarial, não botava para fora... Eu acho que foi mais importante qualitativamente para o debate do que quantitativamente. Dizer assim: “Ah, foi a grande concentração de renda que derrubou o governo militar” – eu duvido. Eu acho que foi muito mais a percepção de que você não tinha solução tecnocrática, se você quiser, para o problema de investimento, para o problema dos orçamentos, e simplesmente resolver se você tinha que dividir a solução. Dividir a solução requer Parlamento, requer oposição.

C.S. – É, e corrobora, de certa forma, um desses artigos assinados pelo Eduardo Suplicy em que ele diz que o trabalhador que vai entender esse problema vai ser o trabalhador que vai reivindicar, que vai almejar a democracia. É o caminho.

D.C. – Exatamente. É o caminho. O que você tem é isso. E a gente não deve diminuir a importância histórica disso. Mas como a gente está falando em termos técnicos, eu acho difícil forçar a base dizendo: “Ah, concentrou renda...” No fundo, ensinam um pouco isso aos meninos hoje na escola. Meu filho até disse: “Então, a concentração de renda derrubou o governo militar.” E eu disse: “Quem dera! [riso] Teria derrubado muito mais cedo. Se fosse isso mesmo...” Esse era o problema, que a concentração de renda não conseguia derrubar o governo militar. Se fosse assim, teria um monte de *check and balance* que era muito fácil. Aliás, eles teriam redistribuído a renda. A maior parte dos militares era favorável a uma melhor distribuição de renda, essa é que é a verdade. [riso] Um economista até pode ser mau, mas os militares, desse ponto de vista, são menos.

V.A. – Eu queria fazer uma pergunta: se o professor Mário Henrique, na gestão dele no Ministério da Fazenda, tinha algum desconforto, se ele conversou com o senhor alguma coisa sobre estar justamente no *staff* de uma ditadura militar, que não deixava de ser, teve a

morte do Herzog²³ no meio do governo Geisel...

Enfim, se ele falava sobre isso, se tinha algum desconforto em estar numa ditadura militar. Ou não. Se o fato de não precisar passar as medidas pelo Congresso agilizava... As medidas técnicas que ele precisava tomar para se divertir, como o senhor mesmo falou.

D.C. – Bom, a coisa que mais incomodava o Mário Henrique, nesse ponto de vista, vamos dizer de uma forma simplória, era a burrice na solução. Quer dizer, o cara olhar... no ambiente dele tinha um pouco isso. E o pessoal da linha dura do Exército era muito mais burro do que os intelectuais, os castelistas. A visão era essa. O Geisel era inteligente, o Golbery era inteligente e o cara que estava lá torturando o Herzog era uma besta. Era mais ou menos essa a idéia. A revolta dele era desse troço. Isso era absolutamente desnecessário. A expressão de desagrado era uma expressão mais geral, porque ele era um gozador, e dizia: “Não pode deixar esse pessoal tomar conta mesmo! Porque, imagina, esses caras fazem qualquer coisa! Para justificar a burrice deles, são capazes de ir aos porões para justificar uma política maluca. O cara faz uma política maluca para ter que manter uma repressão completamente idiota.” Ou seja, eu nunca o vi expressar desconforto com o Geisel, nem com o Golbery.

V.A. – Nem com o Pacote de Abril, com o fechamento do Congresso?

D.C. – Eu não me lembro disso. Eu não me lembro, efetivamente. Posso tentar lembrar as conversas da época, mas não me lembro... Me lembro que o diagnóstico era que a figura ali, central, era um golpe. O que estava havendo no Pacote de Abril era um golpe dentro do Exército e que o Geisel tinha que exercer a autoridade. E o exercício da autoridade era a diferença entre você ter uma continuidade de política de abertura, de distensão... Ele, por exemplo, tinha horror a censura de imprensa. Ele vivia gozando esses troços porque achava que os censores eram mais burros que... O problema é que toda repressão leva a um exercício, a uma proliferação da ignorância e da burrice, ele sabia disso. Aliás, é uma das boas coisas da repressão... Imaginem se o cara conseguisse fazer a repressão toda com muita inteligência; acabaria conquistando muita gente. Mas na realidade, desse ponto de vista, uma pessoa como ele tinha repugnância... sei lá... A perseguição à Maria da Conceição. Isso era uma burrice! Ao Celso Furtado. Burrice total! Por quê? O que esses caras estavam

²³ Vladimir Herzog foi encontrado morto na cela do Doi/Codi do II Exército, São Paulo, no dia 25 de outubro de 1975.

fazendo? Não tinha nada a ver com a luta política dos militares. Prender o Genoíno²⁴ porque estava no Araguaia era outra coisa. O cara estava na guerra, matava o cara, um atirava do outro lado. Realmente duvido que ele tivesse qualquer emoção por conta disso. [riso] Estou exagerando, mas não era isso que o incomodava. Agora, esse lado civil da repressão, do homem comum, do intelectual... Isso era visto sempre como uma coisa... Aí houve demonstrações de desagrado, inclusive de ajuda... Ele saía tentando ajudar, podia dar um telefonema para o coronel fulano...

Dentro dos ministérios, como todas essas coletividades, você tem pessoas que não querem compactuar com isso. Chega a um ponto... Uma coisa é você dizer: “Ah, não vou nomear aquele cara porque ele é comunista. Não vou nomear para meu chefe de gabinete ou para um funcionário aqui.” Tudo bem, isso é uma lógica em que você diz: “Estamos numa guerra aqui e você é contra mim. Não vou lhe nomear para trabalhar aqui.” Está legal. Uma censura de cargo público... Ou: “Não quero esse cara perto de mim que ele pode ser um conspirador, pode usar informação daqui” etc. etc. Isso é uma coisa. Então, tinha todo esse sistema de informação dentro dos ministérios, que no fundo faziam essas fichas completamente idiotas, por sinal, e as pessoas querendo ter muito prestígio. Me lembro que eu dirigi um órgão estatal e me lembro desse negócio, era insuportável. Os caras viviam pedindo desculpas na realidade. Diziam: “Mas a gente quebra o galho”, o cara já apresentava o caso e [riso] já queria quebrar o galho na mesma hora. Mas fazia questão de... “Teve uma prisão, teve não sei o quê e tal...” Pô, mas o cara é bom para burro! Não podia dar bolsa para o cara, coisas desse tipo. Mas eu acho que o limite do tolerável estava aí. Quando você passava desse limite, eu realmente não me lembro de episódios que pudessem contar com qualquer outro comentário que não fosse um comentário negativo. Agora, a racionalização era sempre uma racionalização assim: “É disso que o Geisel está querendo livrar a gente.” Aquilo foi uma traição, os caras estão fazendo isso para impedir o Geisel... O próprio episódio do Ednardo, não lembro se foi na mesma época, general Ednardo D’Ávila²⁵.

C.S. – Foi ainda por conta do Herzog.

D.C. – Foi exatamente isso. Havia inclusive a visão de que o Ednardo em si não

²⁴ José Genoíno Neto

²⁵ O general Ednardo D’Ávila Melo (1911-1984) foi comandante do II Exército, sediado em São Paulo, de janeiro de 1974 a janeiro de 1976. Enquanto comandou o II Exército ocorreram as mortes de José Ferreira de Almeida e de Vladimir Herzog em 1975, e de Manoel Fiel Filho em janeiro de 1976, todas nas dependências

era... Já morreu, o general Ednardo? Nem sei. Ele foi demitido por incompetente, por incapacidade de ter controle sobre sua tropa, sobre seus porões. Porque aquilo era insuportável. Aí realmente, se você deixasse os caras fazerem... aí, rompia a hierarquia e você não ia conseguir fazer nada, perdia o controle. Ia ser muito rápido, muito fácil perder o controle. E esse era um argumento. O argumento de que os castelistas eram moles, nesse ponto de vista, era levantado todo o tempo. Foi no fundo o argumento do Frota²⁶. O argumento em volta do Frota era: “Esses caras não são de nada, não controlam, estão querendo ganhar dinheiro, querendo compactuar com o capitalismo e não estão olhando a segurança nacional, o perigo comunista, as coisas que efetivamente a gente precisa olhar.” Então, esse lado da doutrina de segurança nacional é muito mais polícia do que crescimento. Um é o cara que está querendo conquistar o povo pelo crescimento, bem estar, déspota esclarecido nesse sentido. E o outro é o que diz: “Eu até topo assim; mas se não for, vai no pau mesmo, não tem conversa.” [riso] Eu acho que o limite era esse.

Deixem só eu terminar com uma frase: eu acho que se ele tivesse qualquer desconfiança de que o Geisel pudesse compactuar com tortura, por exemplo, duvido que ele se sentisse encorajado a ficar no governo. A colaborar com o governo. Ele ia dar um jeito de ir embora. Essa não cabia, ele achava que era um ato de burrice, ia sempre gerar mais inimigo de que resolver problema quando você faz uma violência desse tipo. E as pessoas, no fundo, que defendiam qualquer coisa dessas eram pessoas que estavam efetivamente numa franja do sistema em que você dizia: “Pô, realmente, com esse cara eu prefiro... Não quero nem ver, esse cara é maluco total.” Todo mundo que passou, nessa época, perto disso – eu tive irmão preso, torturado, essa coisa toda... Você sabe do que eu estou falando. Quer dizer, com as pessoas com quem você lida, não há coisa pior do que exatamente esse tipo. É um tipo doentio e aí mistura uma porção de coisas. Tem cara que já é um profissional do mal, da tortura, da violência física. Qualquer que seja a causa, esse cara é uma distorção. Então, fica um negócio... Eu acho que não há razão nenhuma para a gente ter condescendência com hierarquias superiores por conta disso. Eu acho que há sinais claros de que isso não ficou restrito pura e simplesmente ao tenente maluco, ao sargento. Não, a coisa foi muito mais elevada.

do Doi/Codi de São Paulo.

²⁶ General Sílvio Frota, ministro do Exército do governo Geisel e demitido pelo presidente em 12 de outubro de 1977.

C.S. – Mais sistêmica.

D.C. – Mais sistêmica. Tinha um processo de justificação que, isso sim, tem que ser extirpado em qualquer circunstância. Essa percepção depende muito de, quando a pessoa está vivendo um negócio desses, ver isso como exceção ou como regra. Então, o ato do Geisel demitindo o Ednardo era muito mais confortador, para o Mário Henrique, porque provou que ele não tinha nada a ver com isso, era vítima política desses caras da mesma forma que a viúva do Herzog... o cara quis atingir os dois. Era mais ou menos isso. Não quer nem prestar serviço ao Geisel não, era um pouco essa a visão. Eu acho que ele tendia a ter uma visão mais condescendente.

V.A. – Era esse negócio que o senhor falou. Ele via muito mais como exceção do que como regra.

D.C. – É. E, certamente, no governo Geisel eu não tenho a menor dúvida de que ele via dessa forma. Mais difícil. Eu não sei o que era no governo Médici. Eu passei a maior parte do governo Médici fora do Brasil, felizmente. [riso] Mas era isso, a percepção talvez fosse a dominante.

C.S. – O senhor ingressou na EPGE²⁷ no período em que o professor Mário Henrique Simonsen estava mais devotado à atividade pública.

D.C. – Não!

C.S. – Eu estou falando no período de 74.

D.C. – Ah, como professor! Sim.

C.S. – Como professor da EPGE. A EPGE sempre foi identificada como uma casa do Mário Henrique. O programa definido da EPGE era centrado na figura dele.

D.C. – Isso. Sempre, sempre.

C.S. – E como era a EPGE sem o professor Simonsen aqui?

D.C. – Na realidade, nós fomos chamados por ocasião dessa reunião do BNDE aqui, foi exatamente quando o Mário Henrique fez o último convite para eu vir. Para mim e para o Chico Lopes. Na verdade, eu fui o portador do convite de volta para o Chico. E nós tínhamos um programa acadêmico. O Mário Henrique estava agindo como se não pensasse

em ir para o governo, isso era outubro. Eu cheguei em dezembro, comecei a trabalhar aqui em dezembro e na realidade ele só foi chamado em janeiro. Uma semana antes do carnaval veio o convite. Até então... Ele já tinha até desistido, achava que não ia ser chamado. Nós tínhamos até um programa: criação do doutorado na EPGE, em 74. Nós recebemos quase que um *blueprint*. A gente sabia que a escola tinha que se modernizar de alguma forma, inclusive modernizar seus cursos, o que envolvia uma modernização técnica dos cursos. Quer dizer, uma matemática um pouco mais moderna do que a que a gente usava no passado, contava com pessoas que estavam chegando dos Estados Unidos com uma formação mais diversificada, inclusive, pessoas que não tinham aprendido necessariamente com o Mário Henrique – isso era uma coisa importante. E nós praticamente fizemos o programa. E tínhamos na realidade um programa até de produção de novos livros didáticos, os manuais. Aquele processo de produção de manuais dele, que ele fez sozinho praticamente, a idéia era fazer uma outra geração de manuais baseados numa matemática um pouco mais moderna, mais sofisticada mas que terminava sendo mais simples de as pessoas aprenderem, terminou até não sendo feita no Brasil mas feita em outras partes do mundo. Era uma idéia empolgante, na realidade. Por outro lado, o doutorado dava um espaço para você expandir a Escola, em termos de professores etc. E a ida do Mário Henrique, como ele terminou indo, até de certa forma facilitava a idéia de que você podia fazer a Escola crescer. Tinha muita gente voltando dos Estados Unidos...

V.A. – Quem era as pessoas com formação diversificada que estavam vindo dos Estados Unidos?

D.C. – Pessoas bem diferentes, como o Cláudio Haddad que foi um cara que chegou um pouco depois disso, o Rogério Werneck chegou em 75, o Gregório Stukart devia estar chegando também de Columbia naquela época, tinha trabalhado com o Findlay²⁸. Tinha o pessoal de econometria, o Zé Luiz de Carvalho chegou praticamente junto comigo, um ano antes, ou coisa parecida... que era um cara mais de econometria. Lá, econometria, estatística, não sei o quê, era tudo Jessé Montello. Então, o fato de ter gente que tinha trabalhado com outros economistas, econometristas etc. dava um outro desenvolvimento ao curso. O Jessé era um excelente professor, eu gostava muito dele e aprendi muito com ele.

²⁷ Escola de Pós-Graduação em Economia

²⁸ Deve tratar-se de Ronald Findlay.

V.A. – Era professor daqui?

D.C. – Ah, sim! O Jessé? Sim! [riso] Ele era o professor de todas as estatísticas e todas as econometrias em todos os lugares. [riso] Mas o Jessé era um tipo que tinha desenvolvido suas coisas muito próprias. Uma escola de estatística e matemática formada por uma missão francesa que esteve na Faculdade de Filosofia na década de 40 da qual saíram o Jessé Montello e Rui Nogueira. O Rui Nogueira era titular da UFRJ, de matemática, e o Jessé era da Escola de Estatística e depois veio para a EPGE. E esse núcleo foi muito importante, que na realidade foi de onde saíram todas... A Escola Nacional de Ciências Estatísticas saiu disso, o curso de atuária da UFRJ saiu disso. E a EPGE herdou, anos depois, 30 anos depois, sei lá quando, 40 anos depois, também esse mesmo resultado, dessa missão francesa. O que aconteceu, no entanto, foi que a econometria estava, nessa época – só para dar um exemplo –, tomando rumos próprios. Ela tinha desenvolvimentos que eram quase independentes da estatística clássica, tradicional. Então, você tinha métodos que eram mais apropriados, considerados na época...

[FINAL DA FITA 4-A]

D.C. – ...mais economista do que estatístico, um pouco essa visão. Então, como os estatísticos já não sabiam nada de economia, isso dava toda uma carga para essa formação. Esse era um lado.

Do outro lado, vamos olhar para o lado de macro. Macro... a nossa formação mais diversificada... Nós todos éramos de alguma forma... O pessoal todo de macro – o Chico, que foi para lá e fez de alguma forma macro, eu, o próprio Edmar – foram pessoas que tinham sido formadas pelo Mário Henrique. E na realidade, a macroeconomia do Mário Henrique, inclusive a forma de ele ensinar era *sui generis*. Era muito eficiente a maneira de ele descer a detalhes de modelos... Era uma maneira muito curiosa, que formava uma marca registrada. Mas o problema todo é que era muito difícil você se desenvolver a partir dali. Estavam surgindo coisas novas em macro no mundo, a fronteira de pesquisa tinha se alargado – só para vocês terem uma idéia, toda a revolução de expectativas estava surgindo naquela época.

Quer dizer, o artigo de expectativas racionais, o original, e hiper-inflação, é de 72²⁹ – e na realidade você estava vivendo outros métodos. Então, era importante pessoas que não tinham só aprendido com o Mário, a diversificação era um pouco isso, e o fato das pessoas terem estudado em escolas diferentes. A idéia era que se tinha um programa auspicioso, a gente olhava para a frente, mesmo o Edmar Bacha, que tinha saído daqui em 72 para fundar em Brasília a UnB. ele estava saindo da UnB em 74, indo para os Estados Unidos porque a mulher dele ia fazer doutorado e ele passou uns dois ou três anos lá, e disse para mim: “Na volta eu posso até vir para cá, porque na realidade agora a EPGE é outra.”

Então, a pergunta que você me fez: a EPGE com o Simonsen e sem o Simonsen. A saída dele para mim foi muito pesada, mas não foi percebida pela coletividade como uma coisa muito pesada porque, na realidade, tinha a racionalização em que se dizia que talvez fosse uma forma de arejar e a EPGE não ser de uma nota só. Eu contei que o Simonsen terminava dando todos os cursos. Todas as soluções dos problemas era o Simonsen dar o curso. Finanças públicas, economia internacional, matemática, qualquer coisa ele dava, ele dava curso de tudo. Então, no fundo as pessoas aprendiam através dele. Mudar isso, por força das circunstâncias não era uma coisa necessariamente ruim.

E a gente olhava também como uma coisa breve. Eu nunca imaginava que fosse ficar cinco anos, por exemplo. Realmente não imaginava, [riso] a tradição brasileira não era bem essa. E o Mário... Sempre tinha aquela ilusão, o *superman*, que dizia: “Sempre leio as coisas... [imitando Mário Henrique Simonsen] não vou deixar, até estou com vontade de dar um curso...” Ele sempre queria estar muito presente. Tanto que ele tecnicamente continuou como diretor da Escola. [riso] Isso foi uma coisa simbólica. Ele ia ter um substituto, na época foi o Langoni,³⁰ podia ter sido outra pessoa, e ele achou que com isso... como toda a parte acadêmica... e o Langoni era um bom pesquisador...

C.S. – Mas não era aluno dele.

D.C. – Não era aluno dele.

C.S. – E como foi essa escolha?

D.C. – Os alunos dele o tinham abandonado, de alguma forma, com a saída do

²⁹ Ver: Lucas, Robert E. Jr., “Expectations and Neutrality of Money”, *Journal of Economic Theory*, 4 Abril, 1972.

Edmar³¹ e do Cláudio de Moura Castro. O Tolosa³², aquele pessoal que saiu todo, na tentativa anterior de fazer... Todo mundo que brigou, todos tinham sido alunos dele, de alguma maneira. E esses caras foram embora. Nós voltamos, sei lá, um mês antes de ele sair. [riso] Era um negócio completamente maluco, seria quase que uma afronta, deixar um de nós como diretor da Escola. Seria impensável, ninguém imaginou uma coisa dessas. O que havia era se tinha campo ou não para aproveitar e modernizar a Escola, fazer colegiado... E quanto mais colegiado... A maior parte dos departamentos no mundo inteiro funciona na base de colegiado, um ditador não é dono da escola, o diretor não é ditador, ditador não é a mesma coisa que diretor. Então, na realidade, você tinha no caso da Fundação, isso porque o Mário Henrique... Primeiro, a estrutura de poder na Fundação era assim. E o Mário Henrique tinha uma diferença inequívoca para os seus pares, ele não tinha pares, então, era muito mais fácil. E como ele também era um sujeito que se mostrava razoável... Nunca ninguém foi propor uma coisa a ele que fosse razoável que ele não dissesse... Nem que tivesse que voltar atrás numa coisa que ele tinha feito antes. Também essa maneira de ser, tinha isso. Convocar reunião, não tinha problema nenhum. Ele não tinha paciência de ficar naquelas discussões intermináveis, que até hoje eu entendo. Eu seria muito mais autoritário hoje do que fui [riso] depois... Não, conheci a PUC, que é o troço menos autoritário do mundo e o mais chato do mundo de você dirigir, [riso] você tem que discutir se este copo está aqui ou não. Mas é isso, a única coisa que salva é que os mandatos são curtos e você pode se livrar da diretoria o mais rápido possível. [riso] Mas aqui, realmente essas assimetrias são... e aconteceram em outros lugares, é uma distorção daqui... Mas não que a gente achasse que a Escola fosse para o vinagre porque ele não estava aí, e mesmo que ela fosse, no dia em que ele voltasse ela voltava, ele era capaz também de atrair pessoas.

A EPGE nunca deixou de atrair bons alunos. Ela custou muito a deixar de atrair os primeiros alunos. Ela deixou de atrair os primeiros alunos depois que a PUC estava minimamente formada, no segundo ou terceiro ano da PUC que nós começamos a atrair melhores alunos. E chegamos, 10 anos depois, 15 anos depois, a atrair muito bons alunos. Mas a EPGE sempre atraiu muito bons alunos. Nós tivemos uma excelente turma em Brasília na nossa primeira turma. Como o Edmar era bom de marketing e fez aquele negócio de

³⁰ Carlos Geraldo Langoni

³¹ Edmar Lisboa Bacha

³² Hamilton de Carvalho Tolosa

Cambridge do Planalto, efetivamente nós atraímos excelentes alunos. Da primeira turma, vocês devem conhecer todos quase, em matéria de economistas, que passaram por lá naquela época: Eliana Cardoso, Cláudio Considera, está todo mundo... Já a PUC, quando nós fizemos a primeira turma, não foi tão fácil assim de levar. A segunda, a terceira, foi melhorando. Então, isso dá uma inércia positiva para a EPGE muito grande. O curso da EPGE pôde até piorar, como efetivamente piorou – não foi porque eu saí –, ela piorou dois anos depois, três anos depois ela caiu, o Mário voltou e ela continuou ruim mesmo quando o Mário voltou, porque até reconstruir os cursos... Aí começou a sofrer de maus alunos, começou a ter pouca oferta de bons alunos. E isso era um problema crucial para ele, imaginem as turmas que não eram tão boas quanto as anteriores. E a gente vive muito do bom aluno. Toda escola que quer ser de elite, que quer estar na ponta em pensamento, essa coisa toda... Eu até digo que você faz escola sem bom professor mas não faz sem bom aluno, inclusive porque os alunos aprendem muito com eles mesmos. Então, você formar um ambiente no qual os caras estão discutindo coisas importantes é fundamental, é o grande *check* da incompetência dos professores também, da falta de paciência, de tudo. Isso é uma coisa importante.

Então, eu acho que a EPGE sofreu com a saída dele, mas nós tivemos ainda pelo menos dois ou três anos de bons alunos. E certamente, depois que nós saímos, também continuou atraindo bons alunos. Nossa turma de 76 era melhor do que qualquer outra de universidade. Quando eu digo a melhor, não que os 20 fossem melhores, mas os 10 melhores eram 10 melhores que qualquer... São os que dão ritmo, a metade de cima é que dá o nível. Você dá uma prova, os caras agüentam fazer, então o outro não pode reclamar. Se os melhores forem mais fracos, o nível vai baixar. Então, a EPGE continua atraindo e isso foi um efeito muito importante. Alguns nem foram tão aproveitados em seu potencial. Houve alunos muito bons que podiam ter sido excelentes pesquisadores, economistas, e pararam mais cedo.

Aí sim, a nossa grande discussão com o Langoni era muito mais nessa área. O que motiva o aluno da EPGE? A gente quer formar pesquisadores. Esses melhores caras, a gente quer mandar para o exterior porque tem pouca massa de pesquisador independente, de pensador independente no Brasil nessa área. Isso era uma coisa que a gente julgava muito importante. Então, a história de mandar para o exterior, mesmo você tendo doutorado aqui, é uma história que nós continuamos na PUC exatamente por causa disso, de você dizer: eu

preciso pegar os melhores caras, não todos, alguns por motivos pessoais não querem ir, é casado, sei lá o quê, mas a regra era pegar esse cara e jogar lá na fronteira. Porque esse cara volta como pesquisador independente. Como o mercado de trabalho dele é o mundo, você manda o cara para uma boa universidade, fazer um doutorado independente do que a gente ensinou aqui, ele volta como um colega. E o teu aluno, para virar colega, em geral é uma coisa mais complicada. Aquele cara formado dentro da casa... Ele tem que sair, senão você tem o problema do *inbreeding*, o cara ficar simplesmente não querendo contradizer o mestre, todas essas distorções do ensino e da pesquisa, que são distorções artesanais. Tem um caráter artesanal da formação do pesquisador e do pensador que não tem jeito, você precisa de contato, de diálogo, de crítica. E essas coisas criam laços que terminam sendo meio paralisantes.

C.S. – Mas uma estrutura que tem um histórico de uma hierarquia tão forte se contrapunha veementemente a isso.

D.C. – É, mas são as peculiaridades. Eu acho que eu não agüentaria ninguém com aquele autoritarismo. O Mário Henrique era um sujeito brando, desse ponto de vista. Eu não me lembro de jamais ter proposto uma coisa a ele, nem eu ver alguém ter proposto alguma coisa razoável, que ele não quisesse discutir, aceitar. Ou seja, não era muito relevante o poder de veto para essas coisas. No fundo, é como o sistema que funciona, você tem a percepção que o sistema funciona. Eu contei a história, os alunos foram lá e pediram a Conceição como professora e ele falou: “Está bom.” O poder de veto, que é o troço que caracteriza a autoridade – não é nem o que o cara faz, é um pouco o que ele te obriga a fazer, mas isso... –, em geral é o que ele não te deixa fazer, ele não tinha muito essa coisa de não deixar fazer. Eu nunca vi uma atitude desse tipo. Eu me lembro que as diretrizes dele, na época de Finep, de CNPq, na época do Ministério do Planejamento, era uma coisa assim: “Olha, pesquisa é qualidade”. Vamos tratar de ter gente fazendo qualidade, fazendo coisas de qualidade. O processo de seleção tem que, antes de mais nada, olhar a qualidade. Então, acabou. Não pode ter o apadrinhado ou o perseguido politicamente, esse tipo de coisa que não tem lugar num processo de seleção científica. Essa era uma visão realmente muito simples dele, desse ponto de vista, direta. Também o aluno, era o aluno bom e o aluno ruim. Tem aluno bom chato. Tem aluno bom que eu nem queria ver a cara, mas esse cara era respeitado se fosse... maoista. Não tinha nada, ia lá, era o chato, nunca deixou de exercer [riso] o seu maoísmo

dentro da EPGE [riso] por ingerência do Mário... Ao contrário, o Mário, como tinha horror de perseguição, se ele descobrisse que o Nei estava perseguindo um cara pura e simplesmente por razão política ou implicando com o cara, ele era capaz até de dar mais prestígio ao cara por causa disso. Então, o lado de discussão também. O que não se discutia na EPGE? Na EPGE se discutia tudo.

V.A. – O senhor estava falando no conflito com o Langoni. Porque a idéia de vocês era de mandar o aluno para o exterior. Já o Langoni, a idéia era...

D.C. – O Langoni queria formar uma equipe. Eu acho que ele tinha uma idéia que não contradizia o fato de ter um doutorado nem nada, mas o Langoni estava se preparando para a vida pública. O Langoni estava num processo de formação de equipe. Então, ele conquistou... no processo ele estava conquistando alguns dos melhores alunos. E com isso, pessoas que tinham um bom potencial para fazer um doutorado ou para fazer pesquisa, ir para o exterior, fazer um pós-doc, virar um cara independente, na realidade era atraído para os temas que interessavam ao Langoni na época, porque ele tinha verba de pesquisa, aquela coisa toda para atrair. Então, a quantidade de teses que surgiam em coisas muito parecidas com as coisas do interesse do Langoni era muito grande naquelas primeiras turmas. Eu me lembro que isso incomodava porque realmente era ruim para a Escola. Me lembro que nós tivemos uma conversa muito franca, logo que o Langoni entrou, em que eu disse: “Olha, nós sabemos que temos visões diferentes sobre a Escola...” Mas o Langoni tinha uma visão e disse assim: “Eu sou diretor da Escola e vou levar a fama do que a Escola fizer. Na medida em que vocês estiverem trabalhando para a Escola ser o melhor possível, eu vou estar me aproveitando de vocês e não teremos conflito nenhum.” [riso] Foi uma coisa muito clara, muito franca. E era verdade. Nós não tínhamos aquele conflito do dia-a-dia. Quando a gente olhou, era muito mais na questão de rumos. Aí, tinha. Tinha um pouco de conflito na área de... Por exemplo, a quantidade de matemática que usava nos cursos. O pessoal de Chicago, na época, gostava menos, tinha livros um pouco diferentes... A nossa tradição “epgeana”, desse ponto de vista, era mais natural. Os alunos percebiam isso. Podia ter um pouco de problema, mas nunca foi um grande problema, inclusive porque tinha curso de teoria suficiente para todo mundo dar as suas coisas. Foi muito mais essa questão de olhar a EPGE e vê-la meio sem saída. Me lembro que um dia, um rapaz que era professor da escola, saiu logo depois que eu saí, obviamente era um sujeito que não tinha muita vocação de pesquisador nem de professor. E eu me lembro

que dei uma entrevista ou escrevi um artigo no *Jornal do Brasil* na época, ou coisa assim, e o sujeito falou para mim: “Você tem que entender que isso aqui pega mal para a Escola.” Era um artigo meio crítico ao governo. “Isso aqui pega mal para a Escola, afinal a Escola tem que aparecer como uma unidade. Na medida em que vocês se manifestam dessa forma...” [riso] Não foi o Langoni que disse isso, ele jamais faria uma coisa dessas, eu acho, mas um dos mais fiéis servidores dele na época veio com uma conversa desse tipo. [riso] “Vai tomar banho! [riso] É só o que me falta, eu perguntar a você o que eu penso da inflação, da taxa de juros ou de qualquer coisa,” [riso] Mas era um pouco essa visão. Aí consolidava a idéia de que esse troço seria um conflito que não daria para agüentar.

V.A. – E o Mário Henrique acompanhava esse andar da carruagem, estava a par do que estava acontecendo?

D.C. – Eu não sei até que ponto. Aí tem um pouco também de características pessoais. Só fui conversar com ele sobre esse assunto... Eu conversava com ele sobre outros assuntos, sobre coisas de Brasil quando ele chamava e tal, mas sobre EPGE, sobre picuinha... Na realidade, eu voltei dos Estados Unidos em início de 75 – passei uns quatro meses lá – e me lembro que quando cheguei tinha um banzé armado entre o Chico, o Nei, não sei o quê... Aí, de fato eram coisas locais, programação de ensino, programação de curso, tinha aqueles conflitos de autoridade local que não me lembro mais. Não era conflito substantivo. Algumas pessoas diziam: “Ah, mas o problema ideológico...” Os problemas ideológicos, como sempre, são auxiliares de outras coisas muito mais mesquinhas e muito menores do que se pode imaginar. [riso] Você vai descobrir que brigou com o cara por motivos ideológicos? Não, você brigou com o cara porque tem inveja do copo d’água dele, da sala dele, quem manda mesmo nesse chapéu, essas coisas mais mesquinhas são as que fazem as pessoas brigarem. No fundo foram coisas desse tipo, conflito de autoridade... Aí, então, essas coisas ganhavam uma dimensão política muito maior. O Chico, certamente, nessa hora – e o Chico é muito mais político no sentido mais geral do que eu – dizia: “Então tem que fincar o pé e fazer isso assim, assim”, apesar de ser mineiro. Eu achava que isso era besteira e dizia: “Eu tenho plena liberdade de dar o curso, dou o melhor que posso, o outro também dá, então na realidade estamos construindo aqueles caras que estão ali do outro lado.”

V.A. – Foi nessa ocasião que o senhor foi falar com o Mário Henrique Simonsen pela primeira vez?

D.C. – Sobre o assunto, foi. Mas aí, na realidade, a conversa virou uma conversa sobre que curso eu estava dando, sobre o livro que eu estava usando, que era um livro novo. E por quê? A impaciência... [imitando Mário Henrique Simonsen] “Isso aí já está resolvido... quem cuida do ensino são vocês. Sou eu que cuido do ensino da Escola.” Mas esse negócio à distância... tudo bem. Ou você vai ficar todo dia ligando para o cara: “Fulano está me sacaneando”, coisa que você não vai fazer, ou então... [riso] A nossa decisão, em um determinado ponto, foi dizer não, vamos embora. O diretor da PUC, na época, estava pensando em fazer... Eles tinham mestrado só em administração, pensavam em fazer um em economia, fui quase que empurrado também pela... Foi engraçado que a Anpec e o Ipea nos deram um *seed money*, na época, de 20 mil dólares. Eles arranjaram uma doação de 20 mil dólares para a gente poder começar o curso. Depois então tinha projetos de pesquisa, projetos da Finep etc. Mas o mais engraçado é que esses 20 mil dólares jamais saíram; a gente dizia que era sopa de pedra. [riso] Eu me lembro que nós fomos a uma reunião e o Luís Paulo Rozemberg, que era o secretário da Anpec na época, disse: “Não, não. Vinte mil dólares da Ford eu garanto!” Era a Fundação Ford, que tinha um dinheiro para desenvolvimento de instituições novas e tal. Aí, com base nisso... acho que o Villela, não me lembro quem, o Tolosa: “Está bom, acho que a gente pode botar tanto para contratar professor, para não sei o quê, para fazer exame... até vocês terem PNPE, fazerem os outros projetos de pesquisa...” Nós aceitamos uma redução de salário – na época eram 30%, bons tempos em que a gente aceitava uma redução de salário de 30% e achava que estava bom. Chegava em casa e dizia: [riso] “Olha, vou ganhar um pouquinho menos”, mas não fazia a menor diferença. E realmente, a PUC era ao lado da minha casa, o que eu economizava de tempo, para mim era bom. Então, essas coisas foram resolvidas assim, com um dinheiro que jamais apareceu. [riso] Esse negócio é engraçado: um dia, uns dois anos depois, o Chico falou assim: “Cadê aqueles 20 mil dólares?” A gente estava precisando para comprar não sei o quê. E eu disse: “Aqueles 20 mil dólares já cumpriram seu papel. Nós pulamos no espaço, chegamos do outro lado e agora se existe ou não existe é irrelevante.” [riso] O departamento já existia.

Mas no fundo, a existência de uma alternativa... A EPGE era vista também por nós... Tinha um negócio sério, um pouco o que esses caras vêm hoje, que é o problema dos alunos de graduação. Nós todos fomos educados em universidade. E universidade faz diferença,

somos sempre atraídos por universidade. O ambiente da universidade é, para você fazer uma escola, melhor do que o ambiente da Fundação. Por mais chato que seja, na universidade você tem que participar de tudo quanto é conselho, você discute coisa que não lhe interessa, mas é parte do ambiente universitário. E essa coisa que é essa força de fora... Na universidade para dentro do departamento de economia da PUC, por exemplo, é muito positiva. Isso eu considero segredo, não posso dizer isso porque, se meus colegas souberem que eu disse isso, me nomeiam para cargos lá [riso] e a gente detesta isso. Mas é um benefício para o departamento. Porque isso é considerado custo sempre, o dia-a-dia é um custo você ter que participar de comitês etc. Mas na realidade isso força o arejamento. Eleição, participação de aluno em comitê obriga a ouvir, a frasear suas coisas de forma diferente, a ponderar, e essas coisas terminam sendo positivas. Nós tivemos a sorte, lá na PUC, de ter os melhores representantes de turma, do DCE e não sei o quê. Eram sempre os melhores alunos dos departamentos. Sérgio Besserman³³ foi presidente do DCE. A lista dos nossos presidentes de diretório eram caras tipo Sérgio. Eram alunos de primeira categoria, com quem a gente fazia questão de discutir qualidade do curso. Então, o antagonismo era um antagonismo muito secundário. E aqui você tinha pouco espaço para essa interação.

C.S. – Mais insulado.

D.C. – Muito mais, porque inclusive EPGE, a própria Escola, era mais isolada da Fundação. Tinha pouca relação com a EIAP³⁴, com a EBAP³⁵, com a Fundação de São Paulo. A EPGE sempre foi uma entidade de elite, vista na Fundação como uma entidade especial. E a proteção do Mário Henrique dava um caráter ainda mais especial. E arrogante, claro. Com toda essa especialidade, vem a arrogância. Ou seja: “Não preciso de você para nada.” Aquela visão assim: “Eu existo no ar.” A EPGE precisa da Fundação menos do que a Fundação precisa da EPGE. Então, essa visão só cultivava outros hábitos. No fundo, na PUC, mesmo quando a gente pensava isso... eu dizia: “Não, não é verdade, eu gosto de estar na universidade.” O Rogério é que tinha um a frase boa, quando a gente estava naquelas crises existenciais na PUC: “Você está precisando fazer uma visita à EPGE.” [riso] Aí eu vinha aqui, fazia uma palestra, conversava com as pessoas, voltava e ele dizia: “Está lembrado de como é?” E eu dizia: “Estou.” Quando eu ficava muito irritado com aquele negócio, dizia assim:

³³ Sérgio Besserman Vianna

³⁴ Escola Interamericana de Administração Pública

³⁵ Escola Brasileira de Administração Pública

“Precisamos fazer uma visita coletiva à EPGE” para poder lembrar por que mesmo que a gente não queria aquilo. É isso. Você pode ter excelência acadêmica, você pode ter tudo, mas de fato universidade é bom. Você convive com gente diferente e isso areja mesmo.

V.A. – E quando foi essa transferência?

D.C. – Em 77. Eu pulei de mochila em julho de 77. O Chico e o Rogério acho que um mês depois. E aí então caímos no mar, numa jangada. E fizemos o exame da Anpec um mês e pouco depois, porque tinha que ter aluno no ano seguinte. Eu já fui para lá em julho, tinha que preparar tudo e fazer o exame logo um mês depois. Então, foi um negócio muito complicado. Esse não era o nosso plano. Você entende que em junho eu não tinha esse plano? Pedi demissão em julho. Se você me perguntasse, em junho, o que eu ia fazer, tinha todo um programa na vida aqui. Foi uma coisa muito complicada, desse ponto de vista, do ponto de vista pessoal. Nós estávamos olhando outros lugares para fazer. Eu me lembro que fui dar aula em Petrópolis para conhecer a Católica de Petrópolis porque achava que Petrópolis era um lugar bom para ter uma universidade, um departamento. Eu disse: “Quem sabe? Petrópolis pode ser um bom lugar para se fazer um negócio desses. Mais distante dessa confusão, pode ser mais adequado para fazer um departamento.” Aí fui lá, fui dar aula de noite em Petrópolis só para conhecer o pessoal, conhecer os alunos, os professores, ver como era a universidade. Fui conversar com o diretor lá, o padre lá, o bispo que era o diretor da escola. Até entender... Porque a PUC já era uma universidade de prestígio. Então, quando você falava... Tinha um reitor que era um filósofo com boa perspectiva, que entendia a linguagem de qualidade. Tinha um vice-reitor acadêmico de primeira, como pesquisador. Então, você lidava com pessoas que entendiam, sua linguagem era facilmente apreendida. E ficou muito mais cômodo fazer na PUC, por esse ponto de vista.

V.A. – O curso mesmo começou em 78.

D.C. – Em 78. Em janeiro de 78 já tinha aluno.

C.S. – Esse salto no espaço que o senhor falou não significou um estremecimento na relação. Tanto que, em 79, o professor Simonsen, quando assume o Planejamento, o convida para a Finep, para Caps, CNPq e tal. Como foi a manutenção desse vínculo, desse contato? E o convite?

D.C. – O Mário Henrique... eu não me lembro nem da reação dele. Mas a reação

típica dele era assim: “Resolveu ir lá para a PUC, é? Está bom, depois vocês voltam, depois vocês voltam.” [riso] Era mais ou menos isso. Pode ser anticlimático, mas eu não dei nenhuma explicação para ele. [Imitando Mário Henrique Simonsen] “Vão fazer outros lugares, é bom diversificar. Mas depois vocês voltam. Quando eu voltar, vocês voltam.” Realmente, zero de... não tem nada de...

C.S. – De ruído na relação.

D.C. – Nenhum ruído. “Vocês vão fazer uma bobagem e tal...” O importante era o que poderia fazer na volta. “Está bom, na volta a gente faz.” Ele não esquentava cinco minutos, dois minutos com isso. [riso] Ou pelo menos não dava demonstração de esquentar. [riso] Pode ser que vocês tenham outra visão, tenham ouvido outras pessoas. Mas eu nunca percebi. Engraçado, de um lado, acho que muita gente achava que aquilo também era só uma coisa de mau humor, um ato de rebeldia. Que a gente ia lá, ia dar com os burros na água e voltar. Aí, quando o departamento começou a de fato ter mais presença, participar do debate nacional, [riso] como a gente achava que a EPGE tinha que participar, como a gente achava que Brasília tinha que participar, aí ficou visto que era um negócio mais permanente, o departamento ficou um tempo, consolidou uma personalidade. E personalidade independente dos personagens. Isso era uma coisa que a gente queria fazer. Quer dizer, eu não quero saber quem é o diretor do Departamento de Economia da PUC. Isso deve ser uma coisa completamente irrelevante. Aliás, ele não é, ele é um cara brilhante, Márcio Garcia. Mas para nós não devia fazer muita diferença. Se você mantém uma estrutura razoavelmente descentralizada, com decisões colegiadas, princípios razoavelmente estáveis... Eu sempre dizia que o meu ideal é que seja irrelevante quem é o diretor. Não quero saber o nome do diretor. Você vai para um departamento nos Estados Unidos, na Inglaterra, você não sabe quem é o diretor do departamento. Ele é um cara que fica lá durante dois anos, três anos e depois vai embora e você não sabe quando ele foi, quando deixou de ser. Aqui no Brasil é que a coisa tem que ficar personalizada porque na realidade foi o Mário Henrique que viabilizou essa instituição. Não fui eu quem viabilizou a PUC, nem foi o Chico nem o Rogério nem o Edmar. Não. Foi de fato o apoio de um monte de gente que tinha idéia de que isso era importante. E que nenhum de nós estava querendo fazer o seu departamento para ser o anti-Mário Henrique ou o anti-EPGE. Muita gente estava com esperança que fosse assim. Houve muita frustração por parte de pessoas que nos ajudaram na época e que depois nos

frustraram, ou se frustraram conosco achando que... “Poxa, eu achava que vocês deviam ser o anti-Mário Henrique.” Por quê? Você não vai longe fazendo isso. Na realidade, é um objetivo besta. O Mário Henrique foi à PUC todas as vezes que nós convidamos. Todas as vezes! Adorava conversar com aluno lá, fazia as mesmas coisas que fazia... Eu acho que o Armínio Fraga conheceu o Mário Henrique numa visita do Mário Henrique à PUC. E depois, quando voltou dos Estados Unidos...

[FINAL DA FITA 4-B]

D.C. – Eu acho que o Armínio Fraga conheceu o Mário Henrique numa visita do Mário Henrique à PUC. E depois, quando voltou dos Estados Unidos, deu aula aqui na EPGE. Então, essa era uma visão muito pouco... Tinha uma vontade. Eu acho que o que aconteceu depois dessa geração... Depois desse episódio dos anos 70, eu acho que passou um vírus importante para o pessoal: a importância de se criar instituição, e que eu acho que inclusive a EPGE tem hoje, depois da reforma, um pouco essa visão de que não é o Clóvis de Faro, não é o Carlos Ivan, é fazer uma instituição que sobreviva às pessoas. Eu acho que isso passou, da mesma forma que a UnB não é o departamento do Bacha. Ele saiu e continuou o departamento. Acho que isso é que vingou e foi uma mudança da água para o vinho, do início dos anos 70 para o início dos 80. Nesse período, foi isso em termos de economia. A USP não era o departamento do Delfim. Em 70 era o departamento do Delfim, mas deixou de ser. Então, você de fato pôde fazer... E todas essas picuinhas, esses conflitos se diluíram muito mais, inclusive porque alguns deles foram internalizados. A briga foi lá dentro da PUC, controvérsias PUC-PUC, e o pessoal dizia: “Não entendo o que vocês pensam, vocês só estão falando mal do outro”. E eu dizia: “Graças a Deus; [riso] enquanto a gente estiver falando mal do outro...” Uma das coisas que não me agradou na EPGE, quando eu estava lá, é que o cara veio me censurar porque eu falei mal do governo! [riso] Quanto mais da escola! Um negócio maluco.

V.A. – E como foi esse convite? O senhor foi para Brasília? Ficou em 79 e 80 na Finep, CNPq. Durante a gestão do Mário Henrique na Seplan ele o chamou, montou-se uma equipe... Como foi isso?

D.C. – Ele tinha uma visão até de não ficar muito tempo no governo. Ele queria fazer a coisa que ele deixou de fazer no início do período. Tinha um programa de combate à inflação, ele ia efetivamente fazer o lado de autorização de despesa, que ele agora ia para o Planejamento, deixava o Ministério da Fazenda totalmente irrelevante para essas coisas, podia deixar lá um cara encarregado de arrecadação, e o resto... Disse: “Orçamento é aqui e Banco Central fica comigo.” E levou o Banco Central e o Conselho Monetário com ele, ficou no Planejamento, ficava do lado do Figueiredo e do Golbery, então ficaria fácil fazer. Essa era a visão.

A idéia dele era diminuir, diluir a máquina da Seplan, que não deveria ser um órgão executivo. Com isso, nós devíamos tirar o BNDES da Seplan, tirar todas as coisas que dependiam da Seplan. Quem faz orçamento não pode ter interesse no próprio orçamento, a idéia dele era essa: “A gente faz o orçamento. Já é muito poder e já é briga suficiente. Se a gente tiver que brigar pelo nosso próprio orçamento, estamos perdidos.” Esse era um dos problemas sérios que o Ministério do Planejamento tinha na época. Ele queria reforçar esse lado de *policy*, o lado de política mesmo. Quer dizer, ter na Seplan o controle de orçamento, o controle de programas através do Iplan, que era o Sebastião Vital que ia tocar isso, era um grande gerente de programas que estavam em andamento. A máquina da Seplan... Como o Mário Henrique tinha horror de despachar qualquer coisa, tinha horror de papel em cima de mesa, acho que tinha horror até de mesa, [riso] botou o Marcos Amorim Neto como seu secretário executivo. O Baumgarten ele botou como presidente da Finep e o Maurício Peixoto no CNPq – o que foi um escândalo, ele botou dois matemáticos, um como presidente e outro como vice-presidente. Imagine, para os médicos e para os físicos, que tradicionalmente tomavam conta do CNPq, ter matemáticos tomando conta era um absurdo.

C.S. – Coisa do Simonsen.

D.C. – Coisa do Simonsen. No fim, era exatamente esse tipo de coisa. Botou o Isaac Kerstenetzky no IBGE, o Chico Lopes no Ipea, que ia ser a grande assessoria de estudos dele. E esse grupo se reunia periodicamente para discutir assuntos que não precisavam ser, necessariamente, da sua alçada. Ou seja, a gente sentava e de fato falava sobre Brasil, tinha discussões boas etc. Essa era a visão. E os objetivos dele eram claros desde o início: montar um orçamento sustentável durante dois, três anos para a frente, fazer um programa, um plano de governo que fosse executável em um mandato presidencial e não em dois, como tinha sido

o anterior. E, enfim, não deixar que a política monetária fosse contra a política fiscal e vice-versa, fazer um ninho de coerência. Tinha política fiscal e política monetária no mesmo ministério e então tinha um visão de... Quem ele botou no Banco do Brasil? Não me lembro. Mas se o orçamento monetário fosse disciplinado, o Banco do Brasil também ia ser só um órgão de execução.

C.S. – E a frustração, quando ele percebeu que esse *script* não poderia ser encenado naquela...

D.C. – Ele demonstrou isso ao longo de abril. De maio em diante, ficou mais visível. Houve a famosa reunião do Conselho de Abastecimento, acho que foi de maio...

C.S. – A dos preços?

D.C. – Exatamente, a que jogou os preços agrícolas lá para cima e então criou um patamar de inflação muito elevado. Porque os preços flexíveis eram os agrícolas. Na realidade, se você pegasse esse preço que era flexível e ajustasse seu mínimo em 50%, 60%, 70% como eles fizeram, os rígidos iriam, na melhor das hipóteses, segui-los. Eram indexados, eram controlados, eram administrados, então não tinha a menor chance de baixar a inflação em 1980. E a pressão para baixar juros. Aí, a gota d'água foi a entrevista que alguém deu, um líder da Arena, não lembro nem quem era, na época, que disse que o Simonsen era incompatível com o projeto democrático da Arena, do governo, porque ele ia gerar outra recessão e isso não era possível. Acho que foi a última coisa. Ele tinha acabado de sair de uma dessas reuniões, telefonou e disse: “Olha, estou indo embora”. Depois ele contou a história de que já tinha feito isso várias vezes e o Golbery sempre o chamava de volta: “Vem cá, vamos conversar, não é bem assim.” Contava uma história bonita para ele: “Eu também estou ficando de saco cheio, nós vamos sair juntos mais para a frente, mas há o orçamento do ano que vem, que tem que ser aprovado agora pelo Congresso, vamos deixar isso minimamente arrumado...” Ele dizia para a Iluska que ia sair, mas ela sempre esperava uma confirmação. Dessa vez, ele chegou em casa, falou com a Iluska, ela chamou a Fink. Ele chegou em casa de volta e encontrou o caminhão da Fink. [riso] A Iluska disse: “Estava achando que você ia embora, chamei.” “Então, está bom. Vamos embora.” [riso] A história contada foi essa: “Cheguei lá, a Iluska já tinha chamado a Fink, então viemos embora.”

V.A. – E o senhor mudou-se para Brasília?

D.C. – Não, inclusive porque a Finep é aqui. Uma das razões... Lá tinha a representação da Capes e eu ia lá, periodicamente. Ao conselho do CNPq também. Eu ia lá toda semana, na prática eu ia lá quase toda semana. No máximo, revezava com o Baumgarten porque tinha representação demais, nós éramos representantes de coisas inacreditáveis. Então, o Baumgarten ficava com todo o negócio de indústria e atividades espaciais, essas coisas todas, e eu ficava um pouco mais com a parte de conselho científico, esse tipo de coisa.

V.A. – Na vez passada, o senhor falou, sem que a gente pudesse gravar, sobre a importância do Maurício Peixoto e do Leopoldo Nachbin na formação do Mário Henrique. A gente até pediu, já que tocou de novo no Maurício Peixoto, para voltar e saber por que eles foram tão importantes para a formação dele.

D.C. – O Maurício era professor da Escola de Engenharia e o Mário Henrique foi monitor dele. Ele tinha monitores de primeira. Era uma pena no seu chapéu ser monitor do Maurício Peixoto, que já era um matemático reconhecido no mundo, em sistemas dinâmicos. O Maurício fez tudo para o Mário Henrique ser matemático. Mário Henrique era colega do Lindolfo de Carvalho Dias, que era monitor junto com ele, e essa formação de matemático do Mário Henrique – o Mário Henrique foi muito mais matemático do que engenheiro efetivamente, ele ficou dando aula de matemática e fazendo curso de matemática, inclusive no Impa. O Impa, na época, era um instituto que não dava títulos. A gente fazia curso no Impa, eventualmente até podendo ir para o exterior depois fazer um doutorado, um mestrado etc. Mas era um lugar de captação de talentos, muito mais do que qualquer outra coisa. Em matemática, é um problema sério você captar talento e o Mário Henrique, certamente, foi um desses talentos captados pelo pessoal do Impa. Só que ele resolveu ficar em economia, por causa da Consultec. Essencialmente, eu acho que foi como estagiário da Consultec, e depois como membro da Consultec que ele foi ficando mais voltado, primeiro para projetos, e depois estudando cada vez mais economia. Eu acho que a proximidade com o Lucas Lopes, com o próprio Roberto Campos, nessa época, o atraiu muito para o estudo de economia mais especializado. Além da própria influência do professor Gudín, que era uma influência intelectual muito poderosa. O professor Gudín era uma influência intelectual muito poderosa porque ele era provavelmente o economista mais bem informado do Brasil nessa época. Nos anos 50, 40, ele já era um cara... Com isso, ele tinha uma facilidade: primeiro, todo

economista que visitava o Brasil, vinha visitá-lo. Então, todos esses caras terminavam passando pela Fundação, visitando o Gudin, e com isso faziam contato, essa coisa toda. A lista dessas pessoas todas, é só olhar os números da RBE³⁶ dessa época, que todos eles terminaram publicando alguma coisa na RBE.

Então, essa influência dos matemáticos foi muito importante. O Gudin não era propriamente um economista matemático, apesar de ser engenheiro. E os outros economistas de ponta estavam longe da matemática. Então, o Mário Henrique permitiu uma modernização, fez esse ensino da economia no Brasil dar um salto. A distância entre o curso que a gente tinha na EPGE, em mil novecentos e sessenta e tantos, e o curso que era dado nas faculdades ou até nos mestrados que estavam começando, era gigantesca.

V.A. – Por causa dessa fusão da matemática com economia?

D.C. – E a didática dele. Isso tornou-se possível porque ele era capaz de ensinar coisa muito avançada de uma maneira muito elementar, com uma cara muito elementar. Mas era o lado didático dele. Então, ele dava coisas, que você tinha que estudar três anos de matemática para poder chegar lá, no seu segundo mês de aula. Por quê? Porque ele tirava tudo que não era necessário. Dizia: “Olha, você precisa desse resultado aqui e eu chego lá logicamente”, não como um chute nem como receita de bolo. Ele construía o raciocínio lógico e eu acho que aí a influência dessa convivência com o pessoal do Impa foi muito importante. Porque você precisa ter uma segurança em matemática para poder fazer isso, e não tinha professores capazes de fazer isso. Eu me lembro que nem quando voltei dos Estados Unidos, que eu fiz o *minor* em matemática com economia e estava bem treinado, me considerava com um treinamento pouco usual em matemática para um economista, mas a segurança que o Mário Henrique tinha para pegar esse troço... Quer dizer, a proposta que ele me fez na época: “Dionísio, vamos rescrever o livro de micro dessa forma: em cima do Teorema de Hahn-Banach”. Eu nunca tinha pensado nisso. E aí, realmente, quando você começa a pensar como isso é possível e tal... Ele falou: “Não, não. Vamos fazer todo em termos de dualidade...” “Está bom.”. Era uma forma de expressar em que ele efetivamente via a simplicidade do resultado.

Eu acho que essa era a diferença que ele fazia. A maior parte dos matemáticos e dos

³⁶ Revista Brasileira de Economia.

economistas matemáticos só consegue falar, só consegue explicar muito tecnicamente uma coisa; então, terminam falando para eles mesmos. O Mário Henrique conseguia... E esse desafio foi uma coisa importante. Eu me beneficieei de duas outras pessoas que fizeram isso comigo, que eram pessoas que sabiam, tinham um excelente base de matemática mas que conseguiam traduzir essas coisas e a importância de traduzir os resultados, os teoremas etc., de uma maneira que as pessoas conseguissem entender mesmo sem entender a base matemática. Acho que isso foi muito importante. O Jefferson, Augusto Jefferson de Oliveira Lemos, foi um grande discípulo dele como didata. O Jefferson foi um dos melhores professores que eu já vi, o pessoal implicava com ele porque dizia que ele imitava o Mário Henrique. Ainda bem que ele imitava, se ele imitava mesmo, ainda bem, porque você precisaria fazer uns três clones para poder disseminar aquilo. [riso] Seria bom. De fato, ele dava um curso de matemática muito parecido com o do Mário Henrique, era um sujeito extremamente inteligente e criativo e que conseguiu efetivamente que duas ou três gerações de alunos da EPGE devessem toda sua formação a ele. E isso só foi possível porque o Mário Henrique o formou também. Um cara que era assim também, na época, um sujeito muito... o Luís Alfredo Salomão.

C.S. – Nosso secretário.

D.C. – O Salomão era um cara com um excelente futuro como pesquisador. Ele tinha outras intenções na vida, irritava o Mário por outras razões, mas inegavelmente era um cara que poderia perfeitamente ter sido parte de uma equipe dessa, como foi a da primeira equipe da Fazenda. Um excelente professor, não foi meu professor mas os caras que foram alunos dele são mais ou menos da minha idade.

Então, ele tinha discípulos desse ponto de vista. Agora, todos esses discípulos, de alguma forma passaram pelo Impa. Essa turma toda, eu mesmo fiz curso no Impa. Naquela época era uma... O Salomão, o Paulo Roberto Campos Lemos, irmão do Jefferson, a mesma coisa, era sobrinho do Roberto Campos. Fizeram o curso juntos, programação linear, no Impa. A mesma formação, todos vieram da engenharia, engenharia econômica e alguma formação matemática pelo Impa, um curso pelo menos.

V.A. – E quando ele saiu da Seplan, em agosto de 80, o senhor saiu em outubro?³⁷

³⁷ Mário Henrique Simonsen ficou na Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) de Dionísio Dias Carneiro

D.C. – Não, eu fiquei quase um ano! Fiquei quase um ano. Botei a minha carta de demissão lá e o Delfim pedindo para a gente esperar, esperar, esperar, e só saí em outubro do ano seguinte. Ele saiu em agosto de 79 e eu saí em outubro de 80.

V.A. – Em 79, tem razão. Eu confundi.

D.C. – Tive uma oportunidade *sui generis*, [riso] que foi ver a diferença entre o Mário Henrique e o Delfim. [riso] Aliás, tive uma boa relação com ele. Mas era exatamente a preservação, o instinto de autopreservação que o Delfim tem. Era aquele negócio: a primeira missão de qualquer ministro é... continuar ministro. [riso] O que era um negócio completamente diferente, era outro mundo em matéria de política econômica. Mas ali não, ali eu estava muito mais confinado efetivamente à questão de ciência e tecnologia, aos orçamentos de ciência e tecnologia, esse tipo de coisa.

V.A. – Estava esperando achar um substituto?

D.C. – Não sei exatamente o que aconteceu ali. Lembra que logo depois o mundo ficou muito conturbado. Tinha tido o segundo choque do petróleo, as taxas de juros foram para a lua, o mundo entrou em recessão... Então, na realidade você começou a viver um clima de emergência; de 79 para início de 80 o Brasil perdeu praticamente todas as reservas, do final de 79 para o início de 80. Então, aquela história: “Fica até o fim do ano.” E depois: “Tem um problema pior”, e aí, o orçamento da ciência e tecnologia... eles não tinham gente para botar no lugar, bem ou mal nós tínhamos amigos comuns... O Rosenberg³⁸ tinha ido para o Ipea junto com o Ibrahim Éris; na época eles tinham uma relação comigo, pessoal inclusive, e eu dizia: “Poxa, ajuda a gente nessa história do orçamento da ciência e tecnologia, não sei nem quem vai fazer isso”. E o ponto básico do Delfim era o orçamento para energia, para poder fazer o salto energético, aquela coisa toda. Então, toda a prioridade do governo era para energia, agricultura e exportação – lembram daquele negócio? Como o apoio para a ciência e tecnologia era muito importante para a conversão, tinha o Programa do Álcool, tinha o programa de energia da Comissão Nacional de Energia, e os fundos eram quase todos do FNDCT, Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que era administrado pela Finep. Tenho a impressão que naquele momento deve ter sido uma solução

março a agosto de 1979 e Dionísio Dias Carneiro Neto foi vice-presidente da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e membro dos conselhos da Capes e do CNPq de março de 1979 a outubro de 1980.

³⁸ Luís Paulo Rosenberg.

conveniente que nós não percebemos como permanente. Se perguntassem: “Você vai ficar mais um ano?” “Não.” Estava lá a carta de demissão. Eu já demissionário, ele nunca me renomeou. Estava lá, com a carta de demissão, e dizia: “Escuta, como está...?” “Puxa, nós estamos aqui num sufoco danado, imagina esse troço... Pô, toma conta senão vai terminar tendo problema. Pelo menos, quando você dá o alarme para esse negócio de ciência e tecnologia, a gente ouve.”

Aí eles puseram um diretor completamente maluco no CNPq, aquele Linaldo, um paraibano, lembram? Não deve ter sido posto pelo Delfim. Linaldo Cavalcanti de Albuquerque. Eu acho que o que aconteceu foi isso. Essa era uma característica dos governos militares: quando você substituía uma pessoa, botava uma pessoa para fora, não queria dizer que fazia o substituto. Isso tinha acontecido no CNPq. Eles disseram para o Maurício e para o Lindolfo que eles não iam ficar. No dia seguinte, quando o Delfim estava pensando em quem seria o substituto, já veio um substituto, que era o Linaldo. Não foi o Delfim que fez. Eu tenho a impressão que diante disso, ele olhou e disse assim: é melhor ficar com gente conhecida na Finep, que pelo menos é razoável... E então eles foram empurrando com a barriga, até que houve um conflito mesmo, nem me lembro qual foi. Houve alguma coisa no final do ano seguinte... Era em volta do orçamento. Não foi à toa que nós saímos em outubro. Saímos em outubro porque era a época da discussão do orçamento [riso] e a coisa chegou a um ponto insuportável. Eu já estava voltando a dar aula, já estava começando a fazer outras coisas.

V.A. – E aí, na volta do Mário Henrique para cá, para a EPGE, ele é tido como guru das pessoas.

D.C. – Isso, isso.

C.S. – Começa a ser consultado por todos. Como era a inserção desse campo intelectual? Ele não era um par de ninguém mas estava de novo nesse campo, debatendo...

D.C. – Bom, a minha relação, nessa época, continuava a ser... Ele chamava para conversar. A característica dele era chamar para conversar. “Vamos almoçar...” Ou então: “Passa aqui no fim da tarde, vamos ver não sei o quê”. Alguma coisa estava fervendo na cabeça dele. E nesse período, o *JB*, em 80, oitenta e poucos, fez um conselho que chamava-se Conselho de Política Econômica, mas que na realidade fazia uma discussão mensal. Tinha

um almoço no *JB* que publicava, no domingo... A gente enchia um caderno no domingo com as nossas conversas. Como dizia o Mário Henrique, era pago a cafezinho. Era um café muito bom, então nós éramos pagos com cafezinho. E foi uma época muito boa, tinha um fórum ali em que a gente discutia todo mês. Tinha os membros permanentes, tinha os convidados e a gente estava discutindo política econômica permanentemente. Além de encontros desse tipo... Com isso, era sempre... Na PUC, a gente sempre disse que ele foi um guru muito tranqüilo desse ponto de vista, porque um guru que não pousa de guru é ótimo. Um guru que não quer ser guru é ótimo, porque ele não fica te cobrando coisa. Ele foi sempre muito agradável com o pessoal do departamento. Eu nunca vi nenhum ressentimento do lado dele. Me convidou para dar aula aqui várias vezes, e outras pessoas deram, foi um tempo que ele estava dando aula demais já... Eu ainda brincava com ele: “Venho dar aula aqui mas você vai dar aula na PUC também”. Eu sabia que ele topava mesmo, porque era característica típica dele fazer isso.

V.A. – Ele era mesmo consultado por todos os governos, depois?

D.C. – Olha, consultar não quer dizer que os caras fizessem o que ele dissesse. Também ele não era o cara de pedra filosofal não. Em geral, ele era um cara muito prático nesse ponto de vista. Diziam: “Vou fazer essa maluquice”, porque era uma maluquice, e ele sugeria: “Já que você vai fazer isso, pelo menos faz assim, assim e assim.” [riso] Olhava e via como podia melhorar um pouquinho. Então, era muito cômodo para vários governos e governantes dizer: “Já ouvi o Mário Henrique”. Negócio de solução... Se você jogasse um bom problema para ele, ele em geral ficava fascinado. Podia até se perder um pouco em outros alcances daquilo mas, se houvesse um detalhe técnico interessante, você capturava ele.

C.S. – Já que estamos falando disso, uma das formulações mais associadas a PUC, que foi fruto também de um debate onde ele se posicionou, foi a formulação do Plano Cruzado. Ele, em princípio, louvou alguns pontos, depois fez algumas críticas e tal. O senhor acompanhou esse processo de formulação do Cruzado...

D.C. – Claro.

C.S. – ... e o debate com ele?

D.C. – O debate dele, o que ele debateu com o Chico, na época, por exemplo, não. O que aconteceu no Plano Cruzado foi que você teve dois aspectos – hoje posso falar tranqüilamente inclusive porque eu e o Modiano fizemos três artigos, que terminaram saindo

em parte na *Gazeta Mercantil* como texto para discussão chamado “A mágica do novo cruzeiro e a geração da nova inflação”.³⁹ Como isso foi antes do Plano Cruzado, a gente está muito tranqüilo desse ponto de vista. Esse era o título registrado antes etc. O ponto, a idéia do congelamento, do choque... Primeiro a idéia do choque era, antes de mais nada, do Bulhões. O negócio de acabar com a correção monetária, congelar o orçamento e deixar a economia vir atrás, *Blááááá...* Em 31 de dezembro, quer acabar com a inflação, então diz: a correção monetária do ano que vem é zero, correção salarial é zero, correção de qualquer preço que dependa de contrato é zero e o orçamento do ano que vem...

V.A. – [riso] É zero.

D.C. – Em termos nominais, é igualzinho ao do ano passado. Então, você vai dar um choque nominal na economia tal, que a economia vai ter que se adaptar a isso. E ele escreveu isso.

V.A. – Onde ele escreveu? Quando?

D.C. – Eu tenho a impressão que isso foi um artigo. Eu posso procurar. Certamente o artigo do Chico, *O choque heterodoxo*,⁴⁰ deve citar, porque ele pega o Bulhões e diz assim: tem uma coisa de errado no Bulhões. Porque é o seguinte: você, para fazer isso, tem também que mudar os contratos que são em cascata. Quer dizer, tem uma grande injustiça. Se um cara teve aumento salarial em dezembro, e um outro vai ter em janeiro, os salários vão ficar completamente disparatados. Então, o que você tem que fazer são correções *pró rata*. Isso a gente já tinha discutido. Tecnicamente, esse problema já tinha sido discutido várias vezes. Quer dizer, fórmulas de política salarial que pudessem fazer essa descompressão da economia. Então, quando o Pérsio e o André fizeram a proposta de fazer a mudança, eles disseram: “Como você pode fazer isso? Muda a moeda.” Porque o Chico tinha dito que sem congelar os preços, ninguém ia aceitar as novas regras. Essas coisas nós estávamos discutindo na PUC em 83 e 84 quase continuamente. Inclusive as pessoas vinham de fora, veio um pessoal de Israel, veio um pessoal da Argentina, e a gente discutindo isso continuamente porque esse era um problema de vários países. Essas questões estavam discutidas, em nível acadêmico, um ano e meio, dois nos antes, a cada vez a gente descobrindo um pedaço. Para

³⁹ Artigo publicado em 19 de junho de 1983.

⁴⁰ Lopes, Francisco, *O choque heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 1986, 185 p.

variar, essa era uma idéia que tinha sido proposta no final de 84, diante daquela inflação de 200% que não melhorava. E a gente olhava e dizia assim: o melhor que se pode fazer com essa economia é gerar uma recessão e a taxa de inflação vai passar de 200 para 190. O pessoal vai dar uma gargalhada, dizer que a inflação continua na mesma, e aí se gera outra recessão e ela passa para 180. Aí, dá outra gargalhada e aí o presidente está demitido e provavelmente não se vai ter mais governo civil. Quer dizer, os civis não foram capazes de administrar esse país. Esse era o problema principal.

Então, como a gente se posicionava em relação a isso? Toda a proposta do Pécio e do André, que era uma proposta de conversão, eles diziam para fazer a desindexação do Chico fazendo a mudança de moeda. Então, o que eu fiz com o Modiano, na época, foi dizer que a mudança da moeda era que você tinha que fazer o novo cruzeiro. Tinha um problema jurídico aí. Numa nova moeda, você podia intervir nos contratos porque você tem que definir a conversão de uma moeda para outra; hoje a gente entende isso bem. Como você tinha esse problema jurídico, eles disseram: “Faz a nova moeda e na nova moeda você faz a desinflação que quiser.” O que eu fiz com o Modiano foi dizer assim: se essa inflação só for uma inflação reproduzida, não tem dúvida, essa inflação não está fazendo nada e se você acabar com ela, ninguém vai notar e você tem a estabilidade a custo zero. Mas se essa inflação, como a gente desconfia, está fazendo alguma coisa, está fazendo com a distribuição entre salários e lucros, como nós dissemos na época, está fazendo alguma coisa compatibilizando orçamento *a priori* com orçamento *a posteriori*, ajustando as contas públicas, então a gente vai ter um problema...

[FINAL DA FITA 5-A]

D.C. – ...vai surgir uma inflação nova na nova moeda. E se você fizer isso, ela volta todinha. Aí, a única forma que você tem de fazer essas duas coisas, fazer isso sobreviver, é congelando os preços. Se congelar os preços, acabou a mágica completamente. Então, o que estará parando a inflação não estará sendo a nova moeda, estará sendo o congelamento de preços.

Nós fizemos esse artigo extremamente cético. Ele saiu em novembro, outubro, “A

mágica do novo cruzeiro e a geração da nova inflação”. Eu me lembro que a gente até partiu em três, mandou para a *Gazeta* que publicou seguidamente e aquilo foi quase... Me lembro que o André e o Pêrsio, o André principalmente, achou aquilo uma sacanagem nossa e disse: “Poxa, exatamente a nossa proposta não tem congelamento nenhum.” Eu respondi: “Não tem congelamento nenhum? Então, tem nova inflação.” Aliás, pode ter nova inflação até com novo congelamento. Essa é que era a dificuldade.

Nesse momento, em fevereiro – passamos agora o ano –, olhando para mais um ano de governo com aquela mesma perspectiva, o espaço político que o governo tinha estava diminuindo. Na realidade, eu digo sempre que o pai do Cruzado foi o Fernando Henrique porque o Fernando Henrique fez um discurso, na abertura do Congresso de 84 – 84? Oitenta e seis! Desculpem, estou dois anos na frente. Tudo o que eu estou dizendo de 84, leia-se 86. O nosso artigo é de 85 e o Plano Cruzado é de 86. Então, em fevereiro de 86, na abertura dos trabalhos do Congresso, Fernando Henrique Cardoso, então líder da oposição no Senado, do PMDB no Senado, PMDB que fazia parte da aliança governista – qualquer semelhança é mera coincidência –, ele deu uma entrevista ao *Jornal do Brasil* e depois fez um discurso no Senado em que na realidade dizia o seguinte: “O PMDB tem que sair do governo o mais rápido possível, porque vai olhar para o fim do ano, vai ter eleição e, associados com esse governo, nós vamos perder as eleições.” No mesmo dia, ou no dia seguinte, o Sarney chamou o Chico, e aí o Modiano, que trabalhava com o Chico nesse negócio de desindexação, o André... Chamou o pessoal e disse assim: “Deixa eu ver como é mesmo aquela história em que vocês diziam que podiam parar a inflação de repente.” [riso] Começou a ficar interessante. Então, eu sempre digo que o pai do Cruzado... Não é que o Chico estivesse pronto, nunca está nada pronto; mas acadêmico nunca está pronto mesmo, essa é que é a verdade. Aí, o Sarney chama e diz: “Com esse discurso...” E resultado: um mês depois está o Fernando Henrique mais grudado com o governo do que nunca e sendo eleito. [riso] O PMDB todo foi eleito em cima do Cruzado. Mas em fevereiro o discurso era um discurso de *bye, bye* Brasil: “Me desculpe, foi bom enquanto durou mas eu não estou contigo em outubro não.” Então, essa história é uma história importante, uma história que pode ser confirmada por eles mesmos. Eu vivi no dia, vivi o negócio todo, de repente todo mundo sumiu, [riso] cadê as pessoas e tal. E provavelmente alguns de nós não eram tão confiáveis do ponto de vista... [riso] Éramos mais crítico em relação a essa coisa. Todo mundo depois saiu

defendendo porque aí é aquela história – e aí o Mário Henrique também, porque ele entendia a chance que você tinha. Ele não dizia que a chance era zero. “Não, se esses caras conseguirem...” Eles acabaram com a conta movimento, na época. Ou seja, cortaram o elo automático entre o Banco do Brasil e o Banco Central, o que foi uma grande medida em que você olhava para a frente e dizia: o déficit pode até ser grande, mas agora eu posso ter controle da despesa pública lá para a frente. O Sebastião Vital, que era insuspeito de qualquer heterodoxia, me disse: “Dionísio, você nem imagina o que a gente vai fazer com controle fiscal.” O Dornelles era o ministro da Fazenda e diziam: “Isso é para fazer o controle fiscal; o Sarney está botando toda a sua presidência em cima disso”. Com apoio popular, ele virou completamente, então, acabou. Aí, você ser contra... Aí virou uma questão de dizer: “Pode funcionar?” A gente sabia o que podia não funcionar. Mas a pergunta mudou para: “Pode funcionar?” Se pode, se tem uma chance, então vamos lá. Então, eu acho que o Mário Henrique e todos os outros fizeram no fundo isso. Quer dizer, teve as grossuras. O Plano Bresser foi uma grossura, que o Chico tentou reproduzir, e o outro, o Plano Verão, foi uma grossura completa. O Chico Lopes dizia naquela época que ele tinha certeza que não ia ter outro plano porque não tinha ninguém no governo que soubesse fazer plano. [riso] Já tinha aquele negócio de tecnologia de fazer plano. [riso] Mas aí foi um negócio que durou um mês, aí já era para a grossura.

C.S. – Mas o professor Simonsen tinha se inserido nesse debate acadêmico anterior?

D.C. – Ah, sim. Essa discussão sobre indexação e desindexação nasceu, na cabeça da gente, na discussão da fórmula da política salarial. Então, tem várias etapas nessa evolução.

C.S. – Maturação.

D.C. – Ah, sim! Aí, botava o negócio da fórmula da correção monetária, o diabo... o último exemplar dessa mesma espécie foi a banda diagonal endógena, do Chico Lopes. [riso] É o último animal dessa...

C.S. – Horas de sobrevivência. [riso]

D.C. – [Risos] Exatamente. Mas tudo tem o mesmo princípio de tentar ganhar no futuro uma correção que não desmoraliza. E aí levar essa correção monetária, que no fundo era uma correção cambial o que ele estava propondo, a se extinguir em si mesma, e que não

enrijecia o preço. Era o que o Simonsen fez na política salarial em 74, com a correção monetária de 74 e 75. O que você está fazendo? Está tentando impedir que a inflação passada seja integralmente passada para a frente. Então, você faz um sistema de despejo gradual, que estava na forma da URP⁴¹ – lembram da URP do Plano Cruzado II, Plano Bresser, tinha a URP –, que estava na URV⁴² de alguma forma. São, todos, fórmulas de desindexação. Isso está lá nas coisas dele. Os princípios estavam sendo discutidos desde sempre. Na discussão que nós tivemos sobre o choque heterodoxo, que foi apresentado num seminário aqui na Fundação, lá da EPGE, seminário que eu organizei da Anpec e que o Mário Henrique estava lá.

V.A. – Quando foi?

D.C. – Em setembro de 84 ou 85. Saiu um número na revista da Anpec sobre isso e está lá o artigo do Chico, “O choque heterodoxo” está lá. O Simonsen estava discutindo com a gente. Também o interesse era aquele negócio, por que isso funciona, não funciona, tem que congelar, não tem que congelar, isso tudo está lá. Não precisava ser gênio nessa hora para pensar nisso não, todo mundo estava pensando. Eu me lembro que teve um professor de engenharia lá da PUC que diz que é o pai do Plano Cruzado porque um dia ele estava na fila lá do caixa e disse assim: “Esse negócio de congelar, é melhor botar tudo em ORTN.” [riso] Era o Plano Cruzado. “Já paga tudo em ORTN, não tem que ficar fazendo conta a toda hora.” A coisa simples era a ORTNização dos preços. O problema todo era como transformar isso de fato num sistema todo consistente de preços relativos. Alguns eram mais céticos em conseguir isso voluntariamente e outros não.

V.A. – O que o Simonsen parece que disse depois é que o plano acabou com a inflação inercial, mas que eles não previram que haveria uma inflação de demanda.

D.C. – Aí vem o jogo do contente. O congelamento do Chico era para durar dois meses, três meses. O único congelamento que se justificava era da passagem de uma moeda para outra. Depois que todo mundo entendeu a moeda, deixa o preço livre. E aí não tem outro jeito: tem que fazer política de demanda. Mas lembra que você tinha toda uma estrutura

⁴¹ Plano Bresser – Decreto N° 2.335/87, de 12 de junho de 1987. Dispõe sobre o congelamento de preços de aluguéis, reajustes mensais de salários e vencimentos, institui a Unidade de Referência de Preços (URP), e dá outras providências.

⁴² Lei N° 8.880 de 27 de maio de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilidade Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV), e dá outras providências.

de controle de preço naquela época. O país era viciado em controle de preço. Se não tivesse controle de preço, parecia que a inflação ia explodir. Na realidade, ele tinha toda a razão porque aí as pessoas estavam procurando causas que não fossem a inflação de demanda nem inflação residual. Mas com a inflação de demanda do cruzado em si, você geraria uma inflação de 10%, 20%. Só que isso envolvia uma desmoralização imensa porque você manteve zerada a correção monetária... Bom, aí uma porção de coisas inconsistentes começaram a acontecer. Os preços públicos estavam errados, aí você teve dúvidas com a taxa de câmbio, no meio do ano o governo começou a enganar com o saldo da balança comercial, começou a mentir, a esconder o saldo da balança comercial. Aí pronto, aí é o governo, aquele negócio do Delfim: continuar governo.

Ok? Vocês me mandam uma coisa escrita, quando vocês puderem?

C.S. – Em termos de síntese...

D.C. – Que perigo!

C.S. – O senhor falou mais ou menos em dois grandes pólos, do didata, do grande didata, do grande professor, e do *problem solver*. Ele seria a síntese disso? Qual seria a face mais... na sua opinião, na sua trajetória.

D.C. – No contato comigo, porque ele tinha muitas outras faces igualmente fascinantes. Na minha trajetória, certamente o professor, o grande didata impactou uma geração... algumas gerações de economistas, com o cuidado... O sujeito que não deixava um olhar duvidoso, desde que você fosse minimamente esperto, sem dúvida. O cara voltava e dizia: “Você está pensando outra coisa”. Na aula ele perguntava, via sua dúvida. Ele tinha muito dessa coisa.

C.S. – Poucos sobreviviam à aula.

D.C. – Eram as pessoas que estavam ali, grudadas com ele. Ele identificava e fazia de fato isso.

O negócio do *problem solver* era um negócio nato, era o lado matemático dele. Realmente ele gostava. Agora, esse negócio de governo... Ele tinha uma visão muito positiva de governo. Ele era uma sujeito – e eu até escrevi isso num necrológio – que tinha um respeito muito grande por quem estava em função pública. Ele achava sempre que o cara em função

pública era muito frágil, era até covardia bater num cara que era ministro da Fazenda. Era um pouco isso. No fundo, esse negócio de as pessoas dizerem: “Ah, eu ouvi o Simonsen”, era porque de fato ele estava disposto a ser ouvido e a ouvir. Ele sempre queria dar aquela visão para ajudar, não queria atrapalhar, não queria fazer um negócio para inviabilizar o país. Era a forma dele... Você podia ser o cara mais mau caráter do mundo. Se sentava naquela cadeira, ele jamais ia fazer um troço que dissesse: “Assim eu derrubo esse cara, mesmo que o país sofra um pouco”. Não, o tipo de generosidade que ele tinha com o país era desse tipo: passava por cima da falta de caráter de muita gente, se ele achasse que o dano... Ele podia achar a Zélia uma zebra, mas não ia sair simplesmente dando entrevista no dia seguinte: “Pô, essa mulher é uma zebra, não entende nada do que está fazendo”. Jamais faria uma coisa dessas. Dizia: “Não, não, eu acho que a gente tem que ajudar, é possível sim ter um congelamento, vamos lá, esse congelamento tem que durar pouco, tem que fazer política de demanda...” Ia ver o que ele disse, tinha as correções. “Não pode durar muito tempo, não pode fazer isso, tem que devolver rápido, senão é o calote...”

C.S. – Já que a brincadeira é essa...

D.C. – Exatamente. Vamos pegar essa porcaria que você fez e vamos ver como a gente transforma num esquilininho, [riso] sai do outro lado fazendo alguma coisa.

Bem, eu estou cansado. Espero que vocês estejam também. [riso]

[FINAL DO DEPOIMENTO]